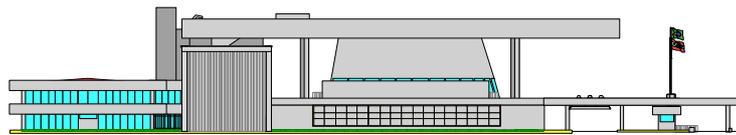


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIII

FLORIANÓPOLIS, 07 DE ABRIL DE 2004

NÚMERO 5.257

15ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Volnei Morastoni
PRESIDENTE

Onofre Santo Agostini
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves de Souza
2º VICE-PRESIDENTE

Romildo Titon
1º SECRETÁRIO

Altair Guidi
2º SECRETÁRIO

Sergio Godinho
3º SECRETÁRIO

Francisco de Assis
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder:

**PARTIDO DA FRENTE
LIBERAL**
Líder: Antônio Ceron

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Pedro Baldissera

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO LIBERAL
Líder: Odete de Jesus

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Júlio Garcia – Presidente
Hemeus de Nadal – Vice Presidente
Celestino Secco
Odete de Jesus
Dionei Walter da Silva
Joares Ponticelli
Pedro Baldissera
Ronaldo Benedet
Jorginho Mello
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori
Júlio Garcia
Wilson Vieira – Dentinho
Antônio Carlos Vieira
José Paulo Serafim
Manoel Mota
Djalma Berger
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Joares Ponticelli
Antônio Carlos Vieira
Dionei Walter da Silva
Paulo Eccel
Antônio Ceron
Rogério Mendonça
Jorginho Mello
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Mauro Mariani – Presidente
Valmir Comin – Vice Presidente
Pedro Baldissera
Dionei Walter da Silva
Nelson Goetten de Lima
Narcizo Parisotto
Luiz Eduardo Cherem
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Genésio Goulart - Presidente
Celestino Secco – Vice Presidente
Afrânio Boppré
Paulo Eccel
Luiz Eduardo Cherem
Narcizo Parisotto
Antônio Ceron
Terças-feiras, às 10:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

João Paulo Kleinübing – Presidente
Afrânio Boppré – Vice Presidente
Narcizo Parisotto
Reno Caramori
Antônio Carlos Vieira
Wilson Vieira – Dentinho
Rogério Mendonça
Manoel Mota
Djalma Berger
Quartas-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

João Rodrigues – Presidente
Wilson Vieira – Dentinho – Vice Presidente
Jorginho Mello
Ronaldo Benedet
Narcizo Parisotto
José Paulo Serafim
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
MINAS E ENERGIA**

Afrânio Boppré – Presidente
Valmir Comin – Vice Presidente
Mauro Mariani
Paulo Eccel
Hemeus de Nadal
Clésio Salvaro
João Paulo Kleinübing
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Luiz Eduardo Cherem – Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Antônio Ceron
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto
Wilson Vieira - Dentinho
Simone Schramm
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Clésio Salvaro – Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Reno Caramori
João Paulo Kleinübing
Ana Paula Lima
José Paulo Serafim
Genésio Goulart
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Odete de Jesus – Presidente
Dionei Walter da Silva – Vice Presidente
Mauro Mariani
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Nelson Goetten de Lima
Clésio Salvaro
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Paulo Eccel – Presidente
Djalma Berger – Vice Presidente
Lício Mauro da Silveira
Pedro Baldissera
João Rodrigues
Simone Schramm
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Celestino Secco – Presidente
Rogério Mendonça – Vice Presidente
Cesar Souza
Odete de Jesus
José Paulo Serafim
Ana Paula Lima
Luiz Eduardo Cherem
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Joares Ponticelli – Presidente
Rogério Mendonça – Vice Presidente
Antônio Ceron
Antônio Carlos Vieira
Cesar Souza
Hemeus de Nadal
Jorginho Mello
Pedro Baldissera
Dionei Walter da Silva

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR**

Divisão de Anais:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Diretor: Eder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Diretora: Maria Salette de Bem
Urban

**Divisão de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1593
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 020ª Sessão Ordinária da
2ª sessão Legislativa da 15ª
realizada em 06/04/20042

Publicações Diversas

Audiência Pública.....18
Ata de Comissão Permanente.....
.....30
Ata da Procuradoria.....30
Extratos31
Projetos de Lei.....31
Proposta de Emenda
Constitucional.....34
Redações Finais.....34

PLENÁRIO

ATA DA 020ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2004 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afrânio Boppré - Ana Paula Lima - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Cesar Souza - Cezar Cim - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Djalma Berger - Eduardo Cherem - Francisco de Assis - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Paulo Kleinübing - João Rodrigues - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Serafim - Júlio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Mauro Mariani - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Simone Schramm - Valmir Comin - Volnei Morastoni - Wilson Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Quarto Secretário, Deputado Francisco de Assis, que proceda à leitura da ata das sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito agora ao Sr. Quarto Secretário, Deputado Francisco de Assis, que proceda à leitura do ofício de autoria do Deputado Sérgio Godinho.

O SR. QUARTO SECRETÁRIO (Deputado Francisco de Assis) - (Passa a ler)

“O Deputado firmatário vem ante V.Exa., tendo em vista haver sido convidado para exercer o cargo de Secretário de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente pelo Sr. Governador do Estado, com a posse marcada para o dia de hoje, requerer, nos termos do inciso I, do art. 45, da Constituição do Estado, licença do mandato parlamentar, bem como opção pela remuneração de Deputado, a teor do § 3º do mesmo diploma legal.

Pede Deferimento,
Florianópolis, 06 de março de 2004.
(a) Deputado Estadual Sergio Godinho.”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Quanto ao ofício encaminhado pelo ilustre Deputado Sérgio Godinho, pedindo licenciamento desta Casa para exercer o cargo de Secretário, este Presidente determina que seja encaminhado à Mesa Diretora.

O Sr. Deputado Celestino Secco - Peça a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Celestino Secco.

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Sr. Presidente, se eu ouvi bem, o Secretário, Deputado Francisco de Assis, leu a data dia 06 de março?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Realmente, é de 06 de abril. Houve um equívoco na data do recebimento.

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Porque o Deputado Sérgio Godinho estaria pedindo licença há 30 dias...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Entendemos que é a partir desta data, Sr. Deputado.

Damos o ofício por recebido e lido hoje no expediente. E o encaminhamos para que se tome as devidas providências para a convocação do Suplente do Deputado Sérgio Godinho.

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos Srs. Deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, Deputada Odete de Jesus, por até 10 minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, imprensa falada, televisionada, amigos que vêm acompanhar nossos trabalhos parlamentares, sejam bem-vindos a esta Casa.

Também quero desejar boas-vindas ao Deputado César Cim, que ainda hoje terá a honra de sentar-se aqui conosco, fazendo parte desta Casa de debates. Esse Companheiro do PDT vem para, juntamente conosco, atender às reivindicações dos catarinenses, das pessoas que muito precisam, que contam conosco, Parlamentares, como porta-vozes.

Também saúdo os visitantes que estão aqui para prestigiar a posse do nobre Colega que está prestes a assumir uma cadeira legislativa.

Sr. Presidente, venho à tribuna hoje para falar sobre a audiência pública que realizamos na sexta-feira passada, na cidade de Laguna.

Nós realizamos uma ampla discussão no fórum, em Laguna, quando contamos com aproximadamente 150 pessoas. Faltou espaço para alojar aquelas lideranças que foram fazer suas reivindicações, levar seus apoios. Também contamos com a presença do Promotor da Vara da Criança e do Adolescente, e a da vice-Prefeita, que nos deu apoio.

Srs. Deputados, estiveram também presentes representantes do Ministério Público, dos Conselhos Municipais e um grande número de crianças, porque ali fomos para entregar o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente -, porque queremos que as nossas crianças tenham em mãos o seu Estatuto e conheçam os seus direitos, não só as crianças, mas também os nossos jovens, que precisam se inteirar de todos direitos que cabem a elas.

O Conselho Tutelar fez uma panorâmica com dados estatísticos e uma narrativa das dificuldades enfrentadas pelo programa, que visa recuperar crianças, tirando-as das ruas, da prostituição...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) (Faz soar a campainha) - V.Exa. me permite interrompê-la para fazer dois registros?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Pois não, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Primeiramente, gostaria de registrar a presença do ilustre Prefeito de Blumenau, Décio Lima, e o convido para que faça parte da mesa, e também do Deputado César Cim, ao qual, com muito prazer, convido-o para que tome assento à mesa da Presidência, pois dentro em pouco o Presidente titular, Deputado Volnei Morastoni, deverá dar posse ao Deputado César Cim.

Eu faço esse registro porque com o Deputado César Cim tive o prazer e a honra de trabalhar quando ele ainda era promotor substituto na cidade de Curitiba e eu era escrivão.

Deputada Odete de Jesus, a palavra continua com V.Exa., sendo que lhe é assegurada a continuidade do seu tempo.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, Sr. Presidente!

Então, esta Deputada ouviu atentamente as narrativas da Promotoria, que nos trouxe contribuições, devido uma série de encaminhamentos que temos. Inclusive esta Deputada encaminhará ao Governo do Estado, Luiz Henrique da Silveira, muitas reivindicações feitas pelas lideranças de comunidades e de bairros que ali compareceram. E V.Exas. sabem que sempre que há uma reivindicação, ela vem para enriquecer o Município.

Todas as reivindicações servem para nos ajudar no nosso trabalho, no desenvolvimento Parlamentar, para que possamos ter um trabalho a contento de toda a população catarinense.

Então, em breve estaremos dando entrada nesta Casa Legislativa dos nossos pleitos, e temos certeza de que o Governo do Estado nos atenderá.

Eu estive presente na posse dos novos Secretários, inclusive do nosso colega Parlamentar Sérgio Godinho, quando tive a oportunidade de parabenizá-lo pela posse na Secretaria, assim como os demais Secretários.

E durante a fala do Governador, o que mais me chamou a atenção, Srs. Deputados, deixando-me contente, foi que o Sr. Governador disse: tudo o que os senhores observarem de ilegal, de imoral, denunciem. Então, como Deputada estarei, porque eu faço um trabalho amplo, por vários Municípios, Sr. Presidente, fiscalizando, observando.

Também o que mais me chamou a atenção foi quando o Governador falou sobre a descentralização nacional. Foi importantíssimo!

Então, eu creio que aqui serei atendida na íntegra sobre as reivindicações que vêm do Município de Laguna, uma cidade histórica.

Srs. Deputados, tornamos aquela audiência aberta ao público, e lamentamos a ausência do Secretário Regional. Gostaria que ele estivesse presente para, junto com esta Deputada, formalizar as reivindicações daquela população, que tanto precisa.

Como já falei na audiência pública, tenho o direito de cobrar do Presidente Inácio da Silva, porque eu trabalhei muito para ele, até infestei meu automóvel com propaganda, subi morro, enfim trabalhei muito por ele.

No Governo Estadual, o Partido Liberal foi o primeiro a se manifestar na mídia, antes mesmo do PT, dando apoio ao segundo turno para o Governador Luiz Henrique da Silveira. Por isso, esta Deputada tem todo o direito de fazer as reivindicações que a população precisa.

Então, Srs. Deputados, gostaria de me pronunciar, mas vou deixar de fazê-lo, pois o Presidente tem algo importante para falar sobre a posse do ilustre Parlamentar que hoje estará tomando assento nesta Casa para, junto conosco, estarmos aqui num debate democrático, consciente e votarmos sempre favorável aos menos favorecidos, aos dessassistidos, àquelas pessoas que tanto precisam e que contam com o nosso voto e com o nosso apoio.

Srs. Deputados, ainda quero destacar a presença do ilustre Prefeito da linda e maravilhosa cidade de Blumenau, que está aqui nos honrando com a sua visita a esta Casa.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDNETE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Afrânio Boppré.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Afrânio Boppré, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Antônio Ceron.

(Pausa)

Com a desistência do Deputado Antônio Ceron, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e Sr. Prefeito Décio Lima, caro novo colega, Deputado César Cim, vou me manifestar tão logo V.Exa. seja empossado, mas desde já quero também, em meu nome e em nome da minha Bancada, desejar-lhe boas-vindas a este Parlamento. Tenho certeza de que V.Exa. contribuirá muito para o fortalecimento do processo democrático, que é a principal missão desta Casa.

Queremos, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, falar sobre mais algumas preocupações que temos trazido, cumprindo, democrática e responsavelmente, o papel que as urnas nos atribuíram de fazer Oposição e de fiscalizar o atual Governo de Santa Catarina.

Eu fico, Deputados Celestino Secco e João Paulo Kleinübing, entristecido a cada dia ao abrir os jornais e a clipagem da nossa Assembléia Legislativa, dado o crescimento de notícias nada positivas para Santa Catarina.

Infelizmente, o atual Governo, que não completou sequer um ano e meio de mandato ainda, já começa a produzir uma grande quantidade de notícias negativas para a gente catarinense; notícias que só se via exatamente no período em que o PMDB comandava o Estado de Santa Catarina, através do Sr. Paulo Afonso Vieira.

Hoje eu me entristeço ao ler, por exemplo, no Diário Catarinense uma matéria sobre a denúncia de falta de transparência, de falta de seguimento aos ditames legais com relação, Deputado Celestino Secco, aos gastos autorizados na Secretaria de Estado da Saúde, à denúncia que surgiu nesta semana. E agora o Secretário produz a notícia de que mandou investigar, mas não dá nenhuma resposta convincente para a sociedade catarinense. Ou seja, também na Secretaria da Saúde já temos notícias de malversação do dinheiro público de Santa Catarina.

O Diário Catarinense ainda diz que Promotor denuncia policiais militares por fraudes, e até agora, Deputado Antônio Ceron, não tivemos nenhuma palavra, nenhuma notícia, nenhuma explicação de algum Deputado governista aqui nesta Casa sobre o escândalo das fraudes nos concursos da Polícia Militar.

Nós estamos cobrando e questionando, o Ministério Público está acionando, e o Governo continua surdo e mudo nesta Casa! Ninguém explica, ninguém fala, ninguém traz uma palavra de contestação, sinal de que eles não têm absolutamente nada a explicar. Sinal de que estão perdendo, efetivamente, o comando do atual Governo de Santa Catarina.

Nós estamos fazendo essa denúncia há tempo. Estamos chamando a atenção, Deputado Lício Silveira, mas nenhuma explicação é dada por parte do Governo nesta Casa. Estamos aguardando a vinda do Comandante da Polícia Militar para explicar esses fatos - esta Casa já aprovou a convocação e até hoje não tivemos nenhuma confirmação, pois não há nenhuma disposição do Comandante da Polícia Militar vir aqui trazer as explicações. E agora nós não estamos questionando sobre o bordel, e sim sobre a fraude, sobre a corrupção nos concursos da Polícia Militar. E daí somos surpreendidos - e parece que o próprio Governo é surpreendido - com a notícia de que o Comandante da Polícia Militar pediu a sua exoneração ontem.

Eu acho que essa foi a passagem mais meteórica pelo comando da Polícia Militar. O outro Comandante já saiu sem passar o comando, Deputado João Paulo Kleinübing. Eu não me recordo de que, neste Estado, algum Comandante tenha deixado o comando da Polícia Militar sem fazer a passagem do comando. Houve mais um agora. O outro saiu pelas porta dos fundos e agora o substituto daquele também foi embora e parece-me que surpreendendo o próprio Governo.

E de novo os Deputados governistas continuam silentes como se isso estivesse acontecendo no sul da França, na Arábia Saudita, em qualquer outra parte do mundo, menos em Santa Catarina. Não deram nenhuma explicação!

E daí, para continuar apresentando esse quadro triste de notícias, trago a seguinte manchete: "Cidades atingidas esperam pela reconstrução". E falo do meu Sul de Santa Catarina.

No dia seguinte da passagem do furacão, ou seja, no domingo à noite, o Sr. Governador Luiz Henrique da Silveira, talvez traumatizado ainda pelas cobranças diante da sua omissão quando do apagão em Florianópolis, uma vez que ele, para fugir do apagão, foi se esconder em Joinville, sem prestar, no mínimo, a sua solidariedade ao povo de Florianópolis, que ficou 60 horas às escuras, foi lá na sede da Amrec, fez uma entrevista e comprometeu-se, Deputado Antônio Ceron, em liberar R\$1,3 milhão para as famílias atingidas.

Passaram-se 10 dias já e absolutamente nada foi feito pelo povo do Sul de Santa Catarina! As casas continuam destelhadas; as pessoas não têm para aonde voltar; os abrigos não têm mais condições de atender aquela gente; e o Governo ainda não liberou aquilo que se comprometeu há dias!

São 10 noites, Deputado João Rodrigues, que aquelas mais de 30 mil famílias estão sem saber para aonde ir! São mais de 30 mil residências atingidas e o Governo não fez nada! Nem as 200 mil telhas, Deputado Antônio Carlos Vieira, que o Governo de Santa Catarina se comprometeu a mandar imediatamente, porque as casas que estão sem teto têm que ser cobertas, foram encaminhadas. Só chegaram no Sul até agora algo em torno de 50 mil telhas, enquanto que o Governo do Paraná, que se comprometeu em auxiliar com 100 mil telhas, já as encaminhou.

O Governo do Paraná já assumiu o seu compromisso e o nosso Governo continua omissos com o Sul de Santa Catarina!

O Governador tem onde dormir, tem um palácio confortável, mas as pessoas atingidas pelo furacão no Sul do Estado não têm onde dormir, precisam de telhas para cobrir suas casas novamente e precisam da liberação dos recursos para começar a reconstruir suas vidas. E o Governo continua ausente, distante, omissos, incompetente e inoperante, como ocorre, Deputado João Rodrigues, com nossos irmãos do Oeste do Estado, que também continuam vendo a omissão do Governo com relação à estiagem.

Até agora muito discurso, mas na prática nenhuma ação concreta, para atender os atingidos pela estiagem no Oeste do Estado e os atingidos pelo Furacão Catarina no Sul de Santa Catarina.

Não é possível calar, Srs. Deputados. Eu tenho feito um esforço para não vir aqui todo dia denunciar, porque não gosto disso. É ruim, é desagradável, gasta-se muita energia para fazer isso. Mas tenho que cumprir a minha obrigação, porque aquele povo do Sul do Estado já não consegue mais sobreviver nessas condições.

Não é possível que o Governo seja tão incompetente e inoperante que nem as telhas, Deputado Antônio Ceron, tenha conseguido encaminhar até agora! Isso é um descaso e uma irresponsabilidade! Esse é o comportamento de um Governo que só pensa em fazer politicagem e em fazer arranjos: tira daqui, coloca lá, compõe aqui, muda de Partido lá, só pensando em voto e em eleição.

Enquanto isso, o povo catarinense continua esperando por um Governo e por um Governador que durante a campanha se dizia por toda Santa Catarina, mas o que estamos vendo é que falta, de fato, um Governo competente e operante para o nosso Estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Srs. Deputados, esta Presidência registra, com muito prazer, a presença do ex-Deputado Álvaro Correia, bem como do ilustre Secretário de Desenvolvimento Regional de Blumenau, meu amigo Paulo Roberto França, e de outras autoridades.

Neste momento, vamos proceder o compromisso e a posse do ilustre Deputado César Cim. Como o Sr. Presidente teve um atraso nos seus compromissos e tendo em vista a presença dos ilustres convidados do Deputado que será empossado em alguns instantes, como a do Prefeito Municipal de Blumenau, que veio prestigiar também este evento, vamos proceder ao que determina o Regimento Interno.

Convidamos os ilustres Deputados Pedro Baldissera e Celestino Secco para conduzirem até o Plenário o ilustre Deputado César Cim, que tomará posse do mandato de Deputado para o qual foi eleito.

(Palmas)

Solicito ao Sr. Quarto Secretário, Deputado Francisco de Assis, que proceda à leitura do ato de convocação.

O SR. QUARTO SECRETÁRIO

(Deputado Francisco de Assis) - (Passa a ler)

"Ato da Mesa nº 009-DP, de 2004-03-19.

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso II, do Regimento Interno,

Resolve:

Convocar o cidadão César João Cim, Primeiro Suplente da Frente Trabalhista PDT e PTB, para ocupar a Cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Sérgio Godinho, indicado para o cargo de Secretário de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente.

Palácio Barriga-Verde, em Florianópolis, 06 de abril de 2004.

Deputado Volnei Morastoni - Presidente."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - (Passa a ler)

"Esta Presidência dá conhecimento às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que o Sr. César João Cim apresentou os documentos estabelecidos na Constituição Estadual e no Regimento Interno, necessários à posse."

Por isso, solicito ao Sr. Deputado César Cim que preste da tribuna o compromisso de posse.

Convido a todos os Srs. Deputados para, de pé, assistirmos ao compromisso de posse do ilustre Deputado.

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - "Prometo manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil e a Constituição do Estado de Santa Catarina e observar as leis, desempenhando leal e sinceramente o mandato que me foi outorgado pelo povo catarinense".

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Assim, na qualidade de Presidente em exercício desta sessão, declaro empossado o Sr. César João Cim no cargo de Deputado Estadual.

Solicito ao Sr. Deputado Cesar Cim que assine o termo de compromisso.

(O Sr. Deputado César Cim assina o termo de compromisso.)

(Palmas)

Srs. Deputados, solicito a V.Exas. compreensão, para que possamos permitir ao Sr. Deputado César Cim que se manifeste da tribuna. Posteriormente, volto à situação anterior, dando a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado João Rodrigues.

Desejamos ao ilustre Deputado sucesso, felicidade, dizendo também que é um prazer e uma honra presidirmos esta sessão porque, como dissemos, trabalhamos há muitos anos com o jovem advogado e promotor substituído da cidade de Curitiba.

Muito sucesso, que Deus lhe ajude e dê forças para cumprir com o seu compromisso.

Com a palavra o Sr. Deputado César Cim, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Sr. Presidente; senhores componentes da Mesa Diretora; Prefeito Décio Lima; Sras. Deputadas Odete de Jesus e Ana Paula Lima; Srs. Deputados; autoridades aqui presentes, senhoras e senhores visitantes.

No ano de 2000, quando perdi, em um acidente de trânsito, a minha filha, achei que o sol não iria mais iluminar como iluminava e que a lua não iria mais alumiar como alumia.

A vida foi passando, as barreiras foram vencidas e hoje quis Deus que eu tomasse posse num dia em que o sol brilha ardentemente, circundado por uma lua cheia que certamente haverá de brilhar como sempre.

É uma honra muito grande, Sr. Presidente e Srs. Deputados, poder ascender a esta Casa. A emoção me encampa, neste momento, porque para se chegar aqui um longo caminho deve ser percorrido, como V.Exas. percorreram, têm a sua história e eu tenho a minha.

Mas antes de a ela fazer referência, quero dizer do orgulho que tenho da possibilidade de poder fazer leis, pois sempre as cumpri, sempre fui um legalista e sempre me deparei com esse sonho de um dia poder legislar, e este sonho acaba se concretizando nesta oportunidade, com a Presidência do meu amigo, do meu irmão Décio Lima, que foi um grande escrivão na Comarca de Curitiba, e com a presença dos meus simpatizantes, do meu Presidente Manoel Dias e do meu PDT.

A minha história começou em São João Batista, na época em que se anunciava a chegada do peixe, através da guampa, do gado bovino. E naquele dia era de festa, porque nós iríamos ter pirão branco, da época em que se tinha que caminhar 10 quilômetros para se chegar à escolinha e na época em que se nascia e se criava nos canaviais.

Depois veio a minha universidade, em Blumenau, a nossa querida Furb, onde passei necessidade para estudar e passei fome. Saía do ônibus e ia direto para a sala escolar, e os meus colegas para a lanchonete, porque não dispunha de um vintém para beber um cafezinho.

Voltei depois para São João Batista para ocupar o mesmo cargo do meu Presidente, ser escrivão, onde tudo era manuscrito, onde as testemunhas tinham que se deslocar por mais de 80 quilômetros para atender a um chamado judicial. E para se dar um telefonema, tínhamos que ficar - eu e o juiz - três horas na fila, em Faxinal dos Guedes, para depois o operador dizer que não havia conseguido fazer a ligação.

Nessa época, o Oeste só sintonizava a televisão de Erechim, onde o comentarista esportivo era o Paulo Santana e os comentaristas políticos eram Rui Carlos Ostermann e Ibsen Pinheiro. E aí começamos a sintonizar a nossa querida TV Coligadas, de Blumenau, que foi a que integrou Santa Catarina. Depois chegamos em Blumenau na condição de Promotor de Justiça e investimos na questão do consumidor, iniciando-me na vida política, que me traz a esta Casa, com muita honra, com muito orgulho e com muita emoção.

E eu gostaria de registrar a engenharia que tomou conta para que chegasse a esta Casa. O meu querido PDT, juntamente com o PTB, ganhou um Deputado que vai propiciar oportunidade para que o PDT ressurgir das cinzas.

E este é o compromisso que quero assumir com o PDT.

(Palmas)

Este é o compromisso, Manoel Dias, que quero assumir para que possamos reerguer o PDT. Essa engenharia política também comandada pelo Governador e pelo Prefeito Décio Lima propiciou ao Ministério Público, instituição que eu tanto amo, que também tivesse o seu Deputado.

A minha querida Blumenau também recebeu mais um Deputado, juntamente com a Deputada Ana Paula Lima e com o Deputado João Kleinübing; quis a minha querida São João Batista, o Vale do Rio Tijucas, tivesse o seu Deputado, o segundo na história de São João Batista; quis a minha querida Furb, onde leciono Direito do Consumidor, tivesse o seu Deputado; quis a OAB, cuja minha inscrição é de nº 2400, da década de 70, quase 30 anos de advogado, tivesse o seu Deputado.

Isto me deixa fortalecido, isto faz com que a minha responsabilidade aumente. E aí vem o meu compromisso com as pessoas que me trouxeram, que é o Governador, no sentido de trazer, Manoel Dias, o nosso PDT para o Governo do Estado.

Vamos ter que dar um rumo e vamos ter que ter fidelidade. O meu compromisso com o projeto do Prefeito Décio Lima, em Blumenau, o meu compromisso com os pedetistas, o meu compromisso com a sociedade, o meu compromisso com o eleitor, onde coloquei claramente que iria ter três vertentes no meu trabalho, é fiscalizar o Executivo, representar a minha região de Blumenau e o Vale do Rio Tijucas e legislar.

E para isso tenho que fazer os meus agradecimentos. Agradecer ao Sr. Governador do Estado, que propiciou essa engenharia toda e que me trouxe à Assembléia; agradecer ao Prefeito Décio Lima; agradecer ao Presidente do meu Partido, Manoel Dias; agradecer a todos os pedetistas e agradecer à minha família.

Quem chegou aqui sabe e já sentiu a dor do que é perder uma campanha, do que é ser derrotado, do que é ser cobrado pela esposa e pelos filhos, pedindo pelo amor de Deus que abandonasse a carreira, mas tinha certeza de que essa luta um dia iria ser coroada.

Billy, Ana Lara, Poliana, que está no céu, D. Leni, obrigado por tudo, pela compreensão, obrigado por vocês terem me acompanhado, terem me dado esta oportunidade, e não vou decepcionar. Obrigado por tudo, meus irmãos. Obrigado, Sr. Presidente.

(Palmas)

O tempo se foi, mas foi uma honra muito grande ser empossado pelo meu amigo escrivão, Deputado Onofre Santo Agostini. Obrigado, Srs. Deputados, de coração, por esta honra, por esta felicidade, por esta alegria, por este orgulho. Obrigado, Srs. Deputados Narcizo Parisotto e Sérgio Godinho.

Gostaria, Sr. Presidente, que me fosse dada a oportunidade de me dispensar para que pudesse sentir este momento, para que pudesse viver esta realidade, para que pudesse curtir isso com os meus irmãos de Blumenau e de toda a região de São João Batista. Dispensa-me, Sr. Presidente! Deixa-me sentir este momento com o meu povo.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - V.Exa. está dispensado!

(Palmas)

(Manifestações das galerias)

Conforme solicitou o Sr. Deputado César Cim, nós o dispensamos para que possa curtir junto aos seus eleitores e amigos este momento emocionante e histórico para o ilustre homem público que é o nosso particular amigo.

Concedemos, também, licença ao Prefeito Décio Lima para se ausentar do Plenário. É uma honra tê-lo em nosso meio!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputado César Cim, eu entendo que este é um momento de alegria, que os seus amigos o esperam, querem abraçá-lo, mas gostaria que V.Exa. permanecesse alguns minutos para, em nome da Liderança da Bancada do Partido Progressista, fazer a nossa manifestação partidária de boas-vindas a V.Exa.

Nós pudemos sentir e compartilhar da emoção vivida por V.Exa. neste momento em que consegue conquistar o seu espaço e, mais importante que isto, o espaço do seu Partido nesta Casa Legislativa.

Como democrata que sou, Deputado César Cim, fico muito feliz, muito alegre, em poder ver também o Partido Democrático Trabalhista, o PDT, a partir de agora, através de V.Exa., ter assento nesta Casa Legislativa. Nós estávamos sentindo a falta do PDT nesta Casa, que já teve brilhantes Parlamentares e que agora, através de V.Exa, reconquista o seu espaço na Casa do Povo.

O discurso de V.Exa. não poderia ser mais feliz do que foi, compromisso assumido aqui diante do Presidente Maneca Dias, dos seus correligionários, de ser um instrumento de resgate do seu Partido, que tem uma belíssima história, sem dúvida, em Santa Catarina e no País.

Sinta-se bem neste meio, conte conosco, porque fortalecendo as instâncias democráticas, através dos Partidos Políticos, nós estaremos fortalecendo acima de tudo a democracia deste País.

É neste sentido que quero, em meu nome e em nome da Bancada do Partido Progressista, cumprimentá-lo e colocar a nossa Bancada à disposição de V.Exa., para que possa cumprir com o seu discurso de posse tão emocionado e que acabou por emocionar todos nós.

Seja bem-vindo e seja muito feliz nesta Casa!

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Deputado César Cim, em meu nome e em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, eu quero desejar a V.Exa. boas-vindas a esta Casa, à Casa da democracia, à Casa do Povo, à Casa do debate, da proposição, à Casa da construção de uma consciência, de uma mentalidade diferente de se fazer política.

Acompanhei atentamente a sua colocação, que me traz, sem dúvida nenhuma, uma motivação enorme, grande, porque me faz resgatar de maneira muito especial o princípio da garra do Parlamentar e de maneira muito especial do Partido Democrata Trabalhista. Isso é bonito. Que esse resgate possa contribuir enormemente na consolidação do projeto para uma sociedade mais fraterna, justa e igualitária.

Neste sentido, em nome da minha Bancada, quero dar as nossas boas-vindas a V.Exa. e que V.Exa. possa fazer um grande trabalho durante esses anos que tem pela frente.

O Sr. Deputado João Paulo Kleinübing - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Paulo Kleinübing.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Em nome deste Deputado e do Partido da Frente Liberal, por delegação do meu Líder, Deputado Antônio Ceron, queremos desejar boas-vindas a V.Exa.

Quero cumprimentar todos os que vieram aqui, da nossa Blumenau e do Vale do Itajaí, mercadamente dividindo este momento com V.Exa, que passa a ser um dos nossos Companheiros aqui. E tenho certeza de que com a mesma garra e determinação que V.Exa. se caracterizou durante toda a sua vida, continuará agindo em defesa do consumidor, dos interesses da sociedade.

Como membro do Ministério Público, V.Exa. tem muito a acrescentar a esta Casa e será, sem sombra de dúvidas, um grande defensor dos interesses de Blumenau.

Meus parabéns, meus cumprimentos a V.Exa. e ao Vale do Itajaí, que hoje aumenta a sua representação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, a Deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Deputado César Cim, meu coração se enche de alegria, e hoje é um marco para a cidade de Blumenau e para todo o Vale do Itajaí termos a sua presença nesta Casa, pela sensibilidade do Governador Luiz Henrique da Silveira, que atendeu ao apelo desta Deputada e do Prefeito de Blumenau, para que V.Exa. pudesse estar junto conosco para fazer as leis para o Estado de Santa Catarina e para reivindicar muito mais coisas para o nosso Vale, que há muito tempo desejava.

Tenho certeza de que o sol que está iluminando hoje vai iluminar a sua vida, como sempre iluminou quando Promotor de Justiça, no seu trabalho em defesa dos direitos do consumidor e em defesa dos excluídos. Que V.Exa. seja muito bem-vindo a esta Casa, pois tenho certeza de que faltava a sua presença aqui.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, a Deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Deputado César Cim, V.Exa. foi brilhante quando abriu seu coração e pôde manifestar a sua alegria e a sua emoção. V.Exa. foi autêntico ao mostrar a alegria de poder estar contribuindo com o povo catarinense.

Seu gesto foi maravilhoso de poder expandir todo o potencial que está no seu coração, dizer que homem também chora e dizer que emoção também existe.

A alegria que V.Exa. demonstrou para toda a população catarinense... V.Exa. está representando uma Bancada, bem como esta Deputada, que é Líder do Partido Liberal, e V.Exa. também ocupa uma posição de Líder de uma agremiação partidária muito honrada e respeitada. Mas V.Exa. não se sinta sozinho por ser um só em uma Bancada, porque um também faz a diferença. Seja bem-vindo e que Deus o abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PTB.

Com a palavra o Deputado Narcizo Parisotto, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Quero cumprimentar respeitosamente o nosso colega de Parlamento, César Cim, nosso Deputado, que falou-me, há poucos dias, que gostaria de ser chamado de Deputado Cim. E assim o farei, sendo o primeiro nesta Casa.

Quero desejar pleno sucesso ao Deputado, dar-lhe as boas-vindas a esta Casa de Leis, à Casa do Povo catarinense, onde tenho certeza absoluta teremos uma boa participação, uma boa cooperação com a sua vinda.

Quando nós o conhecemos havia a possibilidade de V.Exa. vir a substituir, aqui nesta Casa, como primeiro suplente, o meu colega Deputado Sérgio Godinho. E eu não tive a menor sombra de dúvidas em participar nesse processo para tê-lo e vê-lo aqui nesta Casa.

Hoje V.Exa. assume com sucesso, com alegria, com aquele entusiasmo, com aquele coração para fora, com aquele coração que de fato fala mais alto, ao revelar as palavras nas lágrimas de seus olhos. Portanto, sucesso a V.Exa. e ao seu Partido.

Na condição de Presidente do PTB em Santa Catarina e Líder da Bancada nesta Casa, eu quero usar apenas mais um minuto para desejar a V.Exa. e aos seus companheiros sucesso total e para cumprimentá-lo pelo brilhante discurso que V.Exa. fez, já revelando a sua vontade, a sua garra de acertar e de fazer coisas boas e melhores por Santa Catarina.

O PTB deixou de Ter nesta Casa um Deputado eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro, mas isto não me preocupa.

Desejo muito sucesso ao meu colega Deputado Sérgio Godinho, que ocupa uma Secretaria de Estado. E tenho certeza de que o PTB não haverá de ter prejuízo mas, sim, somará com a presença de V.Exa., Deputado César Cim.

Um abraço petebista ao Nobre Colega e desejo que Deus o ilumine, guarde-o, proteja-o, inspire-o, dê-lhe saúde, à sua família e aos seus amigos de Blumenau.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Ainda restam dois minutos ao PTB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PTB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Deputado César Cim, a Casa, com certeza, o Parlamento catarinense, passa a contar com seus douts conhecimentos na área jurídica. Mas não é só isso. V.Exa. com certeza também é representante legítimo das aspirações, dos sonhos, das necessidades da nossa população.

V.Exa. demonstrou extrema sensibilidade, quando, através de sentimentos expressos da tribuna - até porque o riso e o pranto são sentimentos que brotam da alegria, da satisfação na alma humana -, demonstrou também que tem uma alma grande e uma grande sensibilidade para com os problemas da nossa população, da sua cidade, da sua região e do seu Estado.

Seja bem-vindo. Com certeza o Parlamento de Santa Catarina ganha com a sua presença.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o Deputado Joares Ponticelli por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, no horário do nosso Partido, nesta tarde de terça-feira, quero trazer,

Deputado Antônio Ceron, a nossa preocupação com relação ao resultado da assembleia do Sinte, realizada na última quinta-feira, aqui, na cidade de Florianópolis.

Durante o processo de discussão da matéria, que propôs o Governo conceder 1% de revisão geral dos salários dos servidores públicos no ano passado, tivemos vários debates, várias propostas discutidas nesta Casa, e o Sinte teve, naquele momento, uma atuação muito firme, muito positiva, e o Governo acabou por se comprometer, em determinada hora do debate, em constituir uma comissão composta por membros do Governo, desta Casa Legislativa e do Sindicato, para discutir uma proposta de reajuste do salário dos professores da rede estadual de ensino.

Essa comissão, Deputado Celestino Secco, se não me falha a memória, deveria ter sido constituída já a partir do mês de setembro do ano passado. Estamos no mês de abril, e como bem lembrou V.Exa. no último dia 31, estamos no mês limite da revisão anual dos salários. É exatamente no mês de abril que o Executivo deve anunciar e conceder a revisão anual dos salários.

O Sinte, durante todo esse período, tentou, em várias oportunidades, compor, negociar, articular a formação dessa comissão de negociação.

No entanto, a intransigência e a falta de compromisso do Governo fizeram com que na última quinta-feira tivesse que ter sido tomada a posição, difícil, penso, para o sindicato da categoria, que é a decisão pela greve geral, a partir do próximo dia 13 de abril.

Como professor, Deputado Nilson Gonçalves, essa notícia me entristece profundamente. Eu já fui dirigente de escola pública. Tenho mais de 20 anos de Magistério, Deputada Ana Paula Lima, concursado que sou desde 1985, mas atuante no Magistério Público desde 1983.

Entristeço-me em ver que um Governo, antes de concluir o seu segundo ano de mandato, já consegue, pela intransigência, pela falta de articulação e pela falta de respeito ao servidor público do Magistério, deflagrar um processo de greve que vai se estabelecer a partir do próximo dia 13.

Deputado Nilson Gonçalves, os prejuízos de uma greve de professores são imensos! Irrecuperáveis, eu diria! E essa greve só vai ocorrer pela intransigência, pela falta de compromisso e pela falta de responsabilidade do Governo. Tanto com aquilo que disse durante a campanha, Deputado Celestino Secco, quanto com o que reafirmou quando da discussão do 1% no ano de 2003.

É profundamente lamentável, mas entendo e sou solidário e faço manifestação em nome da minha Bancada, a essa decisão do sindicato, porque entendemos não haver outra forma do Governo retomar o processo de composição, de negociação a não ser com essa decisão que, infelizmente, teve de ser tomada na última quinta-feira.

O Sr. Deputado Celestino Secco - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Celestino Secco - Deputado, a não ser que a burocracia, com tantos "erres" quanto for possível lhe colocar esteja, sobrepondo-se à gestão ou que a incompetência tenha se instalado de forma tão acintosa em detrimento da sensibilidade, o cenário que se desenha, Deputado Joares Ponticelli, para o funcionalismo público é muito ruim.

Primeiro porque o Magistério tinha que esperar a solução da Segurança. A solução para os servidores da Segurança foi oferecida num projeto de lei aprovado por esta Casa, mas até agora incólume do ponto de vista de aplicação prática.

Se o Magistério tem que esperar, eu só fico triste com as 900 mil crianças catarinenses que estudam em escolas públicas e que precisam agora deixar de frequentá-las porque os professores, legitimamente, estão buscando um canal de negociação.

É mês de abril, Deputado Joares Ponticelli! É mês da revisão anual da remuneração dos servidores públicos!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, Deputado Celestino Secco!

Eu sei que o Deputado Antônio Ceron, no horário destinado ao PFL vai continuar com esse debate, vai trazer, em nome da Bancada do PFL, essa preocupação. E nós queremos, enquanto Bancada do Partido Progressista, solidários à preocupação do PFL e de todos aqueles que quiserem compor, neste momento, estar à disposição para que possamos, como ocorreu em outros momentos, abrir, através desta Casa, um canal de negociação, um canal de composição para, quem sabe, evitarmos o movimento grevista, porque sabemos que os professores também não querem parar.

Eu entendo que deve ter sido uma decisão muito difícil, mas, certamente, dada a intransigência do Governo, não restou outra alternativa ao Sinte a não ser decidir pela paralisação a partir do próximo dia 13.

Mas ainda temos tempo, Deputado Herneus de Nadal. Hoje é dia 6 de abril. Quem sabe a partir de agora a Assembléia possa deflagrar e comandar esse processo de chamar o Sinte, o Governo, de buscar uma composição política para que possamos evitar essa greve que vai trazer prejuízos para toda a sociedade catarinense, para os professores, para os alunos, para a comunidade escolar como um todo.

É preciso que o Governo volte atrás nas declarações que concedeu à imprensa na semana passada.

Eu fiquei muito triste quando li as manifestações do próprio Governador do Estado dizendo que não tem absolutamente nada a oferecer ao professor da rede pública estadual de Santa Catarina. Se não tem, por que enganou até o presente momento? Por que gerou uma expectativa? É profundamente lamentável o quanto este Governo continua agindo como se no planaque estivesse e negando a cada dia de Governo mais um compromisso de campanha e compromissos administrativos já assumidos durante o próprio mandato.

É profundamente lamentável que isso esteja acontecendo. Mas queremos desde já nos colocar à disposição e propor que a Assembléia assuma o papel de articulação de todo esse processo para evitarmos a greve.

Por fim, Sr. Presidente, quero comunicar que a nossa Bancada estará protocolando na Justiça catarinense, na tarde de hoje, mais três ações populares contra o atual Governo. E repito, fizemos esses encaminhamentos com muita tristeza.

No ano passado, foi mais de uma dezena de ações populares que tivemos que ingressar contra o atual Governo, dado o elevado número de erros que estão sendo cometidos pela atual administração.

E hoje, diante da continuidade desses erros, da continuidade dessa falta de respeito à legislação, estamos protocolando mais três ações junto à Justiça catarinense e também formulando uma denúncia ao Tribunal de Contas do Estado, com base na dispensa de licitações promovidas pela Celesc para aquisições de produtos por mais de R\$ 11 milhões. Dispensa de licitação que não se justifica, que o Governo não esclareceu até o

presente momento, e certamente o Tribunal de Contas, órgão fiscalizador e órgão auxiliar desta Casa, não se furará em exigir do Governo as devidas explicações com relação a esses desmandes todos que estão sendo praticados, também nas Centrais Elétricas de Santa Catarina, que a cada dia nos brindam com novas notícias, sempre negativas para a sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 15 minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente, colegas Deputados, funcionários desta Casa, demais pessoas que acompanham esta sessão, gostaria de saudar o Deputado César Cim, empossado hoje, a militância do PDT, saudar o Manoel Dias, e dizer da nossa satisfação de ter César Cim neste Poder, junto conosco.

Sr. Presidente, eu quero hoje falar novamente sobre as ações do Governo Federal neste País. O primeiro assunto que eu quero abordar é sobre a reforma agrária proposta por este Governo. O Governo Federal assegurou R\$ 1,7 bilhões para a reforma agrária este ano.

"Neste País a reforma agrária vai ser feita por uma questão de justiça social, por uma necessidade de repartir melhor o território produtivo, para que a nossa gente tenha a oportunidade de trabalhar" - palavras do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 02 deste mês.

O Governo Federal garantiu o cumprimento da meta de assentar 115.000 famílias em 2004, conforme previsto no plano nacional da reforma agrária. Só neste primeiro semestre foram assentadas 11.093 famílias. Ou seja, o dobro da média realizada nos últimos nove anos. Vejam bem: só neste último semestre o Governo Federal assentou o dobro da média realizada nos últimos nove anos.

A execução das metas será viabilizada a partir de verba suplementar no valor de R\$ 1,7 bilhão, assegurada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Esse tipo de ação deixa claro para todos os brasileiros de que a intenção do Governo Federal não é apenas fazer uma reforma agrária nos moldes que estavam sendo feitos no nosso País. Pelo contrário, é um projeto diferente. Um projeto de reforma agrária nesses moldes prevê, além da concessão de terras, por exemplo, a garantia de que os assentados terão condições estruturais para desenvolver as suas atividades. É um modelo que prioriza a integração produtiva; a viabilidade econômica destas atividades; o acesso e o direito à educação, à saúde e à segurança social.

Os assentamentos serão adequados aos diferentes biomas onde estão localizados, e a implementação desse modelo será articulado entre o Governo Federal, os Governos Estaduais e os Governos Municipais. A recuperação dos assentamentos também faz parte desse plano de reforma agrária.

O levantamento feito pelo Inbra aponta que das mais de 500.000 famílias assentadas entre 1995 e 2002, 90% não têm sequer abastecimento de água; 80% não possui energia elétrica; 57% não tiveram disponibilizado o crédito para habitação e 53% não receberam qualquer tipo de assistência técnica.

Ora, senhores, esse modelo de reforma agrária que vinha sendo praticado no Brasil nós não queremos! E quando nós

falamos que neste primeiro semestre houve o dobro de famílias assentadas em relação aos últimos nove anos, esse assentamento também é diferente! Não é nos moldes que vinha sendo praticado.

Portanto, o Governo Federal vem cumprindo com a palavra, destinando verbas e dando condições para que as famílias brasileiras assentadas tenham, de fato, condições de viver e sobreviver com dignidade, porque não basta apenas colocar o homem na terra, é preciso dar condições para que ele possa produzir, criar os filhos e fazer com que o ele permaneça na terra.

Este é o compromisso do Governo Lula e que, para nossa felicidade, está sendo cumprido rigorosamente.

Mas não quero falar apenas da reforma agrária. Um outro texto diz que o Brasil sobe no *ranking* mundial da exportação, principalmente no agronegócio. O Brasil ganhou uma posição no *ranking* dos maiores exportadores do mundo. Segundo dados divulgados ontem pela OMC - Organização Mundial do Comércio, em Genebra, o País subiu do 26º para o 25º lugar, com 1% dos US\$ 7,3 trilhões comercializados no mundo em 2003.

Na verdade, se for computado todos os países da Europa juntos, Deputado Paulo Eccel, o Brasil subiria para o 16º lugar, ficando com 1,3% do total das exportações mundiais.

Ainda sobre o Governo, e falando de exportação, pela pesquisa realizada pela Global Monitor em 31 países dos cinco continentes mostra que o Brasil pulou da sétima para a sexta colocação no *ranking* do empreendedorismo. De acordo com o estudo, 12,9% da força de trabalho do País estão iniciando novos empreendimentos ou são proprietárias de negócios criados a menos de um ano e meio, ou seja, dentro do nosso plano de crescimento da indústria, da geração de empregos do nosso governo. Isso representa um total de 13,5 milhões de brasileiros empreendedores.

A política do Governo Lula recupera indústrias. Esta política de exportação adotada pelo nosso Governo vem trazendo bons resultados e desempenho para as indústrias de todo o País, e não poderia ser diferente aqui em Santa Catarina. Nas indústrias têxteis por exemplo, as exportações foram força motriz do setor, apesar de ser um ano de demanda interna fraca e aumento do preço da matéria-prima.

O Brasil exportou no ano passado, no setor têxtil, US\$ 1,65 bilhão, tendo um aumento de 40%, se comparado com o resultado anterior ao assumirmos o Governo em 2002. Santa Catarina, exportou US\$ 307 milhões, 20% a mais do que exportou no mesmo período do ano anterior.

Esses dados representam um aumento no faturamento e na recuperação das empresas do nosso Estado.

Da mesma forma vem o setor metal/mecânico, um dos principais setores da economia da região norte do Estado, onde está localizada a minha cidade Joinville. Em 2003, por exemplo, a Embraco, empresa em que tive a honra de trabalhar, bateu o recorde de exportação - mandou para o exterior 71% da sua produção.

Na mesma linha vem a Fundação Tupy, que teve um aumento de 25% de suas vendas para o exterior. A empresa fechou o ano de 2003 com um lucro líquido de 9,1 milhões, sendo um faturamento de 1,12 bilhões. Isso significa um aumento de 33,4% se compararmos com o ano de 2002. Além disso a empresa conseguiu negociar 82% da sua dívida contraída nos anos anteriores.

Falei tudo isso, Sr. Presidente, para mostrar para os colegas Deputados, para a sociedade catarinense, para as pessoas que depositaram um voto de confiança no Governo Federal, no Governo Lula, como sempre disse, desde o início, desta tribuna, de que não tinha dúvida nenhuma da competência deste Governo, da seriedade como fazemos política e do compromisso do Lula, que é um brasileiro que tem a cara do nosso País.

Então, estamos no caminho certo. Tenho certeza de que aqueles que este ano, Deputado Paulo Eccel, vieram a esta tribuna falar que os problemas acontecidos iam inviabilizar o crescimento da economia, que o Brasil estava fora dos trilhos, como eu falava, vão engolir o que falaram.

E hoje, a cada dia que passa, comprova a competência e a honestidade do Governo Federal, e o lugar onde o nosso Brasil, o nosso País, haverá de estar, o lugar de onde nunca deveria ter saído, ou seja, gerando empregos, dando qualidade de vida para os brasileiros, diminuindo a desigualdade social, fazendo com que tenhamos orgulho de viver neste País, que tenhamos orgulho de ser brasileiro e que tenhamos orgulho de ter um Presidente com a nossa cara, com a cara do Brasil, com a cara do povo brasileiro.

Isso me deixa muito feliz, muito motivado para a cada dia vir a esta tribuna falar das ações do Governo do PT, falar do compromisso do nosso Partido, falar do compromisso do Governo Federal de tirar o Brasil do lugar de onde o pegou, de tirar o Brasil do atoleiro e das dívidas.

O País estava condenado às grandes privatizações, mas hoje estamos recuperando sua economia; estamos fazendo com que as pessoas acreditem de novo numa nova vida, num novo momento, num ano de felicidade, num momento bom para nós. Tenho certeza de que este ano será de fato um ano de muita felicidade, porque o que o Governo Federal está fazendo não tem outra expectativa se não a felicidade de todos os brasileiros.

Gostaria de falar também um outro motivo de alegria para nós - a vinda do Deputado César Cim, de Blumenau, da região do Alto Vale, do Vale do Itajaí, para esta Casa.

Por fim, Sr. Presidente, deixo o restante do tempo destinado no meu Partido à Deputada Ana Paula Lima.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Ainda dentro do horário destinado ao PT, com a palavra a Deputada Ana Paula Lima, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, as galerias desta Casa e este Plenário estão em festa, pois contam com a presença de várias lideranças que vieram prestigiar a posse do Deputado César Cim. Muito nos alegra ver o ex-Deputado Álvaro Correia, juntamente com o Secretário de Desenvolvimento Regional, da região de Blumenau, Sr. Paulo França, com lideranças do PDT, os Srs. Manoel Dias, Roberto da Luz, Jair Conpiani e o Dr. Elpidio Marcos, assim como o Vereador Betinho e o Vereador Léio Cristeli. Todos vieram prestigiar a posse do Deputado César Cim.

Realmente, Sr. Presidente, esta data ficou marcada. É um marco para a cidade de Blumenau, como já havia falado, e também para todo o Vale do Itajaí; é um dia singular para esta Casa Legislativa, representativa do povo de Santa Catarina.

Porém, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, cabe-me aqui fazer um registro todo especial da parcela do povo catarinense que represento, a minha cidade de Blumenau e do Vale do Itajaí, ao nome do Dr. César Cim.

Ganhamos todos. Ganhou o Governador Luiz Henrique e o povo de Santa Catarina com o retorno de experientes, como o Deputado João Henrique Blasi e o Deputado Francisco Küster, mas indiscutivelmente, também com a presença inovadora do ex-Promotor de Justiça, defensor inexorável dos consumidores, blumenauense de coração, personalidade determinada, de quem sempre na vida pública foi movido pela paixão da inclusão dos excluídos.

Por outro lado, senhoras e senhores, está ganhando o Estado de Santa Catarina. Eu, mais do que ninguém, fiquei feliz com a presença do Deputado César Cim nesta Casa.

Quero aqui também, Sr. Presidente, enaltecer a sensibilidade do Partido Trabalhista Brasileiro, do Deputado Narcizo Parisotto, do Deputado Sérgio Godinho, que atendeu ao chamado do Governador Luiz Henrique para exercer o cargo de Secretário de Estado na Secretaria de Desenvolvimento Social e do Meio Ambiente. Isso deu a oportunidade de Blumenau e o Vale do Itajaí ter mais um Deputado nesta Casa. Ficamos felizes pelo feito.

O Prefeito Municipal da cidade de Blumenau, Sr. Décio Lima, o Secretário de Saúde, Dr. Adriana, o Secretário de Planejamento, José dos Reis Garcia, também prestigiam hoje a posse do Deputado César Cim.

Então, seja bem-vindo, Deputado César Cim. V.Exa. muito irá contribuir para fazer as leis para o Estado de Santa Catarina.

Muito Obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Celestino Secco - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Celestino Secco.

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Queremos apenas, Sr. Presidente, fazer o registro de uma visita ilustre que estamos tendo nesta tarde, do nosso Prefeito de Águas Frias, Sr. Telvino Basso. Desejamos que ele se sinta muito bem aqui na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Deputado Antônio Ceron, por até 10 minutos

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, dando continuidade à palavra do Deputado João Paulo Kleinübing, em nome da Bancada do PFL, cumprimento o Deputado César Cim, que assume uma cadeira hoje no Parlamento de Santa Catarina.

Srs. Presidente e Srs. Deputados, o Deputado Joares Ponticelli, há pouco, utilizando o espaço do seu Partido, fazia menção a um assunto que não pode passar à margem da Assembléia, esse espírito de festa que temos nesta Casa, porque aqui temos a obrigação de fazer repercutir a realidade do dia a dia do povo de Santa Catarina.

Srs. Presidente e Srs. Deputados, esse espírito de festa que temos nesta Casa, porque aqui temos a obrigação de fazer repercutir a realidade do dia a dia do povo de Santa Catarina.

Eu não poderia, neste dia, no horário do meu Partido, deixar de fazer alguns comentários a respeito do grave problema que vive o funcionalismo do Estado de Santa Catarina. Não só pelas dificuldades que ele está passando, não só pela não reposição salarial, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas também, e quem sabe principalmente, porque o nosso servidor está se sentindo enganado. Ele foi usado na campanha eleitoral pelo candidato, hoje Governador Luiz Henrique da Silveira, com o famoso Plano 15, aquele papelzinho que só tinha capa, porque se tinha conteúdo foi jogado fora. Na realidade não aconteceu nada! Só aparecia o 15.

Diziam, recorde bem, que jamais ia admitir que um professor em Santa Catarina recebesse menos, Deputado Genésio Goulart, que um professor de Joinville, Deputado Reno Caramori; que não podiam admitir, e por aí afora. Para o servidor da Segurança nem se fala.

Hoje aparece publicado na imprensa do Estado uma matéria do Sinte. E aproveito para cumprimentar a diretoria do Sinte pela maneira cavalheiresca, serena (não é o Sinte de antigamente) de negociação que o Sinte está tratando junto ao Governo do Estado.

Apesar desse espírito na assembléia da última quarta-feira ou quinta-feira, não foi possível evitar a deflagração do movimento grevista a partir da próxima terça-feira.

Mas houve por bem o Sinte dar 10 dias de prazo ao Governo do Estado para, quem sabe, com a sensibilidade que não teve em 15 meses, em 10 dias resolva conversar de maneira objetiva e dar seqüência ao encontro de um caminho que satisfaça o professor da rede pública estadual.

Mas, mais do que esses 10 dias, o Sinte programou uma greve para os dias 13, 14 e 15. E é sobre a maturidade do sindicato que eu quero aqui registrar, e nesses dias dar novamente um prazo para que o Governo do Estado abra o caixa preta da sua arrecadação e investimento em folha de pagamento para, quem sabe, construir esse projeto.

Faço este registro cumprimentando o Sinte pela maturidade com que está conduzindo essas negociações, e, exatamente inspirado pelo procedimento e comportamento do Sinte, que nós, da Bancada do PFL, encaminhamos hoje um requerimento solicitando ao Governo do Estado, ao Secretário Jacó Anderle, que use esses dias que o Sinte concedeu para construir um projeto que satisfaça.

Deputado Pedro Baldissera, V.Exa. com certeza dirá a mim e ao Deputado Joares Ponticelli, e digo isso em nome das Lideranças, que vão, na próxima semana, dar oportunidade para que o Sinte venha a este Parlamento fazer, como no passado, da Casa do Povo o local para que sua voz tenha eco, e seja ouvida, embora agora muito longe, no interior da Ilha de Santa Catarina.

Quero colocar aqui algumas questões para refletirmos. A folha de pagamento subiu de R\$ 130 milhões para R\$ 180 milhões no ano. Não sou eu que estou dizendo; li na imprensa os dados do Estado: de R\$130 milhões para R\$180 milhões.

A arrecadação subiu 22%, 23%. Se perguntarmos ao professor, ele vai olhar o contracheque e vai ver que não veio nada de aumento! O aumento vem como rabo de cavalo: vem para baixo! O salário cresceu para baixo! Porque deram um e tiraram três; deram um e tiraram dois daqueles que ganham um pouco mais.

O quadro dos últimos dias, publicado na imprensa de Santa Catarina, dá-nos conta que o comprometimento da folha está batendo na marca do pénalti, na margem da prudência. E aí, Deputado João Rodrigues, quando dizíamos para tomar cuidado, porque 45, 50 Secretarias Regionais iriam desmontar toda a estrutura da folha de pagamento...

Deputado Celestino Secco, V.Exa. que foi um brilhante Secretário da Administração, sabe que não há mágica, não há ginástica, não há química que consiga provar para o professor, que não teve aumento e muito menos reposição nem do Governo Paulo Afonso e nem deste aqui. Teve um hiato, neste não cumprimento da lei, que foi o Governo Esperidião Amin, quando fez a reposição salarial determinada por lei. Ele tem em haver lá do Paulo Afonso e também destes mais de 15 meses deste Governo!

É evidente que criar 29 novas Secretarias; 29 novos Secretários-Adjuntos; 29 novos Assessores Jurídicos desses Secretários, estarão inflacionando, inflando a folha de pagamento do Estado.

Deputado Nelson Goetten, lembro do brilhante pronunciamento de V.Exa. aqui na Casa. Enquanto as Secretarias Regionais colocam o despertador às 11h30min para acordar é porque o expediente começa às 13h, mas o professor que tem 40 horas trabalha 40 horas! O professor que ganha por 20 horas, trabalha 20 horas!

Os servidores das Regionais, não sei até quando trabalham (se dá para dizer que trabalham), mas das 13h às 19h, de segunda-feira à sexta-feira e ganham como se fosse das 8h às 18h! Mas servidor que é bom não tem aumento! Servidor efetivo trabalha integral e ganha pela metade! E a população paga a conta da luz integral! Imposto integral! Desafio alguém que me diga que pagou só a metade do ICMS! Não pode, paga-se integral! Ou que diga que pagou a metade da conta de água! Não pode, paga integral! E a prestação de serviços, Deputado Joares Ponticelli? É só na parte da tarde! Só das 13h às 19h!

E o professor não teve aumento. E dê-lhe saliva! O que disse o Secretário Marcos Vieira há poucos dias? Que não há folga no caixa. E se não há folga no caixa não vão pagar; que o Governo tem que ser responsável. Tem que ser responsável só no exercício do mandato? E na hora de pedir voto, pode mentir? Dia após dia a sociedade começa a observar quem é quem em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Tenho apenas 30 segundos, Deputado Joares Ponticelli, mas faço questão que V.Exa. os utilize.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Antônio Ceron, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e dizer que agora eles já não alegam mais que a criação dos 29 cabides de emprego não aumentou a despesa. Se aumentou de 130 para 180, enquanto o servidor teve apenas 1% de aumento... Portanto Santa Catarina tem a oportunidade de ver, mais uma vez, quem faltou com a verdade.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Herneus de Nadal, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, assomo à tribuna na tarde de hoje para manifestar meu posicionamento acerca de alguns assuntos extremamente importantes abordados nesta tarde, desta tribuna, deste local extremamente importante, em que cada um de nós temos o direito, a prerrogativa de nos manifestarmos acerca de várias situações.

E aqui temos, dentro de um regime democrático, o direito de concordar e também de dissentir, de discordar. Logicamente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que as manifestações que aqui são feitas podem - e devem - ser muitas vezes contestadas. E assomo à tribuna na tarde de hoje para dizer que discordo, que estou dissentindo da forma como o tema com relação ao ciclone, à adversidade que se abateu sobre o Sul do Estado, foi abordado aqui desta tribuna.

Todos nós sabemos que o ambiente e o clima foram de pânico e de desespero e que lá no Sul do Estado, desde a véspera do dia da ocorrência, lá estavam o Governo do Estado, os Municípios, o Governo Federal e a própria comunidade para fazerem frente à adversidade.

E este também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é um tema extremamente sério e sensível que não pode e não deve ser explorado aqui da tribuna de uma forma política, de uma forma injusta e de uma forma extremamente exacerbada, procurando a visibilidade e o destaque político em cima das extremas dificuldades por que passam as regiões Sul e Oeste, com a estiagem e o ciclone que se abateram sobre essas duas regiões do nosso Estado.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, manifesto com veemência aqui desta tribuna que as críticas ácidas, infundadas e desproporcionais que foram efetuadas não encontraram eco com relação ao atendimento que foi proporcionado por parte do Governo do Estado, por parte do Governo Federal, por parte da Defesa Civil.

Logicamente, Deputado Manoel Mota, grandes são os desafios a serem superados. Mas este tema, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não pode servir de exploração política, taxando o Governo do Estado de incompetente e ineficaz de uma forma inadequada e de uma forma que contraria todos os princípios de solidariedade humana e também toda a relação que deve ser mantida nesta hora para que os Partidos Políticos possam fazer Oposição, exercer o direito da crítica constitucionalmente garantido, da fiscalização e do controle, no entanto sem deixar de levar em conta, sem deixar de esquecer que o nosso objetivo principal não é a visibilidade política, mas o atendimento às vítimas.

E elas não esperam de nós discursos inflamados, e sim providências, cujas quais estamos perseguindo com uma determinação hercúlea, Deputado Manoel Mota, inclusive na busca das parcerias com o Governo Federal, com as próprias Prefeituras, com a própria comunidade e com a participação de Estados vizinhos, que também estão solidários, procurando nos ajudar para que se possa superar essa extrema dificuldade, jamais vivenciada antes por aquela região.

Por isso, Sr. Presidente, venho à tribuna na tarde hoje com veemência - e esse não é o meu estilo, Deputado Manoel Mota - para retorgir toda e qualquer iniciativa que caminhe para uma via e para uma ótica de avaliação e de análise que não seja aquela voltada à resolução dos problemas daquela região atendida, que caminhe - e tem caminhado, infelizmente, na tarde de hoje - para uma via que todos nós, com certeza, manifestamos, sempre que isso ocorrer à nossa contrariedade.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentá-lo e dizer que é muito fácil fazer acusações e que a realidade está longe daquilo que foi presente.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Governador de Santa Catarina, que teve a coragem de mandar anunciar pelos veículos de comunicação o problema que poderia acontecer. E se não acontecesse o ciclone, estaria pagando um preço até hoje. Então, parabéns ao Governador do Estado de Santa Catarina, que teve essa coragem.

O desastre começou na minha região à meia-noite e ela foi totalmente destruída por aquele furacão. Isso aconteceu no sábado à noite e no domingo, às 19h, lá estavam o Governador e o vice para tratar dos problemas, que eram graves, mas que o Governador encarou de frente.

Lá mesmo já definiu várias questões. O Secretário Regional não dormiu no sábado, no domingo e continua trabalhando. Quer dizer, o Governo acionou a máquina viva de recuperação. O Governo do Estado do Paraná foi solidário e mandou 80 mil telhas. O Governo do Estado de Santa Catarina na mesma hora mandou 40 mil telhas, muita madeira e muitos alimentos. Quer dizer, está trabalhando e viabilizando.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - O Ministro já visitou a área, já esteve no local, prontamente.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Toda a equipe do Governo esteve lá e o Governo Federal está aguardando a documentação, que chegou hoje, para deliberar R\$4 milhões para começar a recuperar as áreas atingidas.

O Governo está tomando todas as providências. Então, é injusto fazer críticas a um Governo que não se omitiu um segundo para estar lá dando toda a atenção possível a fim de que a região sintasse acobertada.

Por isso, quero dizer que nós, que somos daquela região, nos orgulhamos do Governo do Estado de Santa Catarina porque ele fez tudo o que podia!

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Eu gostaria de concluir dizendo que o zelo, que deve ser uma marca e uma característica de todo Parlamentar, não explica a exploração política.

Por isso, a minha manifestação desta tribuna nesta tarde é de extrema contrariedade com relação à abordagem aqui efetuada acerca deste grave problema que assola a região Sul do nosso Estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o Deputado Nilson Gonçalves, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. Presidente e Srs. Deputados, farei uso da palavra por cinco minutos para, em seguida, deixar que o Sr. Deputado Eduardo Cherem utilize a tribuna por cinco minutos.

Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Sr. Governador e os novos Secretários empossados na manhã de hoje:

O Sr. Bráulio César Rocha Barbosa, que tomou posse na Secretaria de Estado da Casa Civil e como é de Joinville, conhecemos bastante a sua capacidade e a sua inteligência, e temos certeza de que ele contribuirá muito com o Governo do Estado;

O Deputado Ronaldo Benedet, que assumiu a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, e todos o conhecem desta Casa e sabem das suas qualidades;

O Deputado Sérgio Godinho, que sai desta Casa para assumir a Secretaria do Desenvolvimento Social Urbano e Meio Ambiente;

A Secretária-Adjunta da Secretaria de Estado da Saúde, Carmem Emília Bonfá Zanot, que, provisoriamente, assume a Secretaria da Saúde até que o nosso companheiro de Partido Eduardo Cherem assumia aquela Secretaria.

Ouvi atentamente, Sr. Presidente, as palavras proferidas pelo meu particular amigo Deputado Joares Ponticelli em relação a uma possível crise no ensino deste Estado, com a deflagração de uma greve. É evidentemente que isso preocupa qualquer um de nós, catarinenses, porque vai bater justamente no coração das nossas famílias, que são os nossos filhos.

Mas, gostaria de dizer não só ao meu amigo Deputado Joares Ponticelli, mas também aos demais Deputados e às pessoas que, eventualmente, estejam me ouvindo, que o Sr. Governador Luiz Henrique da Silveira, quando ainda Prefeito de Joinville (e para quem não sabe ele foi Prefeito três vezes em Joinville), conseguiu dotar o nosso Município, muito provavelmente, da melhor qualidade de ensino de Santa Catarina.

V.Exas. não tenham dúvidas de que a educação no Município de Joinville, hoje, é a melhor do Estado. Os professores do ensino municipal em Joinville são os mais bem remunerados de Santa Catarina, e não só no primeiro ciclo, mas em todos os setores da educação.

Há alguns dias, eu estava fazendo o meu programa de rádio e uma senhora me ligou muito nervosa porque possuía filhos tanto na rede estadual quanto na municipal. E ela fez um comparativo ao vivo comigo, uma vez que estava muito preocupada porque queria que o outro filho tivesse o mesmo direito que aquele que estudava na rede municipal.

Eu disse àquela senhora: "Tenha paciência, que o mesmo que deu as condições para o seu filho estudar na rede municipal, que hoje está muito bem aquinhoado, com bons professores bem pagos, com material escolar e tudo mais, agora está no Governo do Estado. E não tenha dúvidas de que tão logo tenha condições, haverá de dar a mesma qualidade, a mesma condição e o mesmo salário também ao professor do Estado, tanto quanto tem o professor do Município".

Falo isso porque a impressão que se dá é de que o Sr. Governador do Estado não quer melhorar a condição salarial dos professores, não quer melhorar a condição de estudo de Santa Catarina. E sou testemunha de que em Joinville temos um exemplo a ser seguido no Estado inteiro.

Tenham paciência, Deputado Joares Ponticelli, e todos os professores da rede de ensino do Estado, porque com certeza absoluta, tão logo haja a possibilidade, o Sr. Governador dará as mesmas condições aos professores, como fez com o ensino no Município de Joinville.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o Deputado Eduardo Cherem, nos cinco minutos restantes do horário do PSDB.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CHEREM - Sr. Presidente e Srs. Deputados, antes de iniciar o assunto que me traz à tribuna, quero parabenizar o Sr. César Cim pela ascendência na função de Deputado Estadual e dizer que a emoção, a vibração e a alegria que ele transmitiu me emocionou profundamente porque, também como ele, já fui suplente de Deputado Estadual e já perdi eleições, e sabemos da alegria que é poder ocupar esta tribuna quando se tem a oportunidade, eleito legitimamente.

Quero parabenizar o Deputado César Cim e dar-lhe as boas-vindas por parte da Bancada do PSDB e de minha parte também. Tenho certeza de que terá todas as condições de fazer e de desenvolver um bom trabalho.

Também gostaria, na tarde de hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de saudar os companheiros da Assembléia Legislativa, os Deputados Sérgio Godinho e Ronaldo Benedet, que vão ter novas missões e novos desafios pela frente.

Faço aqui um apelo aos Srs. Deputados, a todos, sem exceção, para que torçam para que esses novos Deputados que cumprem essa nova missão alcancem o sucesso desejado, principalmente o Deputado Ronaldo Benedet, que tem uma missão muito espinhosa pela frente na questão da segurança pública.

Todos nós somos cobrados diariamente no quesito segurança pública, na melhoria da segurança pública. O Deputado Ronaldo Benedet é um homem experiente, um idealista, uma pessoa de coração puro e que tem, com certeza, todas as condições de desenvolver um bom trabalho frente àquela nova Secretaria.

Eu desejo aos novos Secretários Ronaldo Benedet e Sérgio Godinho todo o sucesso e alegria e que possam trazer benefícios ao povo catarinense nessa nova função.

Quero também parabenizar o Governador do Estado e o novo Reitor da Udesc, que também assumiu na manhã de hoje. Com certeza, será uma nova administração, menos problemática, com um bom trabalho frente à Reitoria.

Sr. Presidente, especificamente para nós, que somos Deputados da região do Litoral Norte e que representamos o *trade* turístico de Santa Catarina, é uma alegria contarmos, hoje, com a presença do Governador do Estado na cidade de Penha para inaugurar aquela obra tão importante e que por muitos e muitos anos ficou somente na promessa.

Veja bem, Deputado Herneus de Nadal, V.Exa. que é o Líder do nosso Governo, que apenas com 15 meses de Governo estamos entregando uma obra que há 12 anos está na fila de espera: aquela importante rodovia que dá acesso ao Parque do Beto Carreira.

Inclusive, há um projeto de lei protocolado nesta Casa, de minha autoria, que denomina Rodovia Beto Carreira aquela nova estrada, aquela estrada da fantasia que faz a alegria de milhares e milhares de crianças deste País e da América do Sul. Quantas vezes nós frequentamos também aquele parque temático e tornamo-nos crianças novamente pela alegria dos sonhos lá encontrados.

Então, Deputado Herneus de Nadal, quero me manifestar, como vice-Líder do Governo, sobre essa obra tão importante. Sabemos o quanto foi prometida, mas hoje, graças a Deus, esse sonho se torna realidade para o turismo catarinense. Diga-se de passagem, há uma semana a Santur foi considerada o órgão oficial de turismo que mais tem-se destacado no Brasil na promoção da captação de eventos.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CHEREM - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Nobre Colega, quero dizer que estou extremamente feliz em ver o prestígio da Assembléia Legislativa e dos Srs. Parlamentares com o convite efetuado a V.Exa., ao Deputado Ronaldo Benedet e ao Deputado Sérgio Godinho, que nos permitem ter uma representação que mantém uma sintonia fina com a população, com os seus anseios e com suas necessidades. E agora teremos a oportunidade de vê-lo também dar segmento àquele trabalho espetacular que o Deputado Fernando Agostini já vem desenvolvendo frente àquela Pasta.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CHEREM - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Passaremos à Ordem do Dia.

Sobre a mesa requerimento de autoria dos Srs. Líderes, solicitando a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Resolução nº 005/2004, que dispõe sobre a incorporação e correlação de gratificações, unificação de vantagens, vencimentos e adota outras providências.

A Presidência defere de plano.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução nº 005/2004, que dispõe sobre a incorporação e correlação de gratificações, unificação de vantagens, vencimentos e adota outras providências (cristalização).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Votação da redação final do Projeto de Resolução nº 002/2004.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputado que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 0102/2003, de autoria do Deputado Antônio Carlos Vieira, que altera o art. 6º da Lei nº 7.541, de 1988, que dispõe sobre as taxas estaduais (Certidão Negativa de Débitos).

Conta com o parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 0290/2003, de autoria do Deputado Nilson Gonçalves, que obriga as distribuidoras de combustíveis a colocarem lacres eletrônicos nos tanques dos postos de combustíveis, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com o parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, e com parecer contrário da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação a emenda substitutiva global.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 386/2003, de autoria do Deputado Nilson Gonçalves, que institui o Dia da Descascadeira de Camarão, no Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com o parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Agricultura e Política Rural, e com parecer contrário da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação a emenda substitutiva global.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 0473/2003, de autoria do Deputado Narcizo Parisotto, que proíbe a venda e o consumo de bebidas alcoólicas no ambiente físico das escolas públicas e privadas, nos estabelecimentos de ensino dos cursos fundamental, médio, superior, técnico e profissionalizante do Estado de Santa Catarina.

Conta com o parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0346/2003 de autoria do Deputado Lício Silveira, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente, Recreativa, Cultural e Educacional Terra Santa, de Florianópolis.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva.

Conta com o parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação a emenda substitutiva.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 460/2003, de autoria do Deputado Jorginho Mello, que declara de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Igaras, de Otacílio Costa.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com o parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão a emenda.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Em discussão o projeto.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0469/2003, de autoria do Deputado Mauro Mariani, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Ponta Comprida, de Guarimirim.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com o parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação a emenda modificativa.

Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.ºs: 0064/2004, 0065/2004 e 072/2004, de autoria do Sr. Deputado Julio Garcia, e 0066/2004, de autoria do Sr. Deputado Cesar Souza, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o Sr. Deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Ainda em que pese a matéria já ter sido votada, Sr. Presidente, o problema é que eu sou o Autor da matéria e não tenho conhecimento do substitutivo global. Gostaria de saber se é possível, pelo menos, ainda em tempo, enquanto estamos em sessão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - É a matéria sobre a descascadeira de camarão?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sim, é a questão da descascadeira de camarão. Parece-me que houve um substitutivo global e colocaram a comemoração no dia do artesanato ou alguma coisa nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - "Trabalhador artesanal no âmbito do Estado de Santa Catarina, a ser comemorado no dia 08 de setembro."

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Daí descaracteriza tudo, pois não tem nada a ver com aquilo que eu pedi, Sr. Presidente. Eu não sei como se faria - e gostaria de que V.Exa., inclusive, me orientasse -, mas da forma como foi aprovado isso aí não tem nada a ver com aquilo que eu pedi, até porque foi para atender a um pedido feito a minha pessoa, por parte de um segmento de trabalhadores, que são os descascadores de camarão. E eu não posso chegar para eles agora e dizer: "Vocês não são mais descascadores de camarão, agora vocês são trabalhadores artesanais". Isso é uma coisa que vai complicar!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Deputado, embora a preocupação de V.Exa. tenha procedência, nós vamos submeter à apreciação na redação final da matéria, porque, infelizmente, ela já foi votada em segundo turno.

Portanto, na votação da redação final nós vamos tentar ver se contornamos a preocupação de V.Exa., argumentando com o Autor do substitutivo global, porque agora não há mais o que fazer, já que foi votada a matéria.

Mas sugiro uma coisa: quem sabe na redação final V.Exa. apresente um argumento por escrito para tentar alterar isso que, infelizmente, foi votado no segundo turno.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - É que V.Exa. tem uma forma um pouco rápida de agir e não deu tempo!

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Cherem, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Associação de Surf de Balneário Camboriú, parabenizando-o pelos 15 anos de atividade da Associação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Cherem, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao surfista Néco Padaratz, parabenizando-o pelo título de campeão mundial no ano de 2003 do Circuito Mundial WSQ - divisão de acesso.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Cherem, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao surfista Willian Cardoso, parabenizando-o pela conquista do título de vice-campeão-geral do Circuito Mundial de Surf Amador, categoria júnior, em 2003.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito Municipal de Araranguá, parabenizando-o pelo aniversário daquele Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Araranguá, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Araquari, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Ascurra, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Abdon Batista, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Camboriú, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Seara, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Santiago do Sul, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Forquilha, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Itaceminha, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Itapoá, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de José Boiteux, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Serra Alta, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Timbó Grande, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Tunápolis, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Vitor Meirelles, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Itapema, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Galvão, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Ipumirim, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de São Domingos, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Ouro, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Matos Costa, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Papanduva, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Vargeão, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cesar Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica à religiosa Irmã Justina Cristofolini, parabenizando-a pelo trabalho em prol da educação, desenvolvida no Educandário Imaculada Conceição, em Florianópolis.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cesar Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica à religiosa Eva Aparecida dos Santos, parabenizando-a pela posse da Diretoria-Geral do Educandário Imaculada Conceição, em Florianópolis.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cesar Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Acurra, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Cesar Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Galvão, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Júlio Garcia, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Câmara de Vereadores de Capivari de Baixo, felicitando-o pelo aniversário daquele Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Coordenador da 16ª UNIT/DNIT, pedindo a implantação da marginal da BR-101, ligando a rua Santa Catarina à localidade de Poço Grande, em Joinville.

Em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o Deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. Presidente, essa ligação que queremos fazer é um anseio já bastante antigo da comunidade Poço Grande, em Joinville. Trata-se de um trecho bem curto, inclusive.

Portanto, esse apelo que estamos fazendo às autoridades vem ao encontro do anseio de pelo menos 5 mil pessoas que moram às margens da BR-101. Acho extremamente necessário e solicito que o Governo dê uma atenção especial, através do órgão competente, para que tenhamos ali a ligação, evitando que essas pessoas tenham que entrar na BR-101 para chegar às suas casas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Agricultura e ao Diretor da Secretaria de Comércio Exterior, pedindo providências para reverter a grave situação que afeta os produtores de alho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Sérgio Godinho, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado e ao Coordenador do 16ª UNIT/DNIT, pedindo a construção de rótula de acesso à BR-282, no trevo do loteamento Cepar e Bairro São Pedro, no Município de Lages.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Sérgio Godinho, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador e ao Coordenador da 16ª UNIT/DNIT, solicitando a construção de rótula de acesso à BR-282, na localidade de Índios e Município de Otacílio Costa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Sérgio Godinho, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador e ao Coordenador da 16ª UNIT/DNIT, pedindo a construção de rótula de acesso à BR-282, no Município de Bocaina do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Sérgio Godinho, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador e ao Coordenador da 16ª UNIT/DNIT, solicitando a construção de rótula de acesso à BR-282, no Município de Urubici.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Sérgio Godinho, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador e ao Coordenador da 16ª UNIT/DNIT, pedindo a construção de rótula de acesso à BR-282, no Município de Bom Retiro.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Sérgio Godinho, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado e ao Coordenador da 16ª UNIT/DNIT, pedindo a readequação e instalação de faixas e catadiópticos ao longo da BR-282.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do Deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao jornalista José de Mira, parabenizando-o pela posse no cargo de Presidente da Associação dos Cronistas Esportivos de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do Deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao Sr. Luiz Henrique Manoel Borges, parabenizando-o pela posse no cargo de Presidente da Associação dos Municípios do Norte do Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do Deputado Wilson Vieira, a ser enviada ao Sr. Luiz Fernando Assunção, Presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, parabenizando-o pela passagem do Dia Nacional do Jornalista.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do Deputado Wilson Vieira, a ser enviada ao Governador do Estado, ao Secretário de Estado da Educação e Inovação e ao Secretário de Desenvolvimento Regional de Joinville, solicitando a implantação de cerca de 10 turmas de pré-escola nas unidades educacionais da região do Bairro Aventureiro, em Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do Deputado Wilson Vieira, a ser enviada ao Governador do Estado, ao Secretário da Educação e Inovação e ao Secretário de Desenvolvimento Regional de Joinville, solicitando a doação de terreno, construção, equipamento e manutenção de uma escola pública estadual com pelo menos 20 salas de aula destinadas ao ensino médio nas localidades de: Parque Joinville, Jardim Franciele e Santa Bárbara, no Bairro Aventureiro, em Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria de vários Deputados, a ser enviada ao Presidente do BESC, que, preocupados com as consequências de um possível prolongamento da greve dos funcionários do Banco, vêm manifestar desejo de colaborar com um desfecho para o impasse.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do Deputado José Serafim, a ser enviado ao Governador do Estado, solicitando cópia do contrato entre o Estado e a empresa que presta serviço de draga na Barra do Camacho, em Jaguaruna.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. Deputados, vamos deliberar agora sobre dois pedidos de informação de autoria do Deputado Antônio Carlos Vieira:

Pedido de informação de autoria do Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao Governador do Estado, contendo quesitos sobre a antecipação de recolhimento do ICMS, por parte de contribuintes, em 2003 e 2004.

Pedido de informação de autoria do Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao Governador do Estado, contendo quesitos sobre valores da programação e cronograma de execução orçamentária de 2004.

Em discussão os dois pedidos de informação.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Este pedido, Deputado Afrânio Boppré, vem em decorrência de uma nota, no dia 1º de abril, em que o jornalista Cláudio Prisco Paraíso diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Momento II

Enquanto isso as finanças do Estado nunca estiveram tão preocupantes. A Secretaria da Fazenda anda, ultimamente, contando com o apoio de grandes empresas da iniciativa privada que têm antecipado o recolhimento para ajudar o Governo a saudar os seus compromissos básicos. Resultado: este procedimento vai afunilar lá no final do ano."

Eu fiz este pedido de informação porque isso configura, segundo a Lei de Responsabilidade nº 101, de 04 de maio de 2000, um crime de responsabilidade, se houve antecipação.

Como saiu na coluna de Prisco Paraíso no dia 01 de abril, que é o dia da mentira, e poderá também sê-lo, e como até hoje, dia 06, não surgiu nenhuma resposta ao comentário do jornalista, é que eu estou fazendo, preocupado, este pedido de informação, para saber se realmente o Governo do Estado está-se utilizando de uma antiga prática de 1998 de antecipação de receita ao art. 37 da Lei de Responsabilidade, Deputado João Paulo Kleinübing.

Mas o segundo caso também tem a ver com o nosso Orçamento. Não sei se V.Exas. sabem, mas no Diário Oficial do dia 31 saiu o novo decreto do Governo, o Decreto nº 1.611, de 31 de março, que faz um segundo contingenciamento no Orçamento estadual.

No primeiro deles, no Decreto nº 1.475, que foi por três vezes publicado em fevereiro de 2004, do dia 18, houve um equívoco na publicação, no segundo, do dia 22, houve um erro de publicação e no terceiro, do dia 25 de fevereiro, o contingenciamento era de R\$ 223 milhões, Deputado Afrânio Boppré. Isto é, o Orçamento não seria executado em R\$223 milhões. Agora, neste se faz um novo contingenciamento, não mais de R\$223 milhões e sim de R\$433.309.870 milhões.

Então, o que eu estou perguntando neste meu pedido de informação é qual a motivação desse contingenciamento; se esse contingenciamento é decorrente de perspectiva de redução da arrecadação ou, em contrapartida, é para a cobertura de dotações orçamentárias não previstas no Orçamento de 2004.

O que eu sempre aleguei, Deputado Manoel Mota, é que a despesa de pessoal estava defasada para as reais necessidades do Estado, só comparando o efetivo gasto em 2003.

Se nós comparássemos somente em 2003, no Orçamento de 2004 teria de ser quatrocentos milhões acima do que foi realmente orçado para 2004. Na minha opinião, esse valor foi reduzido para se poder programar outros investimentos, investimentos esses decorrentes das audiências públicas do famoso Orçamento Regionalizado.

E o Decreto nº 1.611 vem colocar uma pá em cima do Orçamento Regionalizado, Deputado Wilson Vieira. São R\$433 milhões que estão sendo retirados do Orçamento, seja na manutenção, seja no investimento não só nas Secretarias Centrais como também nas 29 Secretarias Regionais.

Então, o meu objetivo é saber qual a motivação do ato que decorre o Decreto nº 1.611. Se de fato é uma perspectiva de arrecadação inferior ao que está previsto ou é, efetivamente, para a cobertura de algo previsto a menor no Orçamento de 2004, que se configura da despesa de pessoal.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem os queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Terminada a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado João Rodrigues, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, gostaria de, em primeiro lugar, saudar as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados.

Mas eu quero aqui reconhecer a coragem do Deputado Nilson Machado, após aquele atropelo em Chapecó, onde o glorioso Figueirense levou de 6 a 1. Um gol roubaram, Deputado Mauro Mariani. Aqui pode ser 5, mas no Oeste foram 6 gols.

Então, gostaria de, evidentemente, ao ocupar a tribuna no dia de hoje, render as minhas homenagens à Associação Chapecoense de Futebol, ao seu Presidente José Paraíba Perez e ao técnico dessa seleção do furacão do Oeste, que ao invés de promover a desgraça só promove alegria ao povo do Oeste catarinense.

Quero render também as minhas homenagens aos quase 10 mil torcedores que estiveram, no último domingo, no Regional de Condá, fazendo uma festa maravilhosa. E me arrisco a dizer, Srs. Deputados, que aqui está o futuro campeão catarinense. Não há dúvida, meu caro Deputado João Paulo Kleinübing e Onofre Santo Agostini, de que acredito que aqui sairá o campeão de Santa Catarina deste ano. E é importante dizer que é dos pequenos frascos que saem os grandes perfumes.

Apesar de termos uma folha de pagamento pequenina, um time pobrezinho, modesto, que sobrevive com rifas, doações da comunidade e, é claro, acima de tudo, do espírito de empreendedor de seu Presidente José Paraíba Perez, empresário da cidade de Chapecó, que mantém a Associação Chapecoense de Futebol... E agora, evidentemente, depois de 6 a 1, em Chapecó, Deputado Lício Silveira, porque um roubaram, inclusive já registramos isso até na polícia, porque nós queremos descobrir o que é que fizeram para roubar um nosso, nós vamos, no próximo sábado... E com respeito ao Município de Palhoça, vamos papar o Guarani aqui e depois decidirmos o título em Chapecó. Já o seu Figueirense, evidentemente, vai ter um osso duro para roer na cidade de Ibirama contra o glorioso Atlético.

O Sr. Deputado Nilson Machado - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Machado - Eu gostaria de parabenizar a Chapecoense. Quero dizer a V.Exa., que está tão eufórico, que reconheço os 10 mil torcedores que foram ao estádio, em Chapecó. Com certeza, nove mil foram de Florianópolis torcer pelo Figueirense. O Figueirense não estava bem naquele dia, mas não se perde por esperar. "Farinha é pouco, meu pirão primeiro", é o ditado da Ilha. E V.Exa. fique certo de que o Figueirense terá os seus dias de glórias, um time que realmente tem representado muito bem o nosso Estado, inclusive no cenário nacional. E com certeza, se Deus quiser, um dia a Chapecoense estará lá também representando o nosso Estado.

Gostaria de parabenizar V.Exa. pela sua euforia, pela sua alegria, que é sempre muito bom ter alguém torcendo pela Chapecoense, pelo maravilhoso trabalho que ela tem feito, atualmente. Mas gostaria de dizer também que a torcida da Chapecoense, em Florianópolis, deve ter um pouco menos do que a sua altura, fisicamente. V.Exa. não se preocupe que o Figueirense deu essa chance para a Chapecoense. Sabemos que foram 6 gols, mais 4, como bem disse o nosso Presidente da Casa, as palavras são dele; deveriam ter anulado todos, mas tudo bem, respeitamos os jogos.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Eu agradeço a V.Exa. pela sua manifestação, nobre Deputado. Fico um pouco ofendido, Deputado Narcizo Parisotto, que é da minha terra, mais um torcedor da Chapecoense, mas mais feliz ainda por ter uma multidão de torcedores e um time rico contra o time pobre. O pobre derrubou o rico. Os poucos torcedores que a Chapecoense tem em Florianópolis estão mais felizes no dia de hoje e os muitos que o Figueirense tem estão um pouco aborrecidos, evidentemente. E eu respeito, evidentemente, o resultado, Deputado Antônio Carlos Vieira, mas gostaria de dizer que seis é mais do que um. O salário de um jogador do Figueirense paga a folha da Chapecoense inteira. Mas o nosso time joga com o coração e com a camisa.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Deputado João Rodrigues, qual seria a outra forma que o Figueirense iria homenagear aquela gloriosa população do Oeste catarinense, a esquecer as intempéries do tempo, as secas que lá estão ocorrendo? Somente esta forma. Qual seria a forma de trazer o Deputado João Rodrigues para a nossa tribuna com um sorriso nos lábios? Parece-me que foi a primeira vez, Deputada Ana Paula Lima, que o Deputado João Rodrigues assomou à tribuna com um sorriso no rosto. Espero, Deputado, que na próxima terça-feira V.Exa. continue sorrindo.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Eu quero agradecer, Deputado, e dizer que se tudo correr bem, e haverá de correr, na próxima terça-feira eu virei com a camisa da Associação Chapecoense de Futebol. Espero que o Figueirense tenha sucesso em Ibirama. Mais uma vez, Deputado Nilson Machado, é o David contra o Golias. E o Atlético de Ibirama haverá de fazer o crime no Figueirense, em Ibirama, e nós haveremos, com respeito ao Guarani de Palhoça, também de fazer a nossa parte.

Eu respeito muito o glorioso Figueirense, a sua torcida e os milhares de torcedores, mas, me perdoem, agora é a hora da Associação Chapecoense de Futebol, a futura campeã de Santa Catarina.

Deputado Reno Caramori, vejo-me sozinho neste Plenário, mas já dizia uma ovelha no meio de 40 cachorros com fome: "não está morta quem peleia". Esta é a situação do Figueirense no momento.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado, quero parabenizá-lo e parabenizar o povo de Chapecó, até porque a minha Caçadoreense também foi parceira da Chapecoense.

Mas eu quero também ser solidário com V.Exa., já que o nobre Deputado nasceu no amado Rio Grande, se bem que nós estamos aqui servindo o povo catarinense, com muita honra. E lá também nós fomos felizes com 2 a 1 para o Colorado, dando-nos uma demonstração na cidade de Bento Gonçalves que o nosso Colorado ainda está vivo e está proporcionando alegria ao povo gaúcho. Como a Chapecoense propôs ao povo de Chapecó.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Agradeço a V.Exa. pelas manifestações.

O Sr. Deputado Djalma Berger - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Pois não!

O Sr. Deputado Djalma Berger - Mas este Figueirense faz coisa, Deputado! Como disse o Deputado Antônio Carlos Vieira, depois de vê-lo com esse sorriso estampado nos lábios, eu fico até emocionado.

Mas quero dizer que o que aconteceu lá foi um acidente de percurso. Até 1 a 0, 2 a 1, pode ser um resultado normal. Agora, não tem como o Figueirense perder de 6 a 1 para a Chapecoense. O normal seria o contrário. Mas pode ter certeza de que nós vamos detonar o Atlético de Ibirama e depois, infelizmente, vamos ter que ganhar do Guarani aqui da Palhoça, que prezamos e gostamos muito. Mas o Figueirense vai ser novamente campeão estadual, pode ter certeza.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES -

Eu agradeço o aparte do Deputado e antes de fazer o encerramento gostaria apenas de lembrar a todos e a todas, já que dedico o meu espaço para falar de uma forma descontraída do futebol do dia de hoje, que recentemente a imprensa aqui da Ilha já dava como vitorioso o Figueirense. Já comemoravam mais um título. E a nossa Chapecoense vinha vindo de kombi para jogar em Florianópolis. "Kombi" (entre aspas), ônibus. Figueirense foi de avião e voltou de carona, Deputado. A nossa Chapecoense, com sacrifício e sofrimento, meteu 6 a 1 lá e tenho certeza de que faremos uma apresentação em Palhoça do grande Guarani. Grande por estar entre os quatro melhores de Santa Catarina. Deixou Joinville e Criciúma para trás.

Então, nós temos que respeitar o Guarani, um time pequeno que se torna grande pela garra. Da mesma forma o Atlético de Ibirama, time pequeno que se torna grande, deixando inclusive o Avaí para trás.

Mas agora chegou a vez da Associação Chapecoense de Futebol faturar aqui no sábado e quero ver o Figueirense suar para vencer o Atlético, em Ibirama.

A Chapecoense e o PFL estão do mesmo jeito. Nós queremos encerrar os grandes. Os bagres pequenos vamos deixar de lado. Queremos encerrar os grandes, assim como fizemos com o Figueirense e faremos agora, no Sábado, com o Guarani e depois liquidamos a fatura em Chapecó.

Obrigado pelo espaço.

Minha homenagem à Associação Chapecoense de Futebol, a futura campeã catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Srs. Deputados, lamentavelmente, não se falou aqui na grande vitória do meu time Vasco da Gama contra o Fluminense. Falou-se em time pequeno que precisou 12 jogadores contra oito para ganhar.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado João Paulo Kleinübing, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Sr. Presidente e Srs. Deputados, infelizmente, não venho aqui para falar sobre a rodada do último final de semana, mas sim para tratar de um assunto que vem preocupando, e muito, não só vários conselhos comunitários e centros sociais urbanos, especialmente, é claro, como aqueles com quem tenho ligação mais direta e com quem conversei neste último final de semana, ou seja, os centros sociais urbanos dos Bairros Garcia e Fortaleza, em Blumenau.

Está-se repetindo o mesmo que aconteceu no ano passado, quando o Governo de Santa Catarina demorou muito tempo para assinar os convênios com essas instituições.

São 72 instituições que estão no Estado de Santa Catarina prestando um serviço e um papel que seria de obrigação do Estado, mas que o fazem recebendo recursos públicos muitas vezes no seu próprio patrimônio, porém, dependem desse convênio para realizarem suas atividades.

No ano passado os convênios foram assinados em maio e foram pagos a partir de junho, prejudicando essas entidades que atrasaram contribuições previdenciárias dos seus funcionários, que atrasaram contas no mercado local, que atrasaram o pagamento das suas despesas, prejudicando inclusive muitas vezes o próprio nome dessas instituições que vivem exclusivamente para prestar serviço à nossa comunidade.

E o mesmo, infelizmente, está-se repetindo neste ano. Estamos, agora, adentrando ao mês de abril e nada ainda foi resolvido, os convênios ainda não foram assinados e o dinheiro não foi recebido, o que tem causado inúmeros prejuízos a todos esses conselhos comunitários que prestam esse serviço.

No caso específico de Blumenau, nós temos CSU/Garcia que tem um convênio de R\$120 mil anuais que já não vem pagando, que já está com dificuldade de fazer frente às contribuições previdenciárias dos seus funcionários, está contando com a boa vontade do comércio daquela região que acredita no trabalho do Centro Social Urbano do Garcia, para continuar realizando o seu trabalho, para continuar comprando no comércio, para continuar sobrevivendo, atendendo a nossa comunidade.

Então, faço um apelo a cada um dos Srs. Deputados, especialmente ao nosso Companheiro Sérgio Godinho, e à Secretária do Desenvolvimento Social Urbano e Meio Ambiente, para que com a sua sensibilidade social que demonstrou várias vezes nesta Casa coloque este assunto como uma das suas prioridades neste início de gestão à frente da referida Secretária.

Enfim, que ele realmente assinasse esses convênios, que possa fazer os pagamentos para que os conselhos continuem realizando o seu trabalho. É o apelo que fazemos ao nosso Companheiro, atual Secretário do Desenvolvimento Social, Deputado Sérgio Godinho, para que resolva de uma vez por todas esta situação. Não podemos continuar permitindo que os conselhos comunitários continuem passando pelas dificuldades que estão passando.

Semana passada, o Deputado Celestino Secco fez aqui um pronunciamento nesta tribuna sobre este mesmo assunto, chamando a atenção do Governo para a situação vivida pelos conselhos comunitários e nada, infelizmente, ainda foi resolvido.

Este é o apelo, que não é o apelo deste Deputado, meu Líder Deputado Antônio Ceron, da comunidade, é um apelo dos conselhos comunitários que estão enfrentando toda a sorte de dificuldades para continuar a prestar o atendimento à nossa gente.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Ouço o aparte do meu eminente Líder, Deputado Antônio Ceron.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Deputado João Paulo Kleinübing, quero cumprimentar V.Exa. pelo assunto importante que traz à tribuna nesta tarde de hoje. Aproveito o gancho para me referir também a um outro tipo de convênio que o Governo do Estado, infelizmente, até agora, na metade do ano, não foi celebrado ainda. É o convênio do transporte escolar.

Tem um detalhe, Deputado João Paulo Kleinübing: o convênio do transporte escolar é um ressarcimento do Governo do Estado de um trabalho que os Municípios fazem para o Governo. Não se trata de pagar um serviço que o Município efetua, de responsabilidade dele, é um serviço de responsabilidade do Governo Estado. As Prefeituras estão colocando as despesas na frente e já passaram os meses de janeiro, fevereiro, março, estamos entrando no mês de abril, e o Governo do Estado, apesar da agilidade que as 29 Secretarias iriam imprimir à administração em Santa Catarina, nada fez.

Deputado Manoel Mota, V.Exa. que está assumindo a Liderança do PMDB no Estado e que, tenho certeza, vai ajudar na solução desse problema, quero dizer que meio ano se passou e o Governo do Estado ainda não assinou o convênio do transporte escolar com a maioria dos Municípios de Santa Catarina.

Muito obrigado e parabéns pelo pronunciamento, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Obrigado, Deputado Antônio Ceron. O que nos preocupa são as informações que foram trazidas pelo Deputado Antônio Carlos Vieira, do contingenciamento que está acontecendo no Orçamento do Estado.

Esse contingenciamento tem atingido a celebração de diversos convênios. Nós, Deputados, temos recebido diversas informações de diretores de escola sobre convênios que estão sendo postergados, que não estão sendo pagos pela situação difícil, segundo o Governo, que as finanças públicas vêm passando em função, novamente, segundo o Governo, da queda da arrecadação.

O que nos preocupa é que convênios como o do transporte escolar, como aqueles realizados com os conselhos comunitários, que são convênios anuais, não têm nada de novo, não tratam de nenhuma nova realização por parte do Governo, mas são convênios que existem a cada ano e que infelizmente, ano após ano, estamos tendo dificuldade em sua renovação.

Fazemos um apelo para ao Governo neste sentido, apesar da agilidade que as 29 Secretarias Regionais deveriam implementar na administração pública, porque o que estamos vendo é que na verdade os convênios continuam demorando muito tempo e o dinheiro não está chegando a quem realmente precisa.

Então, apelamos ao Governo do Estado e ao Deputado Sérgio Godinho, que está assumindo hoje a Secretaria do Desenvolvimento Social, para que com a máxima diligência possa solucionar esse problema e restabelecer esses convênios, seja o convênio dos conselhos comunitários ou do transporte escolar, que foi aqui levantado pelo Deputado Antônio Ceron.

Não podemos continuar convivendo com esta situação no Estado de Santa Catarina. Este é o apelo que fazemos ao Governo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Dionei Walter da Silva.

(Pausa)

Com a desistência do Deputado Dionei Walter da Silva, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Afrânio Boppé, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, assomo à tribuna para tratar de dois assuntos: o primeiro deles diz respeito ao esperançoso discurso proferido nesta tarde, na tribuna da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, pelo eminente Deputado Antônio Carlos Vieira, que traz a informação de que ele protocolou um pedido de informação ao Governo do Estado com relação a notícias circuladas na imprensa catarinense sobre informações de matéria tributária de nosso Estado.

Digo desta forma, porque também esperançoso estava em novembro do ano passado, Deputado Antônio Vieira. Mas lendo na imprensa catarinense, encontrei uma notícia da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, em que havia sido aprovado no Conselho Estadual dos Recursos Hídricos um anteprojeto de lei que visava regulamentar os recursos hídricos em Santa Catarina.

Quando tomei conhecimento, ato contínuo, protocolei, a exemplo de V.Exa., um pedido de informação para que aquela matéria que já havia sido discutida (e o Governo do Estado havia contratado uma empresa de consultoria para fazer um estudo e levado ao conhecimento do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos)... E aquela matéria a Assembléia Legislativa aprovou no Plenário através de um pedido de informação que protocolei.

Já se passaram os meses de novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, estamos indo para o mês de maio, e nada foi resolvido, mas o Regimento desta Casa prevê 30 dias para o Secretário responder o pedido.

Espero que o Governador Luiz Henrique da Silveira não tenha tomado conhecimento de que o Sr. Secretário Bráulio Barbosa, do PSDB, sonou informações à Assembléia Legislativa, porque se tivesse tomado conhecimento sobre isso, acredito eu, ele teria determinado imediatamente que fosse prestado esse serviço.

Então, faço aqui este desabafo, porque, independentemente esse pedido de informação veio para a Bancada do PT, do PBDB, do PFL ou do PP, nós precisamos ser tratados de maneira igual. É preciso que tenham respeito aqui. Penso, Deputado, que talvez o Secretário da Fazenda seja mais benevolente com V.Exa. do que foi o Secretário Bráulio Barbosa com o pedido de nossa iniciativa, aprovado no Plenário da Assembléia.

Por isso que pedi à Comissão de Constituição e Justiça que chamasse o Secretário até a Comissão para dar esclarecimentos. Foi feito, inicialmente, pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Julio Garcia, um convite ao Secretário para que viesse a esta Casa. Ele nos mandou um representante, mas isso não nos resolveu, porque não foi o representante que subscreveu a informação evasiva que veio à Casa Legislativa catarinense. É ele que tem de vir trazer a informação.

Mas fui informado, no dia de hoje, que na semana que vem, dia 13, vamos ter a presença do Sr. Secretário para explicar as razões de ele não ter dado as informações à Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Convido inclusive V.Exa. para participar desta reunião, porque acho que este é talvez um caso isolado, mas talvez seja uma postura de governo. Queremos também tomar conhecimento sobre este assunto.

Então, vai aqui a minha solidariedade a V.Exa., para que este pedido de informação chegue no prazo regimental, a fim de que possa desenvolver o seu trabalho parlamentar, constitucional, o seu dever que a população lhe conferiu como Deputado, direito este que não pode um Secretário querer usurpar e subtrair.

Venho à tribuna também, Sr. Presidente, para dizer que de nossa iniciativa, subscrito por vários Deputados, de todos os Partidos, da Liderança do PL, Deputada Odete de Jesus, do Líder do Governo, Deputado Herneus de Nadal, do Líder do PT, Deputado Pedro Baldissera, do Líder do PP, Deputado Joares Baldissera, do Líder do PFL, Deputado Antônio Ceron, e mais um conjunto de Deputados subscreveram uma moção que visa criar um clima positivo de negociação com relação ao impasse que estamos vivendo neste momento com a greve dos funcionários do Besc.

Esta moção é dirigida ao Sr. Eurides Luiz Mescolotto, Presidente do Banco do Estado de Santa Catarina, que diz o seguinte:

(Passa a ler)

"A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, preocupada com as conseqüências de um possível prolongamento da greve dos funcionários do Besc, vem manifestar seu desejo de colaborar em um desfecho negociado para o impasse.

O respeito à autonomia e independência sindical é princípio a ser observado e as condições financeiras e administrativas também. No entanto, levando em consideração esses princípios, queremos manifestar nossa preocupação, na certeza de que uma solução negociada trará a normalidade das atividades bancárias, deixando de afetar os usuários do nosso Besc."

Faço isso, Sr. Presidente, porque a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em outras oportunidades, também se manifestou, já se colocou na condição de interlocutora para mediar um impasse, até mesmo na greve do Banco do Estado de Santa Catarina, e fomos bem sucedidos.

Recordo-me que numa ocasião o movimento grevista pediu socorro a esta Casa. Na época, era Presidente o Deputado Onofre Santo Agostini, o qual constituiu uma Comissão Suprapartidária, em que fazia parte o Presidente da Assembléia e a Deputada Ideli Salvatti, ocasião em que tive a oportunidade de participar como Líder de Bancada, como o Deputado Joares Ponticelli e o representante do PFL.

Criamos uma força-tarefa para que as partes que estavam bastante distantes da negociação e muito fechadas pudessem encontrar um clima de negociação, e fomos bem sucedidos.

Esta iniciativa vai propiciar uma mediação política para que possamos resolver esse impasse. Sabemos que em última instância o principal prejudicado é o nosso cliente do Besc, o nosso usuário, que em sua maioria é de trabalhadores, assalariados que precisam contar com as agências do Besc em todo o Estado de Santa Catarina. São trabalhadores urbanos e rurais que precisam contar com o serviço do Besc.

A nossa iniciativa é no sentido de sinalizar a necessidade de um encontro entre as Lideranças, para que possamos encontrar uma solução negociada. Peço o apoio de todos os Parlamentares para encontrarmos uma saída para a situação da greve do Besc.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Antônio Carlos Vieira, a quem concedo a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, realmente, conforme disse o Deputado Afrânio Boppré, era uma preocupação de todos os Deputados desta Casa quando foi formulado o pedido de informação. Não raramente eles não são respondidos e quando o são, vemos uma resposta como a que passarei a ler.

(Passa a ler)

"Em atendimento às normas acima, foram autorizadas para as Secretarias de Desenvolvimento Regionais e a outros órgãos da Administração Pública Estadual algumas locações de veículos de forma descentralizada, com determinação de que após a conclusão dos processos licitatórios encaminhe a esta Diretoria cópia dos contratos firmados com as empresas vencedoras.

Até a presente data não foi remetido nenhum contrato. Desta forma, lamentavelmente, não temos como responder o que foi solicitado, já que estamos no aguardo dos contratos firmados com os órgãos que compõem a Administração Pública Estadual."

Então, a Secretaria Central autoriza a Secretaria Regional a elaborar a dispensa de licitação. Ela é feita, mas não é mandada cópia para a administração central.

Isso é um desgoverno, e a minha preocupação com este desgoverno é que as informações começam a não ser prestadas a esta Casa.

Sr. Presidente, vou fazer uma comunicação e gostaria que V.Exa. prestasse atenção, porque nós precisamos corrigir algumas coisas.

Este é o jornal da Assembléia Legislativa, AL Notícias, e acredito que seja um jornal oficial, acredito que tudo o que está aqui publicado tenha o condão de ser verdade, porque se alguma notícia aqui não for verdadeira, o jornal não tem razão de ser.

Gostaria de trazer a V.Exa. a pág. 6 do dia 2 de abril que diz: "Deputados limpam a pauta de vetos". E nós temos à esquerda os vetos mantidos e à direita os vetos derrubados. No item II dos vetos derrubados diz o seguinte: "Veto total ao Projeto de Lei nº 1103", como se o Governo tivesse vetado totalmente a matéria por considerar a proposta inconstitucional e contrária ao interesse público. Mas ele não foi derrubado, ele foi mantido, por 20 a 14. Precisava de 21 votos para ser derrubado. Então, é uma informação do jornal da Assembléia que não condiz com a verdade.

E aí eu começo a ficar preocupado, porque eu quero acreditar nos jornais de circulação estadual. Agora, se eu não posso nem confiar num jornal de circulação restrita como o jornal da Assembléia, que deve registrar os atos e fatos dos Deputados, eu fico preocupado quando ele dá como rejeitado um veto do Governador que não foi rejeitado. Eu fico preocupado com o que pode acontecer! Infelizmente ou felizmente eu leio tudo o que me chega às mãos!

Eu também estou trazendo uma denúncia, Srs. Deputados, com relação às Secretarias Regionais. Nós já falamos que foram criadas 29 Secretarias. Cada uma com 14 funcionários com cargo comissionado, já denunciávamos que estas 29 Secretarias, cada uma delas, tem contrato com locação de veículos, cada uma delas tem telefones, tem luz, aluguel, e agora nós ficamos sabendo também que têm funcionários.

O Diário Oficial do dia 31 de março traz a Portaria nº 485 que diz:

"Relotar, com base no que dispõe o art. 131, 132 e 134 da Lei Complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, nas Secretarias de Estado e Desenvolvimento Regional com sede nos Municípios relacionados, os ocupantes dos cargos de Consultor Educacional e Assistente Técnico Pedagógico, do Grupo Magistério, abaixo discriminados, lotados na Secretaria de Estado da Educação e Inovação, assegurado o regime remuneratório a que fazem jus no órgão de origem e mantida a vinculação à Lei nº 6.844, de 29 de julho de 1986, Estatuto do Magistério Público Estadual, e à Lei nº 1.139, de 28 de outubro de 1992, Plano de Cargos e Carreiras de Magistério Público Estadual."

Isto é, os funcionários de carreira ocupantes do cargo de assistente técnico pedagógico e de consultor educacional da Secretaria da Educação são relotados nas Secretarias Regionais, mas continuam a receber todas as benesses como se funcionários da Educação fossem. Mas serão agora funcionários das Secretarias Regionais.

E não se trata de uma só, são praticamente todas as Secretarias: de Tubarão, Criciúma, Blumenau, Joinville, Rio do Sul, Lages, Mafra, Joaçaba, Concórdia, Chapecó, Araranguá, Caçador, Itajaí, São Miguel d'Oeste, Brusque, Xanxerê, Canoinhas, Jaraguá do Sul, Laguna, Ituporanga, São José, Ibirama, Curitibaanos, Maravilha, São Bento do Sul.

Todas estas passam a contar não só com os 14 comissionados, mas também com consultores educacionais e assistentes técnicos pedagógicos. Deve ser porque vão criar algumas unidades educacionais em cada Secretaria, pois do contrário não vejo razão.

Há informações, inclusive, de que alguns deles são utilizados para fazer xerox e talvez também para servir cafezinho aos ocupantes de cargos de comissão. Mas eu acho muito grave quando se tira os funcionários efetivos da sua finalidade, para a qual fizeram concurso público, e colocam-nos numa Secretaria sem qualquer incumbência dessa ordem.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Antônio Carlos Vieira, amanhã a nossa Bancada trará para esse Plenário, até para pedir a explicação do Líder do Governo, também esse assunto.

Em Laguna, por exemplo, Deputada Ana Paula Lima, e recebemos hoje essa informação de um Vereador que passou um fax para o gabinete da Liderança, 16 consultores educacionais foram transferidos da Gerência Regional de Educação para a Secretaria Regional para tirar xerox, atender ao telefone e servir cafezinho. Seis tiveram essa função, os outros 10 estão há mais de 30 dias sem ter o que fazer. E os servidores estão reclamando e estão angustiados, porque têm que ficar seis horas sem trabalhar.

Isso é uma tortura para um servidor que é acostumado a trabalhar. E o que eles querem é trabalhar na área educacional. Alguns estão sendo remanejados para trabalhar na Gerência de Agricultura e outros na de Infra-Estrutura, mas são pedagogos, são profissionais lotados no quadro da educação, e isso não é possível, pois foram lotados com essa finalidade.

Então, recomendo que a Bancada do Governo tome providências com relação a essa questão, porque a denúncia de Laguna, que vamos detalhar amanhã, é grave e está acontecendo no Estado todo.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Agradeço e incluo suas palavras ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Feliz desses que vão continuar recebendo salário integral, pois a portaria garante isso, mas o expediente é só da 13h às 19h. Feliz deles, enquanto o professor tem que trabalhar em horário integral, esses têm salário integral e trabalho pela metade.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Obrigado!

Quero comunicar que a farra de diárias continuou em fevereiro de 2004. O Diário Oficial de 31 de março apresenta algumas das festas de farra de diárias.

Quereria trazer outro assunto, mas infelizmente o Deputado Afrânio Boppré não está, e vou aproveitar para em outra oportunidade falar, porque quando o jornal diz: "Quando o senhor foi vice-Prefeito, de 93 a 96, a administração entregou o Poder com a folha de pagamento atrasada. Qual o efeito que isso pode ter na sua campanha?" Aí o Deputado Afrânio Boppré diz que a demora foi coisa de 10 a 15 dias e que em 11 de março de 97 já estava tudo regularizado.

Esqueceu ele de dizer que a administração recebeu novembro, dezembro e o 13º para pagar de 1996. Esqueceu ele de dizer que a administração municipal teve que fazer uma antecipação de receita orçamentária para pagar o mês de dezembro.

Por enquanto ele está iniciando uma campanha e, talvez, comece a dar suas respostas para alguns questionamentos que vão ser formulados por toda uma campanha eleitoral.

Tenho algumas notícias, inclusive - tivemos que buscar informações -, de 1997, que nos dão a situação em que a Prefeitura Municipal se encontrava, herança da administração financeira do PT, administrada por Mário Zimmermann sucessor de Afrânio Boppré.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Manoel Mota, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, gostaria de responder alguns questionamentos que o Deputado Joares Ponticelli colocou no seu primeiro pronunciamento, sobre o Governo do Estado ter sido omisso na questão do furacão, ou como quer que chame, se é furacão, se é ciclone, não interessa. Interessa que a população foi atacada de uma forma brutal, à noite, sem luz, um desespero total na população.

O Deputado Joares Ponticelli colocou que o Governo foi omisso, não ajudou, que o Governo não contribuiu, não participou.

O Deputado Joares Ponticelli deveria ter ido domingo à noite, porque esse vendaval, esse furacão foi no Sábado, às 3h, e às 19h de domingo o Governador já estava lá na região. O Deputado deveria ter ido lá para ajudar, para contribuir, porque com certeza ele não iria fazer esse tipo de pronunciamento. Ele iria ver com os seus próprios olhos quando há um Governo que tem compromisso com a sociedade.

Este Governo de Luiz Henrique tem compromisso com o povo, com a sociedade, por isso, às 19h já estava na região. E reuniu todos os Parlamentares, toda a região, evidentemente, para discutir algumas questões graves.

Falta muita coisa? Claro, não tem nem uma semana que tudo aquilo foi destruído, que tudo aquilo foi carregado. Casas caíram, indústrias tiveram a cumeira e o telhado estragados, temos casas descobertas, o salão paroquial caiu. Então, a situação foi muito grave, e não temos como de uma hora para outra resolver tudo.

Conseqüentemente, hoje na região não se encontra um pedreiro. As pessoas estão tentando arrumar as suas próprias casas.

Na Barranca, um bairro que sofreu mais por ser um bairro carente, um senhor chamado Adão caiu da casa e quebrou um braço. Lá em Sombrio, o presidente do PMDB foi arrumar a sua casa, porque não encontrava pedreiro, carpinteiro, pois estão nas suas casas. Ele caiu e quebrou os dois braços, Deputada Simone Schramm.

Não é possível, então, vir aqui fazer discurso em cima da desgraça dos outros. A região sofreu muito, para nós ficarmos recebendo discurso. Nós queremos é solidariedade e não discurso de agressão, de depoimentos pesados, de críticas. Nós precisamos de solidariedade. E foi isso que o Governo de Santa Catarina fez no primeiro momento - um trabalho extraordinário da Defesa Civil.

A Defesa Civil foi liberada pelo Governador do Estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, para divulgar a questão do furacão ou ciclone. Resultado, se não fosse divulgado, se a sociedade não tivesse preparada, milhares de pessoas teriam morrido.

Se a Marinha, se a Aeronáutica não ajudassem para que esses barcos, esses navios se deslocassem para a região, quantas mortes teríamos? Mas ainda temos oito pessoas desaparecidas, porque dois ou três barcos não acataram aquela decisão, acharam que não era nada. E está aí o resultado. Os barcos afundaram, salvaram duas pessoas, mas oito ainda estão desaparecidas no mar. Com certeza, mortas, porque como é que... Onde estão essas pessoas?

Então, são essas questões que temos que ver quando se tem um Governo que tem compromisso com a região, com Santa Catarina, por toda Santa Catarina.

Mas lá estava, a mando do Governo, a Defesa Civil, atuando direto na região. Para o Corpo de Bombeiros nota 10, pois fizeram um trabalho brilhante. A Segurança Pública no geral ajudou em todos os momentos. A Secretaria da Saúde, da Agricultura, enfim, todos colaboraram. O Secretário Regional trabalhou dia e noite e continua trabalhando para ajudar a região. O Exército foi para a região ajudar.

Nós precisamos é de solidariedade, não de críticas. Nós precisamos de alguém que ajude como fez o Governo do Paraná.

Quanto à Celesc, eu duvidada que em uma semana colocasse luz na região. Mas colocou luz em Arroio do Silva, em Araranguá, em Sombrio em apenas um dia, porque mandou Santa Catarina inteira ir para lá trabalhar e ajudar.

Foi um trabalho fantástico, que deve ser reconhecido. E nós, que somos da região, precisamos de muita solidariedade, eis que este é um momento muito triste para a região, é um momento em que todo mundo perdeu, em que todo mundo olha um para outro e dá graças a Deus por ter tido apenas três vítimas fatais. Era para acontecer dezenas de vítimas fatais, mas graças a Deus isso não aconteceu.

Agora, o trabalho e a ação do Governo está sendo de uma forma que não temos palavras para agradecer; a região não tem palavras para agradecer o Governo.

Foram 120 mil, 140 mil telhas que chegaram. O Governo do Paraná mandou 80 mil telhas. Ainda não dá para cobrir tudo, porque foi uma devassa que levou telhados inteiros, cumeiras inteiras.

Por isso, precisamos de madeiras, precisamos de solidariedade da sociedade catarinense inteira.

Quando Blumenau e Jaraguá do Sul sofreram, a nossa região sofreu, a nossa região parou, e nós fomos solidários.

Agora, estamos aguardando a solidariedade para ajudar a minha região, que foi destruída por esse furacão ou por esse ciclone, seja lá qual o nome. Acontece que a região realmente sofreu, perdeu muito. Mas com o apoio do Governo do Estado e do Governo Federal, que também vai ajudar, com certeza, nós vamos recuperar, se Deus quiser, a nossa região, vamos fazer a nossa região voltar a contribuir no seu patamar de imposto, etc.

O Governo do Estado está criando um crédito de emergência para ajudar o comércio e a indústria a se recuperarem, para que Santa Catarina volte à normalidade na nossa região.

Hoje o Deputado Ronaldo Benedet assumiu a Secretaria da Segurança Pública. Era o nosso Líder. E às 14h nós tivemos um almoço, onde tive a honra de receber todos os votos da Bancada como Líder.

Sou muito grato à Deputada Simone Schramm, ao Deputado Romildo Titon e a todos os Parlamentares que confiaram na minha pessoa. Evidentemente que quero ajudar o meu Governo a conduzir esse processo em Santa Catarina. Quero ajudar essa descentralização, pois se não fosse a Secretaria Regional, como é que ficaria a nossa região? A Secretaria atuou desde o primeiro momento. Então, evidentemente, tudo isso aconteceu, por isso quero agradecer, de uma forma muito carinhosa à minha Bancada, que me elegeu como Líder para este ano.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Ouço V.Exa., com muita honra, que com certeza com o seu espírito público, com o seu espírito de solidariedade, de homem sofrido, de homem da luta, vem contribuir com aquilo que eu venho falando, que é a questão da nossa região, que foi tomada pelo vendaval, pelo furacão, pelo ciclone. A nossa região foi totalmente tomada.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Deputado Manoel Mota, quero falar que está faltando uma coisa nesse processo. Está faltando conseguirmos sensibilizar a mídia nacional. Não se vê a mídia nacional fazendo campanha para Santa Catarina, fazendo campanha para recuperar as perdas provocadas pelo ciclone ao povo da Região Sul.

Então, nós tínhamos que encontrar um mecanismo de envolver a mídia nacional nesse processo, para que a mídia dê a importância que o furacão merece, dê importância de acordo com a necessidade da população. Porque hoje não dá para admitir que Santa Catarina queira resolver esse problema sozinha, porque não vai conseguir.

Na verdade, o Estado é muito pequeno para dar conta de uma demanda tão grande de telhas e de outras grandes necessidades naquela região.

Então, a minha proposta é mobilizarmos a mídia nacional, para que eles batam na tecla, sensibilizem a população brasileira, para que a população brasileira possa ajudar...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o Deputado Onofre Santo Agostini.

Com a ausência do Deputado Onofre Santo Agostini, o próximo orador inscrito é a Deputada Simone Schramm, a quem concedemos a palavra por até 10 minutos.

A SRA. DEPUTADA SIMONE SCHRAMM - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria, na tarde de hoje, de fazer um registro que foi matéria no jornal A Notícia, no último dia 02 de abril, escrita pelo jornalista Herculano Vicenzi, através da qual ele tratou da lei que deve acabar com o ataque de moscas.

(Passa a ler)

"O inseto vive de sangue e desenvolve-se em esterqueiras. O esterco de frango produzido em aviários que abastecem grandes frigoríficos catarinenses é o fertilizante natural que custa menos do que os produtos químicos similares e por isso é largamente utilizado em plantações de banana."

Na nossa região, Deputado Dionei Walter da Silva, em Garuva, em Corupá e em Guarimir a utilização desse fertilizante aumenta em 20% a produtividade da banana.

Paralelamente aos resultados verificados nas lavouras, o esterco traz em seu bojo um grande problema para a nossa região, que é a proliferação de uma espécie de mosca que se alimenta de sangue, deferindo ferroadas doloridas que provocam feridas nas pessoas e nos animais domésticos.

Todo esse diagnóstico foi trazido pelo Secretário da Agricultura do Município de Garuva. E o problema se tornou muito grave no Município no ano passado, quando uma escola da região rural teve que ser fechada durante alguns dias, devido à incidência de moscas que atacavam os nossos alunos.

Após identificar no esterco de aviários o principal foco da origem da praga, porque o esterco vem in natura, conseqüentemente, no seu transporte, vem a larva dessa mosca, que não é uma espécie da nossa região, o Secretário Municipal, junto com a administração municipal, produziram um decreto municipal condicionando o uso desse fertilizante somente depois de um tratamento devido, para que ele não trouxesse mais a produção de larvas e a proliferação dessas moscas.

Diante dessa explanação, eu fui chamada ao Município para, *in loco*, discutir a situação com agricultores, com o Secretário municipal e verificar a situação dessas crianças.

Baseada nisso, veio-me, então, a idéia de encampar essa situação, produzindo um projeto de lei para regularizar o transporte desse esterco, eis que já existe também uma lei federal que obriga, por questões do meio

ambiente, que todo o produto de esterco deve ser industrializado, deve passar por uma condição de secagem na origem, para daí, sim, ser transportado para servir como adubo orgânico.

Iniciamos e demos entrada nesse projeto de lei no dia 18 de junho do ano passado. E, Deputado Romildo Titon, esse projeto foi arquivado em 02 de dezembro do ano passado, por falta de informação de algumas Secretarias de Estado a esta Casa.

Com o apoio de 30 Deputados, reencaminhamos, com recurso, para que novamente ele tramitasse nesta Casa. E aí obtivemos o parecer favorável da Epagri, de que seria viável a comercialização desse esterco, já numa condição de secagem, não trazendo, então, a praga das moscas.

Esse projeto foi recentemente relatado pelo Deputado Narcizo Parisotto, pela aprovação. E hoje ele ainda se encontra sob a guarda do Deputado Valmir Comin, que pediu vistas ao projeto.

Então, eu conclamo a todos os meus Pares, aqui, na Assembléia Legislativa, para que não fiquemos mais um ano discutindo um projeto dessa natureza, eis que milhares de agricultores e de crianças não têm mais condições de fazer a ordenha do seu gado leiteiro, porque o gado também se afugenta na mata em função da ferroada das moscas.

As nossas crianças perdem dias de aula em função de que nesse período, mais uma vez, está-se adubando a banana.

Então, eu gostaria de que no próximo ano nós não estivéssemos vivenciando a mesma situação. Eu acredito que no próximo nós já tenhamos implantado um sistema de vigilância em todo o Estado de Santa Catarina, através do qual poderemos inserir também a vigilância na questão da venda do esterco de aviário, da cama de aviário, como é chamado.

Não podemos permitir que haja a contaminação dos nossos lençóis freáticos, que continue causando o problema da larva da mosca, um problema de saúde pública, que hoje está lá na zona rural, com pessoas humildes, que clamam por uma solução.

Amanhã essa mosca estará também em zona urbana, trazendo assim um problema ainda maior para que se possa disseminar.

Então, eu gostaria de conclamar os Deputados para que tão logo tenhamos esse projeto aprovado aqui nesta Casa ele seja também sancionado pelo Governador Luiz Henrique da Silveira.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA SIMONE SCHRAMM - Pois não!

O Sr. Deputado Wilson Vieira - V.Exa. entrou com este projeto já?

A SRA. DEPUTADA SIMONE SCHRAMM - Já, no ano passado, Deputado. Demos entrada no mês de maio de 2003. Ele chegou a ser arquivado em dezembro, por falta de informação. Nós retomamos com o apoio de

30 Parlamentares, que assinaram para a recondução dele, e hoje ele se encontra na Comissão de Agricultura.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Então, na verdade, o que existe é um esquema interno, aqui, que está impossibilitando que o seu projeto vá adiante?

A SRA. DEPUTADA SIMONE SCHRAMM - É a questão burocrática. E fazemos um apelo aos Deputados, eis que temos toda uma comunidade que está clamando pela aprovação desse projeto.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Eu gostaria de dizer que pode contar com a nossa participação. Se passar em alguma das Comissões das quais fazemos parte, vamos procurar agilizar o seu projeto, que é de grande relevância para toda a sociedade catarinense.

A SRA. DEPUTADA SIMONE SCHRAMM - Muito obrigada, Deputado! (SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Srs. Deputados, tendo em vista a falta de quórum, encerraremos a presente sessão.

Antes, porém, comunicamos a pauta da Ordem do Dia da próxima sessão: Projetos de Lei nºs: 187, 350.9, 0483.0, 224, 396.1 e 440/04.

Esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a presente sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO COM O OBJETIVO DE AVALIAR AS CONTAS DO GOVERNO ESTADUAL NO 3º QUADRIMESTRE DE 2003, REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2004, ÀS 10H.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (Deputado João Paulo Kleinübing) - Muito bom-dia a todos os Srs. Parlamentares, a todas as pessoas que se fazem presentes nesta audiência pública para apreciação do relatório de gestão fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2003.

Agradecemos pela presença ao Sr. Secretário da Fazenda, Sr. Max Bornholdt, a todos os gerentes, técnicos e funcionários da Secretaria da Fazenda que estão conosco para esta apresentação, além dos Srs. Parlamentares e das pessoas aqui presentes.

Passamos a palavra ao Sr. Secretário, para que faça a sua explanação inicial.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - Bom-dia a todos. Inicialmente eu gostaria de cumprimentar os Deputados João Paulo Kleinübing, Herneus de Nadal, Peninha, Reno Caramori e Antônio Carlos Vieira, ex-Secretário da Fazenda; e o Secretário Adjunto da Fazenda, Sr. Lindolfo Veber; o nosso Diretor de Contabilidade, Sr. Wanderlei Neves; e o nosso Diretor da Dívida Pública, Gerson Berti, que irão nos auxiliar nesta tarefa de fazer a apresentação das contas relativas ao ano 2003 - o relatório de gestão fiscal. Saúdo, ainda, os demais diretores da Fazenda, os demais Parlamentares, os senhores técnicos, os senhores e as senhoras da imprensa,

Minhas senhoras e meus senhores, é com grande satisfação que o Governo do Estado se desincumbe desta missão determinada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é a apresentação das contas relativas ao exercício 2003. A exemplo do que já fizemos aqui em duas oportunidades, estamos mais uma vez trazendo os números para apreciação dos Srs. Deputados. Da forma como fizemos das outras duas vezes, inicialmente procederemos à explanação de um relatório, que será apresentado pelo nosso Diretor de Contabilidade. Em seguida o nosso Diretor de Dívida Pública fará a explanação, e ficaremos aqui à disposição para discutir os dados que serão apresentados.

Gostaríamos de acrescentar também que esses dados constam de relatórios já enviados ao Tribunal de Contas - já são números oficiais, portanto, dados contábeis -, e toda e qualquer dúvida poderá, ao final da apresentação, ser debatida, uma por uma, juntamente com os Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (Deputado João Paulo Kleinübing) - Então, o Sr. Wanderlei Pereira das Neves, que é o Diretor de Contabilidade da Secretaria de Estado da Fazenda, fará a apresentação inicial.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (Deputado João Paulo Kleinübing) - Pois não, Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Eu gostaria de fazer um esclarecimento. Esta audiência pública é para tratar do relatório de gestão fiscal, conforme observa a Lei de Responsabilidade, a Lei nº 101. Recebi agora um documento, que parece-me que será apresentado. Eu esperava que fosse o relatório de gestão fiscal, o que é publicado no Diário Oficial, que é obrigatório; imaginava que fôssemos apresentar e discutir esse relatório, que fosse feita uma apresentação dos números do relatório de gestão fiscal, que está no Diário Oficial. Quero dizer que vou assistir a apresentação com toda a tranquilidade, mas dei uma rápida olhada nesse relatório e poucas informações dele constam nesse relatório. O que foi publicado no Diário Oficial a respeito dele, Secretário, Sr. Deputado, eu acompanhei, e até tenho alguns questionamentos a fazer. O que se está pretendendo apresentar com relação ao relatório não é nada daquilo da gestão fiscal, é o inverso do que a Lei de Responsabilidade estabelece. O que ela fala em audiência pública é relativo a esse que é publicado, e esse é o que se discute. E não vejo aqui - aponto a disparidade até nos próprios quadros, em como eles são apresentados - o que determina as portarias federais. Então, tenho alguns questionamentos, mas vou me permitir aguardar, ver a apresentação.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - Eu queria fazer uma observação: estamos fazendo esta apresentação de acordo com o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Agora, isso não impede que hoje ou em outra oportunidade, amanhã ou depois, já que estamos trazendo esses dados aqui, o Presidente marque uma outra audiência para que apresentemos e discutamos os outros números que estão sendo trazidos pelo Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (Deputado João Paulo Kleinübing) - Vamos ouvir a apresentação, Deputado Vieira. Acho que essa consideração de V.Exa. é importante, até porque o que realmente determina a Lei de Responsabilidade Fiscal é a apresentação do relatório de gestão fiscal referente ao 3º quadrimestre. Talvez a forma da apresentação seja diversa, mas vamos esperar os números, para ao final da apresentação podermos fazer essa comparação. E o Secretário está aqui se dispo

a fazer, caso hoje não seja possível sanarmos todas as dúvidas, uma nova apresentação.

Gostaríamos de saudar, com muita alegria, o Deputado Dentinho, que está aqui conosco depois de uma breve licença. S.Exa. é membro efetivo desta Comissão e está acompanhando esta audiência pública.

Com a palavra o Sr. Wanderlei Pereira das Neves.

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda) - Bom-dia, Deputado Kleinübing, Parlamentares presentes, Secretário de Estado da Fazenda, demais autoridades e colegas.

Como o Deputado Vieirão colocou, ao final de cada quadrimestre deve ser apresentada em audiência pública a avaliação dos resultados obtidos no quadrimestre. Mas no artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, não se faz referência a uma análise específica do relatório de gestão fiscal. Ela diz que no final dos meses de fevereiro, maio e setembro serão demonstrados e avaliados, em audiência pública, as metas e os resultados obtidos no quadrimestre anterior.

No dia de hoje, inclusive procuramos inovar, melhorar um pouco. E até o Governo o passado essas audiências públicas não eram realizadas, em que pese já ter a obrigatoriedade de divulgação do relatório de gestão fiscal. Este Governo iniciou a divulgação e a apresentação dos relatórios em audiência pública. Esta é a terceira audiência, ou seja, do 3º quadrimestre de 2003, que coincide também com os números do ano 2003. Estes números serão muito mais detalhados na prestação de contas que o Governador tem como obrigação prestar ao Legislativo, por intermédio do Tribunal de Contas. A prestação de contas está fechada e deve estar indo esta semana para encadernação, para que depois o Governador faça a entrega, então, ao Tribunal de Contas, para análise e parecer prévio. Lá, sim, estarão muito mais detalhados todos os números da gestão.

Cabe ainda alguma explicação a respeito da falta de estrutura que o Estado tinha em relação às áreas de controle interno. Este ano, visando melhorar um pouco essa área de controle, foram transformados alguns cargos de nível superior em cargos de contador e foi realizado um concurso público, e 42 desses contadores já tomaram posse, já entraram em exercício, o que vai possibilitar que tenhamos um pouco mais de tempo para analisar, criticar e melhorar, inclusive, os dados que trazemos aos senhores.

O Deputado Vieirão já me mostrou, e realmente tem alguns equívocos nos relatórios que foram publicados. Isso é fruto de uma não-conferência profunda dos dados; inclusive coisas que não foram mudadas, está de novembro de 2002 a dezembro de 2003 e é novembro de 2003 a dezembro de 2003. Então, tem realmente alguns descuidos, mas cabe sempre alertar o seguinte: todo ano a União dita uma portaria que disciplina a elaboração não só do relatório de gestão fiscal, que é quadrimestral, como do relatório resumido de execução orçamentária, que é bimestral, e que também é publicado e possibilita a avaliação dos Srs. Deputados. E a cada portaria que a União dita mudam alguns critérios de cálculos. Então, se formos olhar os números que foram publicados em 2002, elaborados em cima de uma portaria, e refazê-los pela portaria vigente em 2003, isso acaba gerando distorções dos números. Já tivemos isso no passado. O ex-Governador Antônio Carlos Konder Reis, por ocasião da CPI da Transparência, dizia que os números são dançantes; cada pessoa elaborava o número e trás, e acaba aparecendo um número divergente. Mas isso vai também da forma como são elaborados e os conceitos que são adotados.

Vamos passar aqui para os senhores dados, por exemplo, do consolidado geral. Assim, tem que se entender o que significam dados do consolidado geral. O consolidado geral pega os dados das autarquias, das fundações, dos fundos, das empresas estatais dependentes. Então, às vezes divulga-se a arrecadação do Estado, mas não se diz que arrecadação é essa, e às vezes se está divulgando somente a arrecadação da administração direta; muitas vezes divulga-se a arrecadação do Estado na imprensa, mas não se diz que arrecadação é, e às vezes é só arrecadação tributária. Portanto, é importante fixarmos nos conceitos. Às vezes, divulga-se a receita corrente líquida e é a líquida disponível. Então, temos que saber que receita, que informação é essa, para não começarmos a fazer confusão. É difícil, sabemos disso, são muitos conceitos, mas vamos tentar passar para os senhores os conceitos e o resultado alcançado.

Foi elaborado, também pela primeira vez, para esta audiência pública, o material descritivo que foi distribuído aos senhores. Os senhores têm na pasta que receberam a cópia dos slides e, na sequência, o material descritivo, tentando trazer para os senhores os conceitos, a que se referem e os principais números. Lógico que todos esses números poderão ser detalhados na medida da necessidade desta Comissão.

(Procede-se à exibição de slides.)

Então, analisando esses dados - consolidado geral das autarquias, das fundações, dos fundos, das empresas dependentes e também do Tesouro -, tivemos uma projeção de receita bruta de 9 bilhões 523, que era o Orçamento do Estado, o orçamento bruto, sem as deduções para municípios, para Fundep e tudo mais, valores brutos. Em valores brutos, foram arrecadados 6 bilhões 860, ou seja, 72% do orçado. Aí cabe a primeira indagação: mas por que a gente arrecadou só 72,03? O Estado foi ineficiente na sua arrecadação? Não. A gente tem que detalhar um pouco mais essa arrecadação para tentar entender o porquê dessa queda. Nas receitas correntes, em que há uma atuação mais forte da máquina arrecadadora, o Estado ficou bem próximo da meta, em 97.71%. E se a gente for detalhar um pouco mais, olhar só a receitas tributárias, vamos ver que a arrecadação superou as expectativas em 10.71. Essas informações constam do relatório descritivo que os senhores têm em mãos. Aqui, como não podemos diminuir muito os números, deixamos as informações maiores. Mas isso pode se chegar ao detalhamento da tributária, do ICMS, de cada uma das taxas e assim por diante.

Então, analisando a receita de capital, aqui tivemos uma queda na arrecadação bastante significativa. Qual seria a explicação? Novamente, foi inserida na Lei Orçamentária a operação de que trata a Lei nº 11.177, que seria aquela operação vinculada ao Besc. Naquela operação deixou de ingressar não só o valor do empréstimo como também da alienação de bens, que supera 2 bilhões de reais. Por isso não se arrecadou o valor que se tinha de expectativa de arrecadação.

Cabe também lembrar o seguinte: a projeção da receita é feita pelo Executivo, mas o Legislativo, desde que constatado erro técnico ou alguma omissão de ordem legal, pode fazer essas revisões de metas. Então, se houver alguma projeção muito fora de uma realidade, tanto o Poder Executivo quanto o Legislativo tem que dar a mão à palmatória. Isso porque ao Executivo incumbe propor, elaborar essas projeções, mas o Legislativo pode fazer, sim, essas correções dessas projeções. E para podermos avaliar uma meta ela tem que estar estabelecida com muito critério, se não teremos números muito diferentes de uma projeção e não vai possibilitar uma análise mais técnica da meta, se alcançou ou não.

Analisando as despesas, 9 bilhões 940, pode gerar dúvidas. O Orçamento não é equilibrado? Como temos um projetado de 9 bilhões 523 e uma despesa total de 9 bilhões 940? Então, aqui, onde se diz "projetado", temos que dizer que seria projetado/autorizado. A despesa total é despesa em 31/12, que foi autorizada, ou seja, o orçamento inicial mais os créditos adicionais, créditos especiais, enfim, todas as alterações orçamentárias. Assim, ao término de dezembro tínhamos despesa autorizada de 9 bilhões 940, e desse montante só foram executados 71,06%. Nas despesas correntes se executou 89,49% e nas despesas de capital se executou 26,99%. Aí, novamente volta a análise: o orçamento é bem elaborado? Para este ano, pela informação que temos, já estaria faltando 500 milhões de reais, aproximadamente, para folha de pagamento. Assim, para podermos suplementar os valores da folha outras despesas vão ter que deixar de ser realizadas. Então, na execução começa a distorcer um pouco a elaboração do Orçamento.

Analisando 2002, temos que o orçamento inicial era 9 bilhões 343; novamente a despesa autorizada em 31/12/2002, 9 bilhões 450. A realização, os senhores têm ali a análise percentual: 75,07%, o executado em 2002, do orçamento total; 83,99%, a execução das receitas correntes; 51,45%, a execução das receitas; 75,07%, a arrecadação total em relação ao previsto, sendo 83,99% a arrecadação da receita corrente e 51,45% a receita de capital. Então, aqui, percebe-se que nas receitas correntes houve uma queda de arrecadação significativa ou uma projeção errada. Aí tem que ser feita a análise: a meta foi superestimada ou a arrecadação ficou aquém do que deveria ser.

Na despesa, ali temos um total autorizado de 9 bilhões 450 para uma execução de 7 bilhões 190, ou seja, 76,09% de execução. Nas despesas correntes já foi executado um pouco mais, 91,79% do previsto; e na de capital, 50,76%. Esses são dados brutos da administração geral do Estado pegando receitas vinculadas a autarquias, fundações, fundos e empresas dependentes e também do Tesouro.

Agora, fazemos a análise do que chamamos somente recursos do Tesouro, que seria a administração direta, que são os recursos contabilizados na Tesouraria Geral do Estado, na Diretoria do Tesouro do Estado. Então, esses números são o grosso da arrecadação do Estado. Percebam que tínhamos uma estimativa de 9 bilhões 523, que seria o orçamento geral do Estado, e, para recursos do Tesouro, 8 bilhões 304, para o qual chamo a atenção. Quando se pega uma informação na imprensa temos que questionar: é recurso do Tesouro, é um consolidado geral. Nesse caso aqui é um consolidado geral.

Orçamento dos recursos do Tesouro, 8 bilhões 304, e, realizados, 6 bilhões 138. Novamente o vilão da história foram as receitas de capital. Mais uma vez, para 2003, aquelas operações do Besc foram inseridas na Lei Orçamentária e não foram também arrecadadas. Em

relação à receita corrente, aí sim, tivemos uma arrecadação superior à meta estabelecida. Quer dizer que a princípio a meta foi bem estabelecida - tem um desvio de apenas 2% -, e algumas receitas contribuíram para esse desempenho positivo: a tributária, com 10.71% além da meta, e também a receita patrimonial nas aplicações financeiras tanto dos recursos da conta única do Judiciário quanto do recurso do Tesouro, que também tiveram um crescimento bastante significativo. Essa análise consta do material descritivo que os senhores têm. Já a receita de capital, abaixo da meta em virtude, lógico, das operações vinculadas ao Besc. Na despesa, mais uma vez, executou-se somente 75,58% daquilo que estava autorizado. Na despesa corrente, 73,18% foi o montante executado em relação ao previsto - 5 bilhões 241 era o montante de despesa corrente autorizado em 31/12/2003 -, e foram realizados 4 bilhões 866. Na despesa de capital somente foram executados 20,61%. Cabe análise, lógico, do porquê desses números diferirem tanto. Grosso modo, a operação do Besc estaria vinculada à receita de capital - 2 bilhões 404 -, e também estariam ali atreladas a operações na despesa de capital. Por isso, não se realizou na receita e também não se realizou na despesa.

Em relação a 2002, os números também mostram uma disparidade entre o orçado e o realizado. Nas receitas, 8 bilhões 369. Percebam que a receita estimada para 2002 era superior a receita estimada para 2003. Então, já mostra que o critério de projeção de receita tem que ser melhor analisado. Para 2002, uma receita de 8 bilhões 369, projetada, e para 2003, 8 bilhões 304. Quer dizer, não muito mais que 63 milhões, aproximadamente, a projeção de 2002, superior a 2004, que a meu ver é uma incoerência, a não ser que tivesse algum motivo que justificasse queda de arrecadação - crise na Argentina ou qualquer outro evento que pudesse justificar essa queda. Em 2002, então, a receita corrente arrecadada foi somente 85,09. Acredita-se que a receita corrente tenha sido projetada acima da capacidade de arrecadação do Estado - 5 bilhões 926 - para 2002, e a arrecadação 5 bilhões 042. Isso diferentemente de 2003, quando a projeção ficou bem próxima da arrecadação.

Receita líquida disponível. Que conceito é esse? Então, percebam que já estamos trabalhando com três tipos de receita: consolidado geral, receita da administração direta, que seriam os recursos do Tesouro, e, agora, receita líquida disponível. Essa receita é ditada, o conceito é ditado, em cada uma das Leis de Diretrizes Orçamentárias que são encaminhadas ao Legislativo até meados de 15 de abril de cada ano, como será feito agora. Então, a Lei de Diretrizes Orçamentárias dita as regras, as prioridades, as metas a serem inseridas na Lei Orçamentária, e um dos dispositivos conceitua a receita líquida disponível, que é a base de cálculo para a participação dos Poderes no todo do Estado.

Então, temos a receita líquida disponível como sendo a receita corrente total, tirando os convênios, as transferências dos municípios, os recursos do salário-educação, aqueles valores que são recursos vinculados, e ainda deixa de excluir, a meu ver, o Imposto de Renda, que é uma receita meramente contábil e que não poderia ser considerada disponibilidade. A receita líquida disponível havia sido estimada, projetada, em 4 bilhões 087, na Lei Orçamentária, e foi arrecadado 4 bilhões 393, ou seja, 107,5%, 7.5 acima da projeção. Na receita tributária, o grosso, lógico, são os impostos. E ali está 110,71, que foi justamente o crescimento, que também já foi dito lá na receita do consolidado geral e no consolidado do Tesouro, porque só quem arrecada tributo é a Secretaria da Fazenda, salvo as taxas vinculadas a alguns fundos, mas os valores não são tão significativos.

As transferências correntes. Aqui cabe fazer uma colocação: quando trabalhamos o consolidado geral tínhamos uma projeção de receita de convênio bastante expressiva. Só que essa receita de convênio, infelizmente, não se concretizou, quer porque em 2002 o Estado não cumpriu o limite de aplicação na saúde. A União sempre solicitava uma declaração de que o Estado cumpriu o limite constitucional, e o Estado não tinha essa declaração para dar. O Tribunal de Contas apontou no relatório que em 2002 foi aplicado 8,31 na saúde (mais a frente vamos ver esses dados), e isso impedia o Estado de receber transferências voluntárias da União, salvo aquelas destinadas às áreas social, de educação e de assistência. Então, no caso, havia uma projeção, só para os senhores terem uma idéia, de transferência de convênio de 362 milhões, aproximadamente, e só foram arrecadados 19 milhões de reais. As duas análises têm que ser feitas: ou o Governo Federal, realmente, fechou o seu caixa, não transferindo recursos para o Estado, ou o Estado não conseguiu obter os recursos por estar inadimplente com alguns índices constitucionais. Os dois fatores contribuíram, podem ter certeza. Assim, na receita de convênio, a maioria dos convênios era vinculada à administração indireta.

De transferência corrente, temos aqueles fundos constitucionais, o Fundo de Participação do Estado, os ressarcimentos da Lei Kandir, a cota-parte do empenho e exportação. Então, dentro das transferências correntes foram arrecadados 72.49% da meta, isso em 2003. Nas demais receitas correntes - entrando dívida ativa, multa, juro de mora - tivemos um crescimento, isso principalmente em função do Revigorar, que resultou num ingresso de receita a mais no ano de 2003.

Em relação a 2002, a projeção é de 3 bilhões 800, com uma realização de 3 bilhões 665, ou seja, 96,47% do montante aprovado na Lei Orçamentária como meta a ser arrecadada. As deduções que aparecem neste *slide* são as deduções para o Fundef, os municípios, os recursos do salário-educação, os recursos do convênio, que estão agrupados dentro dessas deduções - 1 bilhão 813 no projetado e 1 bilhão 625 no arrecadado. O importante é conhecermos o conceito, para que ele serve e o valor obtido.

Despesa de pessoal. Aqui, para entender a despesa com pessoal, já temos que entender um outro conceito de receita - vejam que já vamos para o quarto conceito de receita. Tivemos receita do consolidado geral, receita da administração direta e receita líquida disponível. E para fins de gasto com pessoal e dívida pública - verificação de limite -, o conceito é receita corrente líquida, que é ditado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, já se vai para o quarto conceito. E aí está uma preocupação que eu tenho quando um jornalista ou alguém pede uma informação, pois tento esclarecer qual a informação que quer, se é a receita total da tributária, só do ICMS, enfim, qual é a receita que a pessoa está falando.

Nesse caso aqui, a despesa com pessoal toma como base a receita corrente líquida, que no exercício 2003 totalizou 5 bilhões 129, arrecadados, alertando-se que a receita corrente líquida toma como base sempre 12 meses. Então, aqui é a receita do ano 2003, de janeiro a dezembro de 2003, que totalizou 5.129.578 bilhões.

Foi comprometido com gasto com pessoal, a despesa líquida com pessoal, grifado em amarelo, 2.764.892 bilhões, sendo que o limite legal seria de 3 bilhões 077. Então, ficamos com 53,9%, o Estado, o ente da Federação, de comprometimento de gasto com pessoal em relação à receita corrente líquida. Mas cabe também uma observação: nesse cálculo foi utilizada a Decisão do Tribunal de Contas nº 2.517/03, que possibilitou a exclusão do montante das despesas de pessoal dos pensionistas. Caso fosse incluído o valor dos pensionistas, esse montante estaria bem próximo do limite total, com quarenta e oito e alguma coisa de gasto com pessoal. Comparado com 2002, se computados os pensionistas - não sei se os senhores lembram, já foi apresentado -, seria 49.44. De 2002, refazendo pelo mesmo critério adotado agora em 2003, com a Decisão nº 2.517 do Tribunal de Contas, o Estado ficaria em 54.35, contra 53.90 - percentuais muito parecidos. Em 2003 reduziu um pouquinho o comprometimento por força, lógico, do crescimento da receita corrente líquida.

Na seqüência fazemos uma análise de cada um dos Poderes, a participação de cada um dos Poderes e órgãos nessa receita corrente líquida. O Poder Executivo terminou 2002 com 44.14%, sendo que o limite prudencial seria 46.55% e o limite total 49%. O Poder Legislativo terminou o ano com 2.83% de comprometimento, contra um limite prudencial de 2.85 e um total de 3%, sendo que o Poder Legislativo tem duas casas, a Assembléia e o Tribunal de Contas, esses dois órgãos. O limite do Tribunal de Contas seria 0,8 e ele findou 2003 com 0.75, e a Assembléia Legislativa tem como limite 2.20% e terminou com 2.08%, então, abaixo do limite legal. O Poder Judiciário tem como limite estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal 6% da receita corrente líquida e terminou 2003 com 4.77%, abaixo do limite.

Em 2003, quem ficou acima do limite foi o Ministério Público. O limite legal imposto na Lei de Responsabilidade Fiscal é 2% e ele terminou o ano com 2.16%. Aqui, se formos ver a publicação que o Ministério Público fez dos seus relatórios de gestão fiscal - está no Diário Oficial nº 17.326, do dia 30 de janeiro de 2004 -, percebemos que eles estão adotando um cálculo diferente do que está nas portarias ditas pela União. Eles fizeram o seguinte: excluíram da receita corrente líquida o valor do Imposto de Renda retido na fonte e excluíram dos seus gastos com pessoal também o valor do Imposto de Renda da folha dos seus servidores. E como justificativa colocaram o seguinte (se me permitirem, vou ler):

"Nota: (1) Exclusão do cômputo de despesas com Pessoal, conforme posicionamento adotado pelos Ministérios Públicos dos Estados do Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Goiás, Piauí, Rondônia, Amapá, Rio de Janeiro e Amazonas, com base em precedentes dos Tribunais de Contas dos Estados do Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Goiás, Piauí, Rondônia e Amapá, que é objeto da consulta formulada ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina em 03 de dezembro de 2002, reiterada em 15 de agosto de 2003." (*Cópia fiel*)

Ou seja, o Ministério Público vem divulgando que se encontra dentro dos limites legais. Mas, usando o mesmo critério utilizado aí para os demais Poderes, eles estariam acima. Então, com relação a esse cálculo que está divulgado pelo Ministério Público no Diário Oficial, há divergência, e a justificativa deles para se enquadrarem, para justificarem que estão enquadrados, são esses precedentes de outros Ministérios Públicos e uma consulta formulada ao Tribunal de Contas que, a princípio, não foi respondida ainda. A luz da lei, à luz do que hoje já está normatizado, eles estariam 0.16 acima e teriam que se enquadrar nos próximos dois trimestres.

E o quadro de baixo, 2002, permite a análise também órgão por órgão do comprometimento naquele exercício e neste. Em 2002, quem estava acima do limite legal era a Assembléia Legislativa. Percebe-se que ela já se readequou aos percentuais ditados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Resultado primário. Aqui também cabe, novamente, justificativa. A gente pega a Lei de Diretrizes Orçamentárias e ela traz um resultado primário projetado; a gente utiliza a metodologia ditada em 2002, chega-se a um resultado; utiliza-se o cálculo, agora, de 2003, chega-se a outro resultado. Aí fica a indagação: qual é, afinal de contas, a meta de resultado primário do Estado? Existe essa meta bem definida? Quem tem que ditar é a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Seriam, justamente, as metas de resultado primário.

O que estamos divulgando aqui é um resultado primário calculado conforme portaria ditada pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, Portaria nº 517, de 2002. Por essa portaria, temos um resultado primário negativo de 2 bilhões 217, isso impactado pelas operações vinculadas ao Besc, de novo. Tirando dali dois bilhões e alguma coisa daquelas alterações vinculadas ao Besc, tanto da operação de crédito quanto da alienação de bens, o resultado primário ficaria em torno de 150 milhões, negativos. E a realização desse resultado primário foi positiva, ou seja, ele teve um superávit primário, na execução de 2003, de 643 milhões 743. Percebam que a gente já está falando aqui de mais conceitos diferentes, para ver a salada de fruta que é isso aí.

Receitas Fiscais. Já não tem nada a ver com a receita do consolidado geral, da administração direta, da corrente líquida, da líquida disponível, é um outro conceito ditado por uma portaria da União. Assim, se para nós que estamos no dia-a-dia já é uma complicação, para quem está de fora, então, muito mais. Mas, são dados calculados em cima de normas que recebemos, e a União faz uso desses percentuais para avaliar os desempenhos dos Estados. De nossa parte, esses resultados estão nesta publicação que o Deputado Vieira colocou, que seria o relatório de gestão fiscal, para serem avaliados.

Em 2002 tínhamos uma meta positiva de 264 milhões 715, novamente calculado pela Portaria nº 517, de 2002, e um déficit de 855 milhões 393. Volto a frisar: o resultado primário carece, a meu ver, de estudos melhores para tentarmos chegar a uma conclusão. O resultado primário, grosso modo, seria, digamos, o resultado operacional do Estado, as suas receitas normais para as suas despesas normais. Aí, permitiria que verificássemos o que sobra para pagarmos o juro da dívida e os encargos da dívida. Isso deveria medir o resultado primário.

Se a gente tem superávit, aí tem que analisar: o superávit cobre pelo menos os encargos da dívida? Se cobrir os encargos da dívida, sobra para amortizar a dívida. Se a gente não tiver resultado primário sequer para os encargos da dívida, quer dizer que o Estado estaria se endividando cada vez mais, não estaria conseguindo resgatar sequer os juros da dívida. Mas eu, falando com o nosso Secretário da Fazenda, quando apresentamos esses dados a S.Exa, disse: não me sinto sequer confortável para detalhar muito essa questão do resultado primário porque o critério de cálculo, a meu ver, tem que ser revisto com um pouco mais de cautela, senão podemos apresentar números distorcidos que não espelham essa realidade.

Restos a pagar. É outro dado importante. Também consta aí dos relatórios ditados pela Lei nº 101. Aqui uma análise 2002/2003, e eles realmente têm que ser acompanhados de perto, porque ao término da gestão do Chefe de cada Poder esse montante de restos a pagar não pode superar a disponibilidade de caixa, por força do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, temos que em 2002 havia um saldo de restos a pagar processados de 180 milhões 549 mil, e não-processados, 255 milhões 663, ou seja, um total de restos a pagar, em 31/12/2002, de 436 milhões 212. Em 2003, os restos a pagar processados diminuíram, ficaram em 139 milhões 608. Por processados se entenda aquelas despesas que o Estado realizou e que o serviço já foi prestado, o produto já foi entregue, ou seja, eu contratei um serviço e o serviço já foi prestado, é dívida líquida e certa; eu comprei o produto, ele foi entregue e aceito, é dívida líquida e certa, só resta pagar. E não-processado é aquilo que foi comprometido orçamentariamente mas que teria ainda um estágio seguinte, que seria o processamento da despesa, ou seja, o serviço ser prestado e o material entregue e aceito. Então, nas despesas já processadas tivemos uma queda de 22,64%; nos restos a pagar não-processados, tivemos um crescimento de 68,26%; e de modo geral - processados e não-processados - tivemos um crescimento de 30,65% em relação a 2002.

Cabe justificar que para que o Estado pudesse aplicar o mínimo constitucional na saúde, principalmente, nos últimos meses do exercício 2003 o Tesouro fez concessões, fez liberações orçamentárias além do normal, porque o Estado tinha que aplicar 10.07 na saúde, e se o Estado não permitisse esse comprometimento orçamentário, essa realização de despesa, corria o risco de ficar abaixo do mínimo cons-

titucional. Então, tapa a orelha, destapa o pé; o cobertor é curto. Para poder aplicar mais numa área, falta na outra, e para poder ao mesmo tempo não endividar também não cumpriria o mínimo constitucional. Então, é uma situação bastante delicada.

Agora, já em 2004, apenas a título de informação (a avaliação é de dados de 2003), até o dia 18 de março de 2004 já haviam sido pagos - daqueles restos a pagar processados e não-processados - 189 milhões 042. Era somente 139 milhões o processado, mas tinha 430 a ser processado. Então, o Governo dita um decreto - e isso já é praxe desde Governos anteriores - dando um prazo para que os órgãos procedam a liquidação da despesa, que recebam o serviço ou o produto, e normalmente é um mês, até final de janeiro, e aqueles restos a pagar não-processados que não vierem a ter a sua execução nesse mês são anulados. Então, foram anulados, ali, 159 milhões 632 e foram pagos, até março, 189 milhões 042. Alguns restos a pagar que são oriundos de precatórios, Imprensa Oficial do Estado, principalmente, formam o grosso dos restos a pagar.

Despesa com educação. Manda o artigo 212 da Constituição Federal que o Estado aplique, no mínimo, 25% da sua receita líquida de impostos. Outro conceito, novamente: receita líquida de impostos. Então, já o valor difere dos conceitos anteriores. Mais um conceito, ditado pelo artigo 212 da Constituição Federal. A receita líquida de impostos, em 2003, foi 4 bilhões 407, e o limite constitucional - seria 25% desse valor -, 1 bilhão 098, era o valor a ser aplicado na saúde(sic). Foi aplicado, em 2003, 1 bilhão 237 milhões 098, incluindo, lógico, os restos a pagar não-processados. Parte disso pode ter sido anulado em 2004, e, aí, se se fizer a análise só daquilo que foi realmente liquidado, esse valor vai diminuir um pouco, mas ainda vai ficar acima dos 25%. Em 2002 havia sido aplicado, pelo mesmo, computando a despesa empenhada total, 29,80%. Então, dessa forma o Estado cumpriu o mínimo constitucional. Esse índice também é exigência dos relatórios quadrimestrais de que trata a Lei nº 101.

Despesa com saúde é a maior dificuldade. No ano anterior, conforme análise do próprio Tribunal de Contas, haviam sido aplicados 8.31. Esse índice trouxe bastante dificuldade para o Estado, uma vez que o Tribunal de Contas do Estado não forneceu certidão para o Executivo de que o Estado havia cumprido esse limite constitucional, e isso prejudicou o recebimento de alguns valores da União a título de transferência voluntária, ou seja, convênio. Ainda, nesse 8.31 o Tribunal de Contas computou os gastos com inativos. Agora, em 2003, aplicamos 10.72, contra um mínimo exigido de 10.07, ou seja, ultrapassou - aqui computado o montante da despesa empenhada. Dizem as portarias que deve ser computada somente a despesa liquidada, mas a portaria da União deixa uma margem de dúvida na interpretação, porque ela diz que ao término do exercício devem ser computadas como gastos com saúde aquelas despesas que foram inscritas em restos a pagar e que serão pagas no ano seguinte. Então, como o Tribunal de Contas também vem entendendo como coisa empenhada, mantivemos a despesa empenhada total. Por esse critério, estaríamos com o limite constitucional atendido, em que pese a dificuldade de cumprir esses limites em face das diversas vinculações de receita que o Estado tem, seja Fundef, educação, saúde, Funcitec e outras.

Agora a gente encerra essa parte mais geral, entraria na parte da dívida.

Eu devolvo a palavra ao Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (Deputado João Paulo Kleinübing) - Antes de entrar na parte da dívida, acho que (ele deu a sugestão) deveríamos aproveitar a sua presença e esgotar essa primeira etapa, para, então, darmos seqüência com os slides referentes à dívida, até para que o senhor não tenha que retornar para dar explicações.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - De minha parte, não tem problema algum.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (Deputado João Paulo Kleinübing) - Havendo a concordância do Sr. Secretário, questionamos se S.Exa. quer fazer mais algum comentário, antes que os Deputados possam fazer os seus questionamentos.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - Os dados apresentados são esses. Desde já ficamos à disposição dos Srs. Deputados para qualquer esclarecimento, e após a manifestação ficaremos aqui para debater esses números.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (Deputado João Paulo Kleinübing) - Com a palavra o Deputado Antônio Carlos Vieira, que havia feito a inscrição.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, quero fazer alguns questionamentos. Primeiro, no início da sua apresentação o Dr. Wanderlei disse que os relatórios de gestão fiscal foram publicados inicialmente neste Governo. Acho que houve uma falha de informação.

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda) - Não, não.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Até para registrar o fato, desde 2000 o Estado de Santa Catarina vem registrando os relatórios de gestão fiscal no Diário Oficial do Estado. Portanto, não foi somente nesta atual gestão governamental que se implantou a Lei de Responsabilidade - e aí o correto.

Também se diz que audiências públicas só foram realizadas neste Governo. Mas deve saber o Dr. Wanderlei que audiência pública só é feita, no caso da Lei de Responsabilidade, por provocação da Assembléia Legislativa, que foi o caso desta. No Governo passado, infelizmente, a Assembléia Legislativa não convocou, absolutamente, nenhuma audiência pública para tratar de gestão fiscal. Eu coloco isso aos Srs. Deputados anteriores para saber se em algum momento foi solicitada alguma audiência pública relativa à gestão fiscal da administração passada.

No quadro da folha 2 o Dr. Wanderlei, ao tratar de receitas e despesas correntes, toca muito em receitas de capital, Besc, que não ingressaram. Mas o Dr. Wanderlei não disse, e poderia dizer, que algumas dessas receitas e despesas que estão previstas para 2003 foram efetivamente realizadas no segundo semestre de 2002. Por quê? Porque quando o Orçamento vem para cá é com base em julho.

Então, para evitar um problema de aplicação de receita e despesa do contrato com a União com relação à federalização do Besc, estava no orçamento de 2002, e também se jogou no orçamento de 2003 porque até julho de 2002 não tinha sido implementada a receita e, obviamente, também a despesa por conta desses contratos.

Eu só queria acrescentar ao Dr. Wanderlei que não ingressou, ou ingressou no exercício de 2002.

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Está correto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Na página 3, com relação ao problema de convênios, o Dr. Wanderlei alega que, por força da não-aplicação na saúde dos limites obrigatórios, constitucionais, em 2002 não teria vindo recursos. Eu acredito que ele teria dito 2003, porque 2002 seria com base em 2001; então a não-aplicação, a menor aplicação e a maior aplicação em 2002 refletem em 2003, nunca no mesmo ano.

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - O valor aplicado na saúde em 2002, que é o *slide* que está na tela, foi de 305 milhões 945 mil, equivalente a 8.31%, dados constando do relatório do (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Eu só estou dizendo que esses 8.31% não tiveram nenhuma implicação com relação a repasses de convênios por parte da União no ano de 2002.

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Não, em 2003, aí sim, o Estado não conseguiu obter a certidão no Tribunal de Contas atestando que o Estado teria aplicado, pois não aplicou, né? Em todo convênio que o Estado faz com a União, eles solicitam essa certidão no Tribunal de Contas de que o Estado cumpriu os limites, até por força do artigo 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que trata das transferências voluntárias. O Estado tem que comprovar que cumpriu os valores de aplicação em educação, que cumpriu os valores de saúde, o limite de dívidas, enfim, os limites que nós estamos avaliando hoje.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Mas então houve repercussão para 2003, nunca para 2002.

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Em 2003 teve a repercussão.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Dr. Wanderlei, na página 8, com relação a restos a pagar, desses 139 milhões 608 mil quanto é da saúde para efeito dos 10.72%?

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Eu não tenho esse dado aqui.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Do não-processado também não tem? O senhor não sabe quanto é que foi lançado em dezembro de 2003 desse empenhamento, não sabe o que foi julgado processado e não-processado da saúde?

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Neste momento não tenho esses dados em mãos, mas podemos verificar e encaminhar a esta Comissão ainda hoje à tarde, se for necessário.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Eu vou fazer uma pergunta *en passant*. Quando foi adquirido o conjunto do Banco do Estado de Santa Catarina pelo valor de 43 milhões de reais, do Besc e da Bescr, foi feito empenhamento orçamentário. Desse empenhamento, foram pagos, se eu não me engano, duas parcelas, em novembro e em dezembro de 2003, e nesse resto a pagar aqui está o saldo devedor ou foi anulado?

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - A informação que o Gerson está me dando é que foi anulado o saldo.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Então, nesse valor aqui não estão os 40 milhões da dívida líquida e certa com o Banco do Estado, é isso?

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

Eu estou perguntado se aqui dentro, na posição de 31 de dezembro de 2003, está ou foi anulado antes.

(*Intervenção fora do microfone: "Foi no ano posterior."*)

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Foi anulado em 2004.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Eu tenho a informação de que foi anulado antes. E até gostaria de fazer esse registro, porque eu tenho a informação de que foi anulado antes. Então, obviamente, que se foi anulado antes, não poderia entrar nesse saldo. Foi anulado no dia 31 de dezembro de 2003, automaticamente não pode entrar no saldo de 31 de dezembro. Foram anulados do Besc 36.730.411,37 e da Bescr 1.299.592,19, que dá um total anulado de 38 milhões.

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Vamos checar a informação.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - O Wanderlei colocou na página 10 com relação à aplicação na educação... E ele disse muito bem, realmente é meio complicado, porque são 25% com base na receita do ano. Se a receita não é conhecida, só é conhecida até dezembro, fica difícil para encontrar os percentuais.

Mas eu gostaria de saber, dentro da educação, quanto que foi gasto com o Fundef - porque aqui não está o Fundef.

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Nos relatórios quadrimestrais - aí sim, essa informação é detalhada, e o senhor tem esses dados em mãos -, no relatório resumido de execução orçamentária, o anexo da educação, que é o anexo nº 10 ...

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - São 437 milhões 222 mil. Correto?

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Dos 25% que são aplicados na educação, 60% desse montante têm que ser na manutenção e no desenvolvimento do ensino. Em 2003 o Estado não atingiu esse limite, ele aplicou 49.71% no ensino fundamental. Já o do Fundef eram 60% na remuneração do magistério, e o Estado aplicou 60.73%.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Qual a base? Dos 60%, é 60% do quê?

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Os 60% que têm que ser aplicados para professores em sala de aula são dos 15% vinculados ao Fundef.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - E quais foram os 15%?

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Deixa-me ver se tenho essa informação aqui no relatório.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Porque o total aqui no relatório... Na página 25 do Diário Oficial do dia 2 de fevereiro tem: aplicação vinculada ao Fundef no ensino fundamental, 437 milhões 222 mil; com professor do ensino fundamental, 265 milhões 510 mil; (*ininteligível*), 161 milhões de reais. Então, se olhar esses 437 milhões, aplicou realmente 61. Mas só que a arrecadação do ensino fundamental do Fundef não foi 437, foi 504 milhões. Então aplicou a menos no ensino fundamental 67 milhões e, automaticamente, 60% menos em professor. Correto?

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Correto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - A gente discute os percentuais, mas, da mesma forma que receita e despesa têm várias conceituações, também aplicações percentuais têm várias conceituações, porque aqui diz que é uma coisa, mas se olharmos a arrecadação é outra. A arrecadação que deveria ser aplicada no ensino fundamental é 504, e foram aplicados 437, então deu sessenta e poucos milhões a menos.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - É, a exemplo de 2002, nós também aplicamos a menos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Mas em 2002 não teve essa discussão. Em 2002 teve a discussão de que dentro dos 40% nós pagamos os inativos do ensino fundamental, e o Tribunal de Contas não entendeu assim.

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Pois é, foi uma das discussões. Nós não usamos esses recursos para esse pagamento.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Na página 11 diz que foram aplicados em saúde 10.72 - despesas próprias realizadas -, e gostaria de saber, mas parece que não tem essa informação, o que é processado e o que é não-processado.

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Novamente teve o cuidado do Executivo. Houve uma decisão para fazer a anulação do que fosse possível de restos a pagar com vistas a cumprir o programa de ajuste fiscal do Estado...

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Não, não, não.

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Deixe-me só completar a informação, por gentileza, Deputado.

Na questão específica de saúde, os técnicos da Secretaria estiveram junto ao Tribunal de Contas e o Tribunal colocou que iria apurar esses dados com base na despesa efetivamente liquidada e que iria verificar o que teria sido anulado de restos a pagar.

Nesse sentido, o colega Valdor Ângelo Montanha, que é o Diretor de Auditoria, reuniu-se com a Saúde para fazer uma análise do que efetivamente poderia ser anulado sem prejuízo do cumprimento do mínimo constitucional. Então se teve esse cuidado, e o trabalho foi coordenado pelo Valdor junto com os técnicos da Secretaria da Saúde.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - O senhor me deu a resposta de uma segunda resposta que eu iria fazer. A primeira pergunta não é essa. A pergunta que eu fiz é a seguinte: na página 11 tem como aplicação em saúde 472 milhões 299 mil.

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Certo.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Eu gostaria de saber quanto desses 472 milhões foram colocados em restos a pagar em 2003 para processados e não-processados.

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Aqui eu não tenho essa informação, mas também pode ser obtida.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Eu volto, então, à página 8 do relatório, onde tem o discriminativo dos saldos em 31 de dezembro de 2002, o saldo em 31 de dezembro de 2003, e aí eu quero também até esclarecer se esses saldos aqui são os saldos acumulados que estão trazendo até 31 de dezembro e depois de 31 de dezembro de 2003, porque não são 69 (?) milhões reais tudo da atual administração, absolutamente.

Mas tem um quadrinho logo abaixo que diz o seguinte: pagos até 18/03/04 - 189 milhões 42 mil; anulados até 18/03/04 - 159 milhões 632 mil. Então, Wanderlei, a pergunta que eu quero fazer é se dentro desses pagos ou desses anulados tem do resto a pagar de 2003. Eu quero saber se até 18 de março de 2004, dentro dos 159 milhões, tem algum pagamento de restos a pagar de 2003.

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - De 2003? O grosso é 2003. Em 2003 a gente, por exemplo, pega uma ação...

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Não, não, perdão. De 2004.

Eu quero saber se esses pagos até 18 de março de 2004, 189 milhões, se nesse pago do dia 1º de janeiro de 2004 até 18 de março de 2004 tem algum pagamento dos restos a pagar de 2003.

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Só pode ser 2003 para trás, né? Até 31/12/2003 o que era não-processado foi anulado, com exceção de precatórios. O que ficou em 2003 de restos a pagar, que totalizariam 139.608, já processados em dezembro... E até março foi processado já um bocado de despesas, e aí foram pagos 189 milhões 42 mil.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Então eu posso dizer que 189 milhões são pagamentos de restos a pagar ocorridos em 1º de janeiro de 2003 até 18 de março de 2004.

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Correto?

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Correto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Então da resposta eu vou pegar o gancho: os anulados até 18 de março de 2004 também têm anulação de empenho de restos a pagar processados e não-processados de 2003.

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Não-processados, né?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Não-processados.

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - O que é processado normalmente não se anula mais, a não ser fruto de um trabalho que foi determinado pelo Secretário da Fazenda...

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Não tem (ininteligível).

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Tem. Tem três milhões e pouco de anulação. Até para disciplinar a questão da liquidação da despesa, foi constituído um grupo de trabalho, a mando do Secretário, que está percorrendo todos os órgãos e entidades para verificar se algumas despesas que estavam como processadas eventualmente não tinham sido processadas corretamente.

O senhor bem sabe que havia uma cultura passada de informar o processamento da despesa mesmo sem a documentação comprobatória para resguardar o crédito orçamentário. E, visando disciplinar, foi determinada essa auditoria, e mais de 3 milhões de reais de processados já foram anulados.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Dr. Wanderlei, dentro desses 159 milhões 632 mil anulados até 18 de março de 2004, o senhor poderia me dizer quanto foi de restos a pagar até 2002 e quanto foi em 2003?

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Não. Nessa data aqui, não. Mas o grosso aqui é de 2003. Como falei para o senhor, pode ter alguma coisinha ainda de 2002, mas antes do término de 2003 foi baixada uma norma pela Secretaria da Fazenda e, de ofício, foram cancelados todos os restos a pagar não-processados, com exceção dos precatórios vinculados ao Poder Judiciário. Então, de 2002 para trás não havia mais nada de não-processados. O que foi anulado aqui é basicamente 2003.

Só para o senhor ter a informação, no exercício de 2003 de restos a pagar de 2002 para trás foram anulados 119 milhões 706 mil.

Isso consta nos relatórios de gestão fiscal.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Vamos voltar...

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Não nesse.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Dr. Wanderlei, nesse quadro, página 8, há o seguinte saldo em 31 de dezembro de 2002: processado, 180 milhões; não-processado, 255 milhões de reais.

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Certo.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Esses anulados até 18 de março de 2004 não estão nos anulados de 2002?

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Não. Em 2003 foram anulados 119 milhões 706 mil, ou seja, de janeiro a dezembro de 2003, relativos a restos a pagar até 2002, foram anulados 119 milhões 706 mil.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Que está dentro dos 159.

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Não. Dentro dos 159 são anulações de janeiro até 18 de março de restos a pagar, que estavam inscritos até 31/12/2003. A anulação de 2002 já tinha ocorrido durante o exercício de 2003, fruto inclusive de uma norma que o senhor mesmo ajudou a elaborar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois é, mas isso aqui não é a posição de dezembro de 2003?

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - De 31/12/03. Essa era a posição dos restos a pagar. Apenas para explicar o comportamento de janeiro até 18 de março foram colocados esses dois detalhes aqui abaixo. Ou seja, o que foi anulado ainda no exercício de 2003 não está aqui, que foram 119 milhões 706 mil.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois é, mas aí, Dr. Wanderlei... Esse aqui é um relatório relativo a 2003.

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Certo.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Se não está o que foi anulado, eu não...

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - A intenção é divulgar. Qual é o montante de restos a pagar ao término do exercício? Ao término do exercício de 2002, tínhamos 436 milhões 212, correto? Lá na primeira coluna acima, de 2002. Durante a execução do orçamento de 2003, novos restos a pagar foram gerados, também foram pagos outros restos a pagar de exercícios anteriores e cancelados outros de exercícios anteriores. Ou seja, ao término de 2003, de restos a pagar processados e não-processados de todos os exercícios anteriores, totalizaram 569, sendo que durante o exercício de 2003, por força de um decreto ainda editado no Governo anterior, que mandava anular os restos a pagar não-processados, foram cancelados, naquele exercício de 2003, relativos a restos de 2002 para trás, 119 milhões 706. Nesse exercício nós deixamos como restos a pagar 569 milhões 906 mil, e em 2004, desse montante que estava inscrito em 2003, foram anulados 159.632.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Então esse "anulados até 18 de março de 2004" se refere a restos a pagar de 31 de dezembro de 2003.

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Exatamente. Claro que podem ter valores pendentes de 2002, de 2001, de 2000 dentro desse valor anulado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - E o pago?

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - O pago é também restos a pagar do que estava inscrito em 31/12/2003, que pode ser oriundo de exercícios anteriores também, de 2002, de 2001.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Mas V.Exa. não sabe dizer quanto é que foi anulado até 18 de março de 2004 da saúde?

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - Neste momento, não. Não tenho essa informação, porque daí teria que ser um detalhamento órgão a órgão, mas é fácil de se obter também.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Mas V.Exa. concorda comigo que se se alega que aplicou 10 e alguma coisa... Vamos dizer, cumpriu-se o preceito constitucional pelo empenhamento e depois se anular...

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda) - O cálculo vai ser revisto pelo Tribunal de Contas. Mas o cuidado que se teve é para que não se anulem despesas de restos a pagar da área de saúde em montantes superiores ou que prejudiquem o cumprimento constitucional, para que o Estado não fique impedido de receber convênios da União.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Por enquanto eu agradeço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Paulo Kleinübing) - Obrigado, Deputado Antônio Carlos Vieira.

Mais algum dos Srs. Deputados quer fazer algum questionamento?

Não havendo mais questionamentos, passamos a palavra ao Sr. Gerson Berti para que faça a explanação com relação à dívida pública.

O SR. GERSON BERTI (Diretor da Dívida da Secretaria de Estado da Fazenda) - Bom-dia a todos. É uma satisfação estarmos aqui para que a gente possa dar continuidade à apresentação dos números de 2003, especialmente no que se refere à dívida. A dívida fundada interna e externa contratual é a dívida reconhecida por lei, contrato, convênios ou tratados. Esse saldo registrado em nossa contabilidade em 2003, que os senhores podem ver na linha amarela, de 9 bilhões 64 milhões 717 mil, representou uma evolução comparativa ao exercício anterior de 2002 de 3.84%. É uma evolução bastante tímida, bastante contida, uma vez que nós tivemos um cenário macroeconômico que nos favoreceu em 2003, além de termos feito todos os pagamentos pontualmente, como determinam os contratos com a União especificamente e com os organismos estrangeiros: BID, Bird, KFW, enfim.

Poderão ver que na dívida interna a evolução foi de 5.08, partindo de 8 bilhões 154 para 8 bilhões 569, e na dívida externa houve uma diminuição de 13.82%, indo de 574 milhões para 495 milhões. O aspecto relevante a ser apontado aqui é a queda da cotação do dólar, que no final do exercício de 2002 era 3 reais e 53 centavos e no final do exercício de 2003 era 2 reais e 91 centavos. Mas é bom frisar que nós honramos os pagamentos pontualmente.

Nessa questão de incorporações de pagamentos poderão ver os pagamentos de 2003 em números inferiores a 2002, mas friso a repercussão significativa que houve com os ativos da operação do Banco do Estado de Santa Catarina. O Estado catarinense contratou operações de crédito junto com a União para fazer frente a aumentos de capital no Besc e pagou dívida com CVS, que são títulos da avaliação salarial.

Um limite importante a se considerar é o limite legal de 16% da receita corrente líquida, que é um dos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em 1993 nosso saldo total...Perdão, estou fazendo confusão dos limites aqui. Nós tivemos uma receita corrente líquida de 5 bilhões 129 contra uma de 4.373. Nossas liberações dizem respeito, exclusivamente, a três contratos de Pnafe/Bird, que é o Programa de Microbacias, e BID, que é a Rodovia nº 4, e essas liberações atingiram apenas 112 milhões de reais, o que correspondeu a 2.18% da receita corrente líquida de um limite que poderíamos de contratação de até 16%, ou seja, ficamos bem abaixo das liberações que a lei limita.

Em 2002, de outra parte, tivemos uma liberação da ordem de 1 bilhão e 33 milhões, 23.64%, mas é necessário pontuar que 953 milhões dizem respeito, exclusivamente, à operação com o Besc, de sorte que, excluída essa operação, outras liberações foram da ordem de 1.85%.

O grande limitador é o saldo total, e esse é de duas vezes a receita corrente líquida. Tivemos um saldo final onde é diminuída a disponibilidade financeira da ordem de 9 bilhões e 64 milhões, e isso representa 176% da receita corrente líquida, ou seja, abaixo do limite temos a disponibilidade de contratar de 1 bilhão 194 milhões, que dá 23.28%. Comparativamente ao exercício anterior, fechamos o exercício com 195,22%, ou seja, estavam muito próximos ao limite, que é de 200%, como os senhores podem ver.

O saldo, então, era de 8.537 e o limite era de 8.747, e nesse particular é necessário frisarmos que houve uma recuperação significativa da capacidade de endividamento do Estado.

Um outro item que a Lei de Responsabilidade Fiscal coloca como limitador é o da capacidade de pagamento, e esse limite é de 11.5% da receita corrente líquida.

No exercício de 2003 pagamos além do limite da nossa capacidade de pagamento. Pagamos 13.10%, avançamos em 1.6 do limite de 11.5. É necessário frisar que tivemos de restos a pagar relativos à dívida de 2002 para 2003 algo em torno de 39 milhões e 500 milhões. Enfim, isso não significava nenhuma penalidade, mas significa que o Estado, ao fazer novas contratações, deverá voltar a estar dentro do limite de capacidade de pagamento, e cremos que, com a evolução da receita corrente líquida, isso se dará nesse exercício de 2004.

Então, nós podemos comparar que com relação à 2002 (e, volto a frisar, com recursos do Tesouro) o Estado pagou 671 milhões contra 431 milhões em 2002. Em 2002 isso significou 9.86% da capacidade de pagamento, pois aí está diminuído o valor pago com os títulos de CVS do Besc, que foram da ordem de 194 milhões de reais.

Por derradeiro, um outro ponto que é a Lei de Responsabilidade Fiscal enfatiza é o limite das garantias concedidas, e nesse, quer seja no ano 2002, quer seja no ano 2003, estamos bastante abaixo. Temos um limite de 2.2% da receita corrente líquida; em 2002 estávamos com 240 milhões 805 mil reais de garantias concedidas, que dava 5.51%, e em 2003 esse limite ficou mais folgado, e nós estamos com um comprometimento de 3.83%. Essas garantias aqui são predominantemente feitas à Casan.

Em 2004 nós teremos certamente um aumento, em razão da autorização feita aqui pela Assembléia Legislativa, no período extraordinário, para que a Casan obtenha uma linha de crédito junto à Caixa Econômica Federal da ordem de 200 milhões.

Era isso o que a gente tinha para dizer concernente à dívida pública do Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Paulo Kleinübing) - Obrigado, Sr. Gerson Berti, Diretor da Dívida Pública do Estado.

Eu passo agora a palavra aos Srs. Parlamentares. Inscreto o Deputado Antônio Carlos Vieira, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Eu só queria recuperar informações, conceitos, discursos com relação à dívida.

Nós chegamos sempre à conclusão de que por mais que se pague, com recurso próprio ou não, à União ou a seus credores, sempre é menos do que a dívida cresce. O percentual que se paga hoje, por mais que se pague, sempre vai ser menor do que cresce na dívida.

O quadro apresentado às folhas 12 é bem elucidativo, mas ele não me dá a informação de que... Ao saldo anterior de 8.729, foram incorporados 576 milhões e foram pagos 241, porque os juros são excludentes, ficando um saldo de 9.064. Desses 576 de incorporação, entraram quanto?

O SR. GERSON P. BERTI (Diretor da Dívida da Secretaria de Estado da Fazenda) - 112.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - 112 milhões. Então note o senhor o seguinte: 450 milhões foram de incremento da dívida sem que o Estado pegasse um centavo a mais, e o Estado pagou só 241.

O SR. GERSON P. BERTI (Diretor da Dívida da Secretaria de Estado da Fazenda) - 241 do principal.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Ele pagou seiscentos e poucos milhões, mas da incorporação não estão também os juros. Estou falando só do incremento da dívida.

O SR. GERSON P. BERTI (Diretor da Dívida da Secretaria de Estado da Fazenda) - Na incorporação estão os juros e encargos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Os juros que não foram pagos. Porque os juros que foram pagos da operação estão nos outros 400 milhões que foram quitados.

O SR. GERSON P. BERTI (Diretor da Dívida da Secretaria de Estado da Fazenda) - Não, mas nós só tivemos de novas liberações 112 milhões.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Certamente. Então, quatrocentos e poucos milhões de reais foram o incremento da dívida pelos juros, quer dizer, não foi absolutamente nada em outra operação, é isso que estou colocando. E o valor pago dessa dívida é inferior ao valor que cresceu. Então alguma coisa está errada, porque quando se fala que nós pagamos x por cento, 13% da nossa receita real, é uma verdade, só que o pagamento de 13% da receita líquida real é menor do que aplicação do juro e da correção monetária em cima da dívida. Portanto nós estamos sempre pagando a menos do que cresce na conta.

O SR. GERSON P. BERTI (Diretor da Dívida da Secretaria de Estado da Fazenda) - A prestação efetiva seria muito maior.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - A prestação efetiva seria algo perto de vinte e pouco por cento. Por quê? Porque se a dívida é de 8 bilhões e 700 e a receita é de 5 bilhões de reais, se eu calcular 13% sob 8 bilhões é uma coisa e 13% sob 5 bilhões é outra. Então, estou pagando realmente seis ponto alguma coisa sobre o valor total da dívida pública.

Já disse outro dia ao Deputado Benedet que nós temos que tentar levantar toda essa dívida para ver se junto aos credores há condição de fazer um abatimento desses incrementos da dívida, porque o que mata não é a incorporação por realização de operação, o que mata é a incorporação da dívida sem tomada de novo dinheiro. Porque a dívida só vai aumentando! Aumentou 300 milhões de reais de um ano para o outro, e o Estado pegou 100 milhões.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - É uma situação que vai se agravando de ano para ano e vem atingindo todos os Estados brasileiros.

No último Confaz, que foi realizado em Joinville em dezembro do ano passado, o Governador Luiz Henrique se manifestou a favor de um pacto federativo, e em janeiro deste ano, numa reunião com os Secretários do Sul, o Secretário da Fazenda de São Paulo lembrou essa proposta feita e sugeriu que avançássemos nisso aí, porque a única forma de resolvermos a situação dos Estados... O Rio Grande do Sul já está numa situação muito difícil, e os outros Estados vão seguir nessa direção também, porque a nossa capacidade de endividamento está tomada, estamos pagando os 13% e, além dos 13%, temos pagado mais 3%...

O SR. GERSON P. BERTI (Diretor da Dívida da Secretaria de Estado da Fazenda) - Da dívida externa posterior a 91.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - Quer dizer, por mais que se pague, o nosso saldo devedor só tende a aumentar.

Além disso, há outras discussões aqui, que o Deputado Vieirão tem conhecimento, que são algumas incorporações de juros que foram feitos. Tem juros menores, aqueles pactuados pela Lei 9.496, que nós temos que discutir, mas, obviamente, parece-me que a discussão não pode ser nos Tribunais, temos que sentar principalmente com o Governo Federal e encontrar uma forma para fazer com que os Estados retornem a uma condição de investimentos maiores novamente.

O SR. GERSON BERTI (Diretor da Dívida da Secretaria de Estado da Fazenda) - Só para pontuar, no ano que passou pagamos em média 16.34% da receita líquida real, porque esse limite diz respeito à Lei 9.496, o senhor sabe, e há uma série de dívidas externas posterior a setembro de 91 e aquela com o BNDES, que significou na cessão da Celesc para o BNDES, que estão extralimite. Então, efetivamente a nossa capacidade de pagamento de dívida está bastante comprometida.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Eu concordo, realmente acho que é uma disparidade muito grande para os Estados. É uma perda muito grande de endividamento do Estado, que tem que produzir muito resultado na arrecadação para poder fazer frente a esses pagamentos, porque isso está esvaziando o poder de aplicação do próprio Estado. O Estado vai ficando cada vez mais pobre no momento em que ele está sendo exaurido.

Secretário, eu acho que um dos problemas graves que temos é que sempre que ocorre uma mudança de Governo, o que assume joga no outro. É um tal de fazer acusações, só que de vez em quando se chega à conclusão de que todos têm o mesmo pecadilho.

Vejam o que coloquei há pouco sobre o problema de restos a pagar no lado da compra do Besc. O que vai acontecer? É aumento de dívida, porque este ano vão ter que pagar o Besc, as prestações, sem dotação orçamentária. Vão ter de fazer suplementação orçamentária de uma coisa que não existe. Eu estive procurando no orçamento e não tem para aquele fim específico, porque tinha 2003, a forma como foram aproveitados os recursos da federação do Besc. Agora ficou sem o guarda-chuva, Secretário, para fazer os empenhamentos daqueles recursos que vão ser obrigatórios pagar o Besc por conta do arrecadado em 2004.

Então complica, e esse valor não está, obviamente, agora na dívida do Estado. Não está. É uma dívida líquida e certa, não se discute, mas não está. Vão fazer por caixa? Eu acho que sim. É o que sempre digo: há muita despesa que o Estado tem que tem que ser feita por caixa. Se o Estado tiver que pagar, paga. Tem um parcelamento, ele paga por caixa, e não por competência.

O SR. GERSON BERTI (Diretor da Dívida da Secretaria de Estado da Fazenda) - Mas em restos a pagar nós teríamos que estar carregando ele por 12 anos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sim, mas não fizeram!

O SR. GERSON BERTI (Diretor da Dívida da Secretaria de Estado da Fazenda) - Não, mas a idéia básica...

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Quando eu faço uma dívida com a União... Qual é o valor da dívida da União? Trinta e poucos anos? Ele não está ali carregando essa dívida por 30 anos, meu Deus!

Agora, chegamos à conclusão que a dívida, por mais que se faça para pagar, para liquidar, para reduzir, sempre vai aumentar.

E eu só quero fazer um registro: quando a administração passada fez aquela operação de crédito com a federação do Besc e entraram 953 milhões 215 mil em 2002, ao mesmo tempo já houve um pagamento de 194.021. Então, desses 900 e poucos milhões de reais serviu para o Estado comprar CVS do Banco do Estado e da Bescr. Com esse papel, ele entregou para a União para abater a dívida. Então as dívidas que são contraídas, ao mesmo tempo são quitadas.

O SR. GERSON BERTI (Diretor da Dívida da Secretaria de Estado da Fazenda) - Na questão CVS é um efeito nulo financeiro no caixa do Estado. Só que a efeito de registros contábeis é que fazem essa (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Mas, veja, o que eu quis colocar é o seguinte: na mesma hora que foi feita uma operação de... Entrou dinheiro, 953 milhões 215 no ano de 2002 (página 13), os 194.021, valor do CVS do pagamento da dívida, são decorrentes daquela operação.

O SR. GERSON BERTI (Diretor da Dívida da Secretaria de Estado da Fazenda) - Sim, concordo com o senhor. Mas a Lei de Responsabilidade Fiscal, que não olha isso, olha apenas o registro contábil, entendeu que nós tínhamos ultrapassado o limite de contratação naquele exercício. Nós tivemos inclusive que fazer uma defesa...

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Mas aí é equivocado. Tanto é verdade que ganhou, porque a própria (*ininteligível*) autorizou a operação. E tanto é verdade que não cresceu a dívida.

O SR. GERSON BERTI (Diretor da Dívida da Secretaria de Estado da Fazenda) - Claro, aí excepcionou das questões do limite.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Paulo Kleinübing) - Obrigado, Deputado Antônio Carlos Vieira.

Com a palavra o Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Eu só quero entender melhor. Quanto à dívida, a evolução dos encargos contratuais ultrapassa sempre o valor do pagamento mensal; a prestação é 10, mas somando tudo vai dar 12.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Isso é uma bola de neve que não tem fim.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - É uma bola de neve. Deputado, é como aqueles contratos celebrados aí na carteira hipotecária até alguns anos atrás: quanto mais se pagava, mais se ficava devendo. É a nossa situação.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Porque a prestação não cobria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Paulo Kleinübing) - Os juros de amortização.

E eu quero até fazer um depoimento aqui, Deputado Reno. Acho que é necessário buscarmos o entendimento até para rever alguns desses contratos, porque eu já estive na situação inversa. Eu já fui credor dessas dívidas do Estado como presidente da Eletrosul, e a Eletrosul tem no seu registro, em função da CT3E e da Enersul, uma dívida que na época, em 96, ou 94, foi inscrita em função de créditos que a Eletrosul tinha com essas duas empresas. De lá para cá, esse montante só vem aumentando, porque de todo esse bolo que a União recebe ela paga um percentual para a Eletrosul, e o que a Eletrosul recebe é muito inferior. Ela tem que registrar na sua contabilidade como receita o valor total, recebe uma parte muito pequena e paga de impostos sobre essa receita financeira mais do que recebe da União.

Então, eu estive na Receita Federal argumentando que a Receita Federal vai quebrar a empresa, porque vai chegar num ponto em que a empresa tem que ficar pagando imposto sobre uma receita que efetivamente não recebe. E eu ainda disse que é vantajoso para a empresa abrir mão da dívida, porque você acaba...

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Vai comendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Paulo Kleinübing) - Vai comendo, porque você está criando uma dívida que é impagável e que gera prejuízo de caixa para a empresa, porque o que ela recebe é inferior ao que ela tem que pagar em impostos sobre aquela...

O SR. GERSON BERTI (Diretor da Dívida da Secretaria de Estado da Fazenda) - Ela tem que registrar as receitas pelo princípio de competência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Paulo Kleinübing) - Pelo princípio de competência. E como não recebe o suficiente para pagar os impostos que incidem sobre essa receita financeira, ela acaba tendo que desembolsar caixa para pagar uma dívida que não recebeu e que não vai receber nunca. Porque isso tem um prazo de 20 anos, se não me engano, e depois vai ser feito o quê? Vai ser renegociado ou a União vai pagar esse valor integral?

Então, assim como a Eletrosul está nessa situação, outros credores também estão. Na época até não foi possível sensibilizar a Receita Federal para mudar, nesse caso específico, a forma de cobrar os impostos da Eletrosul, que acabavam obrigando a empresa a ter que despendar mais com impostos do que aquilo que ela efetivamente estava recebendo.

Então é uma dor de cabeça, é uma bola de neve e também é uma bomba-relógio que está lá no balanço dessas empresas e desses credores. Por isso é necessário buscarmos rever esses contratos, pois eles são caros, é IGP-M mais 12% ao ano. É muito caro.

O SR. GERSON BERTI (Diretor da Dívida da Secretaria de Estado da Fazenda) - O nosso contrato principal é IGP-DI mais 6% ao ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Paulo Kleinübing) - O contrato da Eletrosul era IGP-M mais 12% ao ano, quer dizer, o coitado do Estado que contraiu essa dívida, esse valor, não vai pagar nunca, porque isso num ano... Quando eu estava lá o IGP-M deu 30% mais 12, quer dizer, era 42% aproximadamente. É impossível pagar essa conta. É absolutamente impossível pagar essa conta!

Então acho que o Secretário aqui tem razão quando diz que o momento requer que sejam revistos esses contratos. Eu até acho, do ponto de vista dos credores, que é melhor termos uma situação na qual seja possível realmente esperarmos um pagamento do que ficarmos crescendo dívidas que se sabe não serão recebidas nem hoje nem no futuro. E esse é um dos nós que nos próximos anos temos a desatar não no Estado, mas no País.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - Deputado, eu gostaria de acrescentar que não é só essa questão dos contratos que nós temos e que nos obrigam a pagar esses 13% mais os outros 3% a que o Dr. Gerson se referiu, há as vinculações constitucionais. Então, 25% da educação para o nosso Estado, talvez não haja necessidade de aplicar num ano exatamente aqueles 25%, além, naturalmente, de analisarmos - e o Deputado Antônio Carlos Vieira sabe muito bem disso - as dívidas, as despesas feitas dentro da rubrica da educação, que são elevadíssimas.

Nós só temos dois modos de melhorar o desempenho do Estado, um é aumentar a arrecadação. Dá para aumentar? Dá para aumentar, sim, mas é um processo lento. O outro é diminuir a nossa despesa, uma delas é essa da dívida, a outra é a questão das vinculações.

Em 2002 o Governo do Estado cumpriu 8.31% da saúde, pelos dados apresentados aqui. Em 2003, a muito custo, a custo inclusive de uma situação financeira que reflete agora em 2004, nós tivemos uma dificuldade grande para cumprir os 10.75%, se não me engano, que, com a anulação de alguma coisa aí, vai diminuir para 10.35%, acima do limite ainda. Mas agora em 2004 vamos ser obrigados a aplicar 12%, quer dizer, a situação vai ficar pior ainda.

Então acho que há necessidade realmente de um pacto entre os Secretários, os Governadores, para que a gente chegue a um número que feche as contas. Os senhores sabem que Santa Catarina é um Estado altamente exportador, o que representa para nós mais um tiro no pé, porque quanto mais exportamos, mais cai a nossa arrecadação de ICMS e mais somos abrigados a fazer as transferências de créditos aos exportadores.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - É que gera emprego, gera movimentação.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - Exatamente. Então é uma situação que exige que sentemos à mesa de negociação com a União, com o Ministério da Fazenda, que têm condições, sim, de nos ajudar nesse processo.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Porque os credores são comuns em todos os Estados brasileiros. Os credores são os mesmos.

O SR. GERSON BERTI (Diretor da Dívida da Secretaria de Estado da Fazenda) - Sim, são sempre os mesmos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - É BID, é BNDES, é Governo Federal...

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - Inclusive, Deputado, no ano passado o Governador Luiz Henrique levou ao Presidente Lula uma proposta quanto a essa questão da dívida e sugeriu que a Santa Catarina fosse permitido aplicar, se não me engano, 30% do montante que nós mensalmente pagamos da dívida na saúde e no social e permitindo-nos que isso fosse descontado da dívida. Isso foi para estudos no Ministério da Fazenda, e até hoje não obtivemos a resposta, mas é um caminho.

O SR. GERSON BERTI (Diretor da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda) - É importante mencionar, Secretário, que os 13%, para efeitos da prestação, consideram a arrecadação incluindo os valores destinados para a educação e saúde, ou seja, é uma base 100 que não existe. Se você tem 10% para destinar à saúde, você passa a ter só 90%, mas para efeito de pagamento da dívida conta como se fosse 100.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Não, mas aí vai me perdoar, a receita líquida real tem uma conceituação menor do que a receita corrente líquida.

O SR. GERSON BERTI (Diretor da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda) - Claro, sim, mas de qualquer modo influencia...

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Mas se o senhor for pela receita corrente líquida dá mais. Então, ainda bem que a receita líquida... Ele exclui inclusive o Fundef!

O SR. GERSON BERTI (Diretor da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda) - Sim, isso sim, mas de qualquer forma...

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - E isso foi uma conquista nossa, porque até 98 eles exigiam inclusive sobre o Fundef. Nós pagamos 99 e 2000 inclusive sobre o Fundef, só que a partir de 2000 nós conseguimos que o Governo Federal revisse a sua receita líquida real e excluísse do cálculo a conceituação Fundef, porque realmente é taxar um percentual em cima de alguma coisa que não pode tirar!

O SR. GERSON BERTI (Diretor da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda) - Mas não exclui saúde.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Não, da saúde, não, como também não tira do repasse dos Poderes...

O SR. GERSON BERTI (Diretor da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda) - Da educação.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Não, do repasse dos Poderes. Eu faço o repasse dos Poderes, mas sobre aquele valor que eu repassei tenho que pagar 13% para a União. Então é...

O SR. GERSON BERTI (Diretor da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda) - Então a receita líquida real teria que ter outras exclusões para que o pagamento de 13% fosse efetivamente sobre o disponível em caixa. É esse o ponto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Eu queria também ponderar ao Secretário sobre o que ele falou a respeito de exportação, pois realmente esse era meu drama também.

Quando o Governo se ufanava ou as indústrias se ufanavam do aumento da exportação, eu ficava com o setor de finanças muito preocupado, porque sempre que aumenta a exportação, aumenta a geração de crédito para as empresas importadoras, que além de não pagarem o imposto pela saída de exportação ficam com um saldo credor dos seus créditos.

Mas eu gostaria de reforçar que isso decorre da Lei Kandir, dos idos de 96, inclusive naquela época era um pouco pior, Secretário, porque se criou um seguro. O que era esse seguro? Esse seguro era proporcional ao incremento da receita. Havia Estados da Federação que não tinham interesse em aumentar a receita, porque se aumentassem a receita perdiam no seguro, e o seguro representava mais do que a sua receita própria.

Vou citar como exemplo o Pará. O Pará dava incentivo fiscal às empresas para não entrar ICMS, para não gerar ICMS, porque se gerasse ICMS ele perdia o seguro da exportação. Em 2001 nós conseguimos reformular isso: acabamos com o seguro e criamos dotação orçamentária específica, que não estava vinculada ao incremento ou não de receita, porque era um valor fixado, Secretário. O valor não podia aumentar, mas podia diminuir se a receita do Estado aumentasse.

Então, no nosso caso, se permanecesse até hoje com o seguro, não estaríamos mais recebendo nenhum valor da exportação, porque já teria caducado...

O SR. GERSON BERTI (Diretor da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda) - Estaria pior ainda do que está, né?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Já estaria pior, e nós demos um basta! Tanto é verdade que se olharmos os valores do ano 2000, vamos verificar que em 2001 deu uma baixada, mas não tanto quanto nós iríamos baixar se continuássemos no exemplo do seguro!

E infelizmente, Secretário, sempre que se consegue alguma coisa temos que olhar bem, porque enquanto a União dá com uma mão ela tira com a outra! Ela vai buscar com a outra! Então muitas vezes o pessoal pensa que vai ganhar uma grande coisa, mas tem que ver aquelas cláusulas pequeninas para ver se não tem alguma coisa que vá prejudicar o Estado mais tarde. É esse exemplo hoje.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (Deputado João Paulo Kleinübing) - Deputado Reno Caramori com a palavra.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Secretário, vou divagar um pouquinho, mas é uma coisa que eu faço questão de esclarecer.

A minha região tem um grande número de empresas que são exportadoras e têm uma quantidade muito grande de créditos de ICMS. E todas as vezes em que vou para a região eles reclamam que têm problemas nos acordos finais. Qual é a solução disso, Secretário? Qual é o critério? Como é que pode ser feito?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - Deputado, nós estamos adotando alguns critérios na Secretaria que não são ainda os perfeitos, mas estamos adotando um critério que é o do prazo, de quanto tempo a pessoa já está para receber aqueles créditos; um outro critério é o da região, que começamos a adotar agora, neste mês. Por exemplo: se a sua região tiver do bolo total de exportações 15%, então vai receber 15% do total dos créditos que forem concedidos.

Estamos desde junho, julho do ano passado tentando aperfeiçoar isso para que o Poder Executivo, para que o Secretário da Fazenda, o Diretor do Diat, tenha o mínimo possível de interferência nesse processo; que seja uma coisa transparente... Não conseguimos chegar lá ainda. Infelizmente - e provavelmente a gestão do então Secretário Antônio Carlos Vieira deveria ser mais ou menos parecida com a nossa - o Secretário e o diretor têm, antes das transferências, que sentar e analisar aquilo ali.

Nós estamos tentando evoluir nisso, mês a mês, inclusive fazendo uma parceria com algumas empresas que estão nos cedendo tecnologia para que consigamos fazer isso aí tudo via informática, via *on-line*, inclusive. Assim como também estamos propondo - foi para o Governador, não sei se já foi assinado - um decreto alterando a nossa legislação e permitindo...

Eu me reuni recentemente com todos os gerentes regionais e uma das questões levantadas foi a demora na análise do processo pela gerência regional. Falei a eles que deveríamos acelerar, que deveria haver uma tentativa dos fiscais, que cuidam dessa transferência, em acelerar esse processo para que fosse mais rápido. E respondeu-me um dos gerentes regionais que só na região dele - não me lembro agora qual era a região - havia muitos processos, cerca de 100 processos mensais, e que levava muito tempo. Eu argumentei que se alguns levavam muito tempo, outros poderiam levar muito menos. Aí ele ou outro gerente me disse o seguinte: "É, mas há uma preocupação muito grande dos fiscais que cuidam disso aí, porque houve uma CPI da Transferência de Créditos e todos têm muito receio de que de repente se estiver autorizando alguma coisa ali, pode ser enquadrado também nessa condição de réu num processo criminal".

Bom, naquela reunião fiz uma proposta, que foi aceita por todos, para que passássemos a proceder da seguinte forma - e essa é a alteração que estamos fazendo no decreto, além de estarmos tentando colocar isso *on line*: a empresa interessada, no momento em que apresenta o pedido de compensação de crédito, de transferência de crédito, apresenta junto uma declaração assinada pelo contador da empresa e pelo dirigente, pelo responsável da empresa, o diretor, o sócio-gerente, dizendo que eles atestam que aqueles valores são corretos, são legítimos e que todos os documentos ali são autênticos.

Com isso vamos facilitar o trabalho do fiscal, que poderá dar o visto embaixo, à vista dessa declaração. E quem poderá ser imediatamente responsabilizado criminalmente são as duas pessoas que assinaram essa declaração.

Nós temos um convênio com o CRC que tem funcionado muito bem, e acho que esse é um dos caminhos. Mas paralelamente a isso, eu já posso adiantar também aqui aos Srs. Deputados, estamos desde o ano passado trabalhando uma nova legislação para permitir o aproveitamento desses créditos.

Eu tenho dito aos empresários que a responsabilidade direta não é nossa, do Estado ou da Secretaria da Fazenda, uma vez que a competência para ressarcir isso aí é da União. A União é que está dando crédito, então a União é que tem que ressarcir. A União iria este ano nos repassar coisa de 2 bilhões, e parece-me que vai começar agora a fazer alguma transferência, que ainda vai ser insuficiente.

Então estamos nos reunindo com os empresários; temos amanhã provavelmente uma rodada final de negociação com a Fiesc, e a partir dessa reunião eu imagino que semana que vem já estejamos apresentando uma minuta de decreto ao Governador que possibilitará, desde que o Governo aprove, um maior... Nós vamos ter dois sistemas de transferência de crédito: um que é o normal, que vai ficar limitado praticamente ao que a União nos transfere - dá cerca de 7 milhões ao mês; e outro, através do qual queremos dar um incremento aos exportadores, que é pela importação do ICMS decorrente da importação, seja dos atuais exportadores - a importação não só de bens do ativo, mas também de peças e de outros bens -, e também para tentar trazer importadores de outros Estados, fazendo com que uma parte desse incremento da arrecadação no ICMS decorrente da importação seja dirigido aos exportadores.

Uma outra que estamos tentando fazer também - isso será objeto de um projeto de lei a ser enviado para cá - é a compensação dos créditos com a dívida ativa ajuizada, que é uma coisa que não vai afetar diretamente o Tesouro, porque o retorno desses valores ajuizados é muito lento, então nós não vamos compensar isso com o do mês. Mas poderá haver, e essa é a idéia, uma livre negociação entre o importador... Já há um processo desse tramitando no Paraná desde agosto do ano passado e os resultados não foram muito bons, foram satisfatórios, e nós vamos tentar melhorar o nosso projeto para que o exportador possa se ressarcir.

Então no momento que alguém vai pagar um imposto de dois, três, quatro anos atrás, poderá negociar com o exportador; terá mais uma moeda para diminuir o seu déficit.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Secretário, eu daria uma sugestão, até para consolar os nossos empresários, mesmo que não dê para realizar no ato: fazer através das Associações Comerciais de cada município - que têm pessoal treinado nas delegacias - uma explanação aos empresários, até porque as Associações Comerciais no Estado de Santa Catarina hoje são uma das mais atuantes e têm pessoal treinado para depois repassar aos seus associados.

Seria importante esse diálogo com a Fazenda, com as Associações, até para chegar a um acordo, porque a reclamação é muito grande. Nós entendemos a situação, mas não temos o poder de barganha nem o poder de explicar, de convencer o nosso empresário quando ele tem um valor bastante expressivo de crédito.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - Deputado, só para lembrar, no ano que passou - acho que 2002 foi alguma coisa parecida também - usamos cerca de 50% da permissão de transferência de crédito com recurso do Tesouro. Então se Santa Catarina já está numa situação financeira difícil, no ano passado nós liberamos do Tesouro cerca de 80 milhões mais ou menos, 7 milhões/mês, aproximadamente; em 2002 foi mais ou menos um número parecido. Então é uma situação realmente asfíxiante. Mas nós vamos mudar isso aí!

Acho válido esse diálogo que V.Exa. está propondo, e a Secretaria da Fazenda está à disposição, mas independentemente de que for decidido com a Fiesc, que tem me dito está dialogando com os empresários e trazendo uma proposta deles, acho que é importante que cada Associação traga uma proposta também. Eu tenho conversado muito com os empresários e há empresas lá em Joinville que têm 100 milhões acumulados de crédito - Embrap, Còsul, Multibrás. Então são empresas que têm condições de nos trazer uma proposta alternativa. Muitos deles têm consultado e jogado o problema exclusivamente para a Secretaria da Fazenda, e eu tenho dito a eles: "Olha, tragam-me uma proposta de solução", que existe, existem alternativas. Eu acho que dá para avançarmos nisso.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Obrigado, Secretário.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (Deputado João Paulo Kleinübing) - Com a palavra o Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Com a experiência que tenho nessa área de 40 meses, eu gostaria de colocar o seguinte: primeiro, sempre vai haver a necessidade de um contingenciamento ou aproveitamento de crédito, porque o crédito cresce mais do que a capacidade do próprio Estado de absorvê-lo.

A forma de aproveitar para o pagamento de dívida ativa criando uma moeda podre, eu quero dizer que isso vai causar problema para o Estado, porque todas as participações constitucionais são decorrentes dela. Quer dizer, o Estado vai perder, vamos dizer, os seus 40, 50% que sobram, mas vai ter de repassar dinheiro vivo para os Poderes, para a educação, para o Fundef.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - É uma equação difícil.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - É uma equação muito... Para os municípios, ele vai ter que tirar dinheiro vivo do Estado para passar para os municípios. É complicado!

Agora, o pior deles, Secretário, é que enquanto não mudar a legislação, não há solução! O problema maior do crédito fiscal decorrente da exportação é que somente o ato da exportação é que é imune, que não tem tributação, mas as operações anteriores que levam aquele produto para a exportação são tributadas.

Então eu faço um desafio ao Secretário no sentido de que verifique as duas principais empresas com crédito acumulado para saber de onde são oriundos esses créditos.

Eu coloco aqui a minha posição de que de dois, três ou quatro maiores exportadores, os créditos não foram originados em Santa Catarina...

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - Com certeza! Fora daqui!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - São originários de outros Estados. Isto é, eles compram matéria-prima, material primário, secundário, em outro Estado da Federação com crédito, com pagamento lá, e vão aproveitar aqui, porque aqui é que exportaram.

Essa empresa que o senhor citou, inclusive não vou repetir o nome até para evitar qualquer coisa, o crédito dela é pago quase todo em São Paulo, porque São Paulo é que a abastece de matérias-primas.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - Nós temos aqui...

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - A segunda que o senhor não citou e que fica um pouco mais no Vale do Itajaí, compra tudo em Goiás, no Mato Grosso. O imposto é pago lá, e eles querem aproveitar o crédito aqui!

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - É uma empresa que era um grande contribuinte nosso e deixou de ser.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Quanto eles pagam de imposto hoje?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - Nada! Zero!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Mas é o maior credor em termos de crédito fiscal. Então isso é muito complicado!

Enquanto não mudar a legislação dizendo que aquele produto que é produzido no Mato Grosso e que vai para Santa Catarina, mas que tem o seu destino a exportação, não tem tributação; que o de Santa Catarina que vai ser encaminhado para o Paraná com destino à exportação não tem tributação... Não pode ter tributação! Acabou!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - O nosso rombo é bem menor nesse caso.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Nesse caso é bem menor.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - Essa é uma proposta muito interessante, Deputado. Não sei se isso já foi levado...

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Esses Estados que são produtores não se interessam, porque não exportam.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - Porque o argumento é o mesmo que a União usa conosco, Santa Catarina e os Estados do Sul.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sim, sim!

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - Quer dizer, elas não estão recolhendo imposto, mas estão garantindo emprego, cinco, dez mil empregos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Exatamente.

Então o problema todo é que essas empresas geram um crédito fiscal, pagam em outro Estado, e querem aproveitar aqui, que legalmente é possível, porque nesse caso específico a legislação do crédito fiscal é federal, é igual para todo o País, mas a geração do crédito vai beneficiar só o Estado que produziu. E obviamente que Goiás e Mato Grosso não vão ceder esse crédito porque não exportam produtos, então eles teriam que ter um outro tipo de compensação.

E aí me perdoe dizer: por que o Estado não abdica do recebimento do crédito fiscal da União, desde que repasse para os Estados que não são exportadores? Hoje o Estado está recebendo algo perto de 7 milhões de reais/mês pela exportação, correto? Mas o valor que acumula mensalmente é algo perto de 12, 13 milhões de reais.

Então, todo mês, mesmo que ele receba sete, ele tem mais 5, 6 milhões que está repassando para o exportador, de um dinheiro que ele não recebeu. Não seria mais negócio ele não receber os sete e não vir os doze de débito do Estado?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Então, em vez de passar para Santa Catarina passa para o Mato Grosso, mas Mato Grosso não manda mais crédito para cá! Seria uma idéia...

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - É uma idéia para ser aperfeiçoada.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Só que aí (*ininteligível*) do Confaz, há os Estados pequenos, porque aí nesse caso Santa Catarina é um dos grandes Estados em termos de receita, em termos de exportação, então eles não admitem conversar, porque eles não acreditam na União, infelizmente. A União sempre promete que vai fazer, mas são faz ou demora para fazer. O senhor está vivendo essa situação hoje!

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - Sem dúvida!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Eles prometeram aumentar o valor do repasse e não repassaram.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Isso tem que ser através de lei?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Isso aí tem que mudar, talvez uma lei complementar federal, mas é muito complicado.

Na minha época, Secretário, os saldos credores correspondiam quase a uma receita mensal. O Estado arrecadava, vamos dizer, 300 milhões de reais/mês e o valor do saldo credor decorrente da exportação correspondia a 290, 298 milhões. Se o Estado der uma escorregadela, ele perde a receita do mês.

Na nossa época, quando assumimos, inclusive havia permissão, Secretário, de vender crédito fiscal, o que me preocupa muito. Quer dizer, uma empresa que tinha um saldo credor vendia esse crédito a uma empresa, porque a legislação hoje permite transferência do crédito através da compra de matéria-prima, de uma máquina, permite pagar uma parte, 40%, com o saldo credor. Mas na legislação até 98 - e eu só fui me aperceber em 99, quando houve um rombo na receita - havia uma empresa que vendia para uma outra empresa, uma multinacional vendendo para outra multinacional o crédito fiscal, que era aproveitado de imediato havendo um deságio. A empresa que vendia dava um deságio de 5%, só que vendia por 95% e os 100% eram aproveitados pela mesma empresa que comprava. Então era um alto negócio e nas costas do Estado.

Na época, Secretário, eu peguei um documento meio... foi quando acabamos com isso, quer dizer, proibimos a venda do crédito fiscal por considerarmos que não era uma moeda para ser negociada.

Então a minha preocupação é com relação ao pagamento da dívida, pois que deve haver muito cuidado.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (Deputado João Paulo Kleinübing) - Que se recrie novamente uma moeda para ser negociada.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Você vai ter uma moeda podre, aí vai ser negociada. Quem vai pagar 90, 80, 70% pelo crédito? Vai haver essa negociação. E segundo é que o Estado, no final, vai ter que tirar dinheiro do caixa de um dinheiro que não recebeu. Recebeu um crédito, que é contábil, e vai ter de pagar dinheiro...

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - Não recebe e paga.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois é, mas vai contabilizar a redução do crédito e vai ter de pagar quase 50%.

Uma das coisas que eu vivo perguntando, Secretário, e quando eu era Secretário já perguntava e aqui, como Deputado, já perguntei, inclusive perguntei para o Tribunal de Contas do Estado, é sobre os 100% da receita do Estado, ou seja, com quanto realmente o Estado fica, porque se formos colocar que o Estado é obrigado a repassar 15% aos Poderes, repassar precatório, repassar educação, repassar saúde, repassar tecnologia, Fundef, enfim, repassar a várias obrigações, na minha avaliação isso ultrapassa os 100% da receita. Se o Estado pegar a receita e for cumprir rigorosamente o que manda a Constituição e as leis complementares, ele vai ver que vai faltar dinheiro no caixa.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - Vai faltar, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Já começa que se tem o limite de 60% de despesa com pessoal. E o Secretário pode dizer para mim que essa despesa é enganosa, porque não é 60% da receita líquida disponível, é 60% da receita corrente líquida, o que é diferente.

Vejam só: a receita da Imprensa Oficial do Estado, que é uma autarquia - e o Secretário vai concordar comigo -, serve como base para o Estado aplicar os 60% da despesa com pessoal, mas o Estado não pode pegar aquele dinheiro e pagar pessoal; mas ele é base!

Então quando se fala aqui: despesa de pessoal, cinquenta e poucos por cento, não é cinquenta e poucos por cento, ultrapassa sessenta e poucos por cento brincando da receita líquida disponível. Se colocar da receita líquida disponível realmente aquilo que é receita do Estado e dizer o que ele está comprometendo, ultrapassa. Então eu tive excesso de dificuldade, e o Secretário Max também tem essa dificuldade.

Quando se é Oposição é muito bom falar, porque exige, mas quem esteve lá naquela outra ponta sabe que é complicado. E o Tribunal de Contas, infelizmente, observa com rigorismo aqueles percentuais, mas não chegou ainda ao tempo de calcular para saber qual é o somatório dessas obrigações, que ultrapassa realmente a capacidade do Estado de fazer qualquer investimento.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (Deputado João Paulo Kleinübing) - Obrigado, Sr. Deputado.

Antes de passar a palavra ao Sr. Secretário para as suas considerações, pergunto se mais algum dos Srs. Deputados gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Presidente, eu apenas gostaria de fazer um apelo a esta Comissão e ao Sr. Secretário.

Eu vim para cá preparado para discutir o que foi publicado, e que pela Lei de Responsabilidade é obrigatório. A Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei nº 101, obriga publicar quase 20 quadros, que estão da página 7 até a página 28 do Diário Oficial, portanto 21 páginas, e isso é quadrimestral, sendo umas só com a responsabilidade do Secretário e uma grande parte com a responsabilidade também do Governador, que assina.

Quando a esta audiência pública, eu esperava que fosse em cima disso aqui, conforme a lei, porque ela é decorrente da Lei de Responsabilidade Fiscal, e quem estabelece a audiência pública é a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, automaticamente, o que se tinha

que discutir era isso aqui. Como não foi discutido e como eu percebi vários equívocos na publicação... porque o que foi apresentado aqui fica nos Anais da Assembléia, mas não dão aquela transparência que estes quadros do Diário Oficial dão (*mostra documento*), que estão de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. E aqui há vários erros, Secretário, há vários erros.

E eu vou dizer: não é por culpa sua, não! São os funcionários que, de forma inadvertida, copiaram os dados de 2002 como se fossem de 2003, quer dizer, repetiram os números, bem como há valores que caracterizam erro de soma. Se olharmos em restos a pagar da administração direta, vamos verificar que somaram duas vezes, ou seja, somaram o total e somaram as parcelas, dando um total lá embaixo duplicado. E isso realmente compromete, até as pessoas que assinam, que nós sabemos muitas vezes não analisam, não pegam uma máquina para calcular.

Uma outra coisa, Secretário, que também não registra - e o Wanderlei sabe disso, acho que foi uma... -, e a Lei de Responsabilidade exige a obrigatoriedade, é a despesa de serviço de terceiros. Se olharmos os quadros...

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (Deputado João Paulo Kleinübing) - Qual é a página, Deputado?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Página 13. Em dois momentos é mencionada a despesa de terceiros, páginas 13 e 17, e não são mencionados. Por quê? Porque esses percentuais, com base no exercício de 99, são humanamente impossíveis de serem alcançados. Correto, Wanderlei?

(*O Sr. Wanderlei Pereira das Neves manifesta-se fora do microfone: "A União não obriga mais essa... inaudível."*)

Veja, é 99, desde 2000 a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelecia, mas nós descumprimos em 2000, descumprimos em 2001, descumprimos em 2002, o atual Governo descumpriu em 2003, se deixar vai descumprir em 2004, vai descumprir todos os anos porque é impossível. Só que nós colocávamos, nós dizíamos quanto deveria ser aplicado, quanto foi aplicado e qual o percentual a mais do valor. Agora não mencionou.

Eu coloco isso, Wanderlei, porque eu fiz o acompanhamento pela portaria do Ministério da Fazenda, que modificou algumas coisas, e pode olhar que os quadros que hoje são utilizados são anteriores a essa portaria. A portaria hoje facilita até o...

(*O Sr. Wanderlei Pereira das Neves manifesta-se fora do microfone: "A portaria que o senhor tem em mãos... inaudível."*)

Não, é a última de 2002.

(*O Sr. Wanderlei Pereira das Neves manifesta-se fora do microfone: "(Inaudível) ...a 517?"*)

E.

(*O Sr. Wanderlei Pereira das Neves manifesta-se fora do microfone: "A de 2004 é outra portaria."*)

É a 440, de agosto de 2003.

(*O Sr. Wanderlei Pereira das Neves manifesta-se fora do microfone: "(Inaudível) ...2004, por isso tem que ter cuidado. Foi levantado em 2003, até dezembro de 2003, era com base nas Portarias nºs 516 e 517."*)

Mas de qualquer maneira o senhor pode olhar os quadros que eles estão equivocados.

Se o senhor olhar em outras despesas, artigo 18, item II... depois aqui diz que é o item III, então dificulta até para que qualquer analista examine a relação de... Não tem nada a ver.

Obviamente a portaria, que seja até essa atual, não vai colocar que é novembro de 2002 a dezembro de 2003; ela não vai mencionar aqui no quadro... não sei se o senhor tem aí, Sr. Wanderlei, na página 13, o total não fecha. O subtotal, na página 13, da disponibilidade de caixa, registra um valor no total que é de 2002 e não de 2003, e se somar o passivo não fecha.

Até me causou espécie porque joga para uma insuficiência, após a inscrição do restos a pagar processado, que eu acho que está equivocado, porque dá uma insuficiência de restos a pagar - veja, o senhor assinou, o Governador assinou, o Lindolfo Weber assinou, o Wanderlei assinou, o Valdor assinou e o Gerson assinou, ou seja, todos assinaram - dá insuficiência antes da inscrição em restos a pagar não-processados, antes da inscrição, de 222 milhões de reais. Nem eu, sendo da Oposição, Wanderlei, me atrevi a fazer algum comentário desairoso, porque acho que está equivocado, não pode ser 222, nunca!

(*O Sr. Wanderlei Pereira das Neves manifesta-se fora do microfone: "Eu chamo a atenção que a partir de 2003 tem duas publicações: o relatório do Estado e o relatório só do Executivo."*)

Não, esse aqui... Eu tenho todos eles.

(*O Sr. Wanderlei Pereira das Neves manifesta-se fora do microfone: "É só nesse caso... inaudível... é só... inaudível."*)

Não, não, mas ele pode verificar. O que não pode, vai me perder...

(*O Sr. Wanderlei Pereira das Neves manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Não, não! Wanderlei, eu não vou discutir agora porque o senhor não deve ter a informação, mas ela é do Poder Executivo e diz o seguinte: "Insuficiência, antes da inscrição em restos a pagar não-processados". Então, obviamente, não há dúvida, não tem o que interpretar: é uma insuficiência antes da inscrição do restos a pagar processados, mas colocaram 222. Eu não acredito, absolutamente, porque os 680 milhões que o senhor tem aí são de 2002 e não de 2003.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (Deputado João Paulo Kleinübing) - Qual é a página, Deputado?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Página 10, Presidente.

Se somar aqui o passivo, não dá nunca 680. E obviamente aí coloca 222 do restos a pagar processados, coloca mais os 368 (?) do não-processado, leva para um insuficiência de seiscentos e poucos milhões. Eu não acredito! Por mais que eu queira discordar do atual Governo, não vou poder dizer que é, realmente, essa posição. Eu acho que houve um erro que vai jogar para baixo, muito para baixo, os...

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - Nós vamos rever esses números, Deputado, e corrigi-los. Agradeço inclusive a sua intervenção.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Eu faço com esse objetivo, Secretário, porque sofri muito na carne essas coisas, até para corrigir.

Se olhar na página 17, no limite legal da Lei de Responsabilidade Fiscal com relação à despesa de pessoal, colocam como base 2002 e não como base 2003. Então os mesmos 95% foram calculados sobre os 4.300 e não sobre os cinco e pouco.

Wanderlei, aqui no quadro - há pouco eu fiz uma pergunta sobre despesas de saúde e restos a pagar - tem, sim, nas folhas 15 e 16 do Diário Oficial, 45 milhões 527 de processados e 109 milhões não processados. Então é restos a pagar que ficaram. E aí a nossa preocupação é que eles não sejam estornados, porque aí descaracterizam os dez ponto alguma coisa.

Mas o apelo veemente que eu faço, Sr. Secretário e Sr. Wanderlei, é que na próxima audiência pública, que vai ocorrer daqui a...

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (Deputado João Paulo Kleinübing) - Cinco meses.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Até maio, junho, nós discutamos sobre o que é publicado. E até para conhecermos, debatermos, dizer que aqui tem um equívoco, tem que corrigir aqui, isso para que possamos nos ajudar mutuamente.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - Exatamente.

Eu estava vendo aqui a Lei de Responsabilidade Fiscal, o artigo 9º, parágrafo 4º. Eu acho que foi dado cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal com essa apresentação, mas não haveria problema algum em se ter uma transparência maior - e isso seria permitido com esses dados. Talvez não tenhamos tudo, não fosse hoje a oportunidade, mas poderíamos marcar para daqui a uns dias. No entanto, eu acho boa a sua sugestão para que na próxima reunião já incluamos isso.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Inclusive eu faço um apelo para que se façam as correções, Wanderlei, e aqueles que estejam equivocados sejam republicados. Como aconteceu há poucos dias a respeito da programação financeira, pois que no mês de fevereiro houve três publicações da programação financeira, porque a Imprensa Oficial resolveu jogar contra o Governo do Estado. Ele publicou um, fez um pastelão do decreto da programação financeira; publicou o segundo, fez outro pastelão; e lá no final do mês fez a terceira publicação. Aí deu-se até por não republicar os quadros, não é, Wanderlei, até para evitar um novo parcelamento (*ininteligível*) publicou os quadros.

Mas o pedido é que os quadros que foram publicados com equívoco, com erro, sejam corrigidos, porque eu acho que a republicação vai beneficiar a atual administração e não prejudicá-la.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - Eu tenho certeza disso.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - É simplesmente para colocar aquilo que é o real. Nós estamos aqui para conversar sobre ações, sobre planos, e não para eu me louvar num erro que coloca o Governo lá embaixo. Eu não vou chegar aqui e dizer que depois de um ano ficaram seiscentos e poucos milhões de insuficiência de caixa. Eu não vou nunca me atrever a dizer isso, e só do Executivo; aí os senhores imaginem no geral.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (Deputado João Paulo Kleinübing) - Os números têm que ser republicados.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Tem que ser republicado aquilo que... Se olharmos aqui o restos a pagar do Executivo, verificamos que ele somou duas vezes os valores.

(O Sr. Wanderlei Pereira das Neves manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Tem um valor total... Resto a pagar do exercício... Wanderlei, é a pagina 11.

O SR. WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES (Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda) - Eu não tenho em forma de página, mas é o Anexo 5, não é?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Seria o Anexo 6, que foi publicado como Anexo 9. Ele diz o seguinte sobre o Executivo: total do exercício, 85 milhões 716. Esse seria o restos a pagar do exercício 2003, só que soma 163 milhões, porque ele somou duas vezes o mesmo valor, tem valor duplicado.

Restos a pagar não-processados no exercício, Secretário - se o senhor tivesse visto isso aqui teria caído duro -, do Executivo: 378 milhões de reais, no total, 641. Então se somar 641 mais 163, dá 800 milhões de restos a pagar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (Deputado João Paulo Kleinübing) - Obrigado, Deputado Antônio Carlos Vieira, pelas suas considerações.

Antes de passar a palavra ao Secretário, quero fazer um apelo no sentido de que realmente se dê mais transparência à gestão fiscal, ou seja, que na próxima audiência pública para apreciação do primeiro quadrimestre de 2004, além do resumo que é apresentado, também se tome por base, a pedido do Deputado Antônio Carlos Vieira, a publicação no Diário Oficial do Estado do relatório da gestão fiscal. E se for possível, Secretário, que se faça a correção desses números e a sua republicação, até para que se possa dar conhecimento dos reais números do Estado a Santa Catarina.

Passo a palavra ao Secretário da Fazenda para as suas considerações finais, a fim de que possamos fazer o encerramento desta audiência pública.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA (Max Roberto Bornholdt) - Agradeço, Presidente, pelas suas palavras e gostaria de dizer que o Governo do Estado realmente entende como cumprida a apresentação desses relatórios, muito embora iremos atender a sugestão feita pelo Deputado Antônio Carlos Vieira. Acho que isso nos permitirá uma melhor análise, inclusive de todos os números apresentados, e as correções serão feitas, já que estou tomando conhecimento disso agora.

Aproveito a oportunidade para agradecer a todos os Deputados pela presença - Deputado Herneus, Deputado Peninha, Deputado João Paulo Kleinübing, Presidente da Comissão de Finanças, Deputado Antônio Carlos Vieira, Deputado Caramori -, à nossa base do Governo aqui na Assembléia pelo trabalho incansável que vem realizando, mas agradeço muito aos Deputados da Oposição, porque somente através das críticas que são feitas, dos erros que são demonstrados, é que poderemos melhorar o nosso desempenho.

Confesso que nesses quase 15 meses que estamos à frente da Secretaria da Fazenda muitas ações foram corrigidas devido a essas críticas que vêm desta Assembléia. Então para nós isso é muito importante, e o jogo democrático é isso aí, é através disso que poderemos promover as correções que devem ser feitas; os senhores nos apontando esses erros, nós poderemos corrigi-los.

Poderemos cometer erros involuntários, todo mundo está sujeito a isso, mas temos a disposição de acertar cada vez mais, e através dessa crítica que a Oposição vem fazendo é que poderemos melhorar o nosso desempenho.

Então agradeço pela oportunidade de estar aqui na Assembléia Legislativa e continuamos à disposição da Comissão, Deputado João Paulo Kleinübing, para qualquer outro esclarecimento que se fizer necessário, independentemente da Lei de Responsabilidade Fiscal, dos prazos aqui estabelecidos. Podemos nos reunir novamente, a qualquer momento que o Deputado necessitar de algum esclarecimento, para discutir esses números e os outros que serão corrigidos e republicados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (Deputado João Paulo Kleinübing) - Obrigado, Sr. Secretário.

Ao agradecer pela presença do Secretário da Fazenda, Sr. Max Bornholdt, dos Parlamentares; dos Diretores, técnicos e servidores da Secretaria de Estado da Fazenda e da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão; dos técnicos desta Casa e dos demais que se fazem presentes, encerramos a presente audiência pública, convocando uma reunião da Comissão de Finanças e Tributação para a próxima quarta-feira, no horário regimental.

Está encerrada a presente audiência pública.

DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS REFERENTE A 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA.

Às dezesseis horas do dia três de março do ano de dois mil e quatro, reuniram-se no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Senhor Deputado Narcizo Parisotto, os Senhores Deputados Genésio Goulart, Deputado Celestino Secco, Deputado Afrânio Boppré, Deputado Antônio Ceron, Deputado Luiz Eduardo Cherem, com a finalidade específica de eleger os Presidente e Vice-Presidente desta Comissão. Conforme acordo firmado com as Lideranças, foram eleitos por unanimidade para Presidente o Deputado Genésio Goulart. e para Vice-Presidente o Deputado Celestino Secco. O Presidente empossado agradeceu a escolha de seu nome para recondução desta Comissão e informou a data das reuniões ordinárias, conforme o disposto no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Senhor Presidente encerrou a reunião, a qual, eu, Ricardo Paixão, Secretário Geral da Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão.

Sala das Reuniões, 03 de março de 2004.

Deputado Genésio Goulart - Presidente
Deputado Celestino Secco - Vice-Presidente
Deputado Paulo Eccel - Membro
Deputado Antônio Ceron - Membro
Deputado Narcizo Parisotto - Membro
*** X X X ***

ATA DA PROCURADORIA

Anselmo Klein - Procurador-Presidente em exercício
Maria Aparecida Tridapalli Archer - Secretária

ATA DA 1493ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de março do ano dois mil e quatro, às quatorze horas, sob a Presidência do Procurador Anselmo Klein, em substituição ao Procurador-Geral, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1493ª sessão ordinária. Presentes os Procuradores, Maria Margarida Bittencourt Ramos, José Carlos da Silveira, Luiz Alberto Secon, Fábio Furlan, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior e José Buzzi. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Processos em regime de vista: 1814/00, de Ângela Maria de Oliveira Pederneras, vista do Procurador Anselmo Klein, teve aprovado por unanimidade, parecer do Relator originário, Procurador Luiz Alberto Secon; processo 2525/03, de Gabriel Barbatto, vista do Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, teve aprovado por maioria, pelo indeferimento, o parecer do Relator, Procurador José Carlos da Silveira. 2) Constante da pauta, para conhecimento, o parecer elaborado pelos Procuradores Anselmo Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Secon, Fábio de Magalhães Furlan e Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, referente ao MEMO 158/04, da Chefia de Gabinete da Presidência, sobre "Cristalização." 3) Relatoria do Procurador Anselmo Klein - processos 238/04, de Odair Machado de França; 240/04, de Maria de Lourdes Emerim Medeiros; 275/04, de Rosângela Bittencourt; 308/04, de Valci Antenor Manoel Dionísio; 309/04, de Jacob Tancredo Knaben, pareceres aprovados, sendo o segundo pelo indeferimento. O Relator retirou de pauta por consenso do Colegiado, a Consulta da Diretora do DA em exercício, referente a "contribuição previdenciária, tendo em vista a EC nº 41, de 19/12/03, bem como a LC nº 266, de 04/02/04." 4) Relatoria da Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos - aprovados pareceres aos processos 1952/03, de Enio Luiz Spaniol; 304/04, de Tânia Maria Ramos; 338/04, de Hélio Estefano Becker Filho; 343/04, de Gilson Ribeiro; processo s/nº da Coordenadoria de Licitações, sobre "aditar contrato CL nº 043/2003, da Empresa Engevix Engenharia S/A e Lippel Engenharia Ltda," o primeiro pelo indeferimento. 5) Relatoria do Procurador José Carlos da Silveira - processos 2407/03, de Augusto José Alvetti, teve o parecer aprovado por maioria, com voto contra do Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Júnior; 208/04, de Maria Rosana Farah; 303/04, de Joares Ponticelli; 313/04, de Edson Tadeu Bez, pareceres aprovados, com impedimento neste último da Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos. O Relator retirou de pauta os processos s/nº - Consulta do Presidente da CONRRP, referente a "atividades exercidas pela funcionária Sônia Arruda Gonçalves", e, processo s/nº Ofício da Promotora de Justiça substituta, solicitando "cópia dos pareceres exarados na Comissão de Finanças acerca da alienação do Jato Cessna Citation." 6) Relatoria do Procurador Luiz Alberto Secon - processos 2519/03, de Araci Duarte Dadan; 0251/04, de Ademar Francisco Koerich; 0256/04, de Cleusa Regina e Silva, pareceres aprovados; pelo indeferimento o de nº 2519/03. 7) Relatoria do Procurador Fábio Furlan - aprovados pareceres aos processos 306/04, de Lourival Baptistoti;

310/04, de Celita Pinto Fortkamp e processo s/nº Consulta da Câmara Municipal de São José, sobre "pagamento dos funcionários, tendo em vista a LRF." 8) Relatoria do Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Júnior - processos 271/04, de Humberto da Silva Santos; 307/04, de Francisco de Assis L. Carvalho; 312/04, de Denise Videira Silva, pareceres aprovados. Continuando com a palavra, o Relator deu conhecimento das informações prestadas na ADI nº 3149, Requerente, Procurador-Geral da República, Requerido, Governador do Estado e ALESC, norma impugnada, Lei nº 11.361/00. 9) Relatoria do Procurador José Buzzi - aprovado parecer ao processo 2263/03, de Liana Juk Coutinho. Tendo em vista a não votação da Consulta do Procurador Anselmo Klein, sobre "contribuição previdenciária," foram retirados de pauta os processos sobre o mesmo assunto: nº 140 e 297/04, de Getúlio Dorta de Melo e Nelise Regina de Souza, respectivamente, Relatora Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos; 013/04, de Adelir Bez Lopes, Relator, Procurador José Carlos da Silveira; 234/04, de Suzy Polli, Relator, Procurador Luiz Alberto Seccon. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia sete de abril, à mesma hora e local. Eu, Maria Aparecida Tridapalli Archer, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Procuradores presentes. Sala das sessões, 31 de março de 2004.

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 031/2004

REFERENTE: 4º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 043/2003-00, celebrado em 26/12/03.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: As empresas Engevix Engenharia S.A. e Lippel Engenharia Ltda. constituídas no CONSÓRCIO ENGEVIX-LIPPEL.

OBJETO: A alteração do contrato original nas seguintes cláusulas: (1) Cláusula Segunda - altera as especificações constantes do Anexo I, no que se refere ao Projeto de Estrutura e Fundações; (2) Cláusula Terceira - altera o valor contratual, acrescentando R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), em decorrência da alteração qualitativa do objeto ora determinada, sendo que o valor global do Contrato passa a ser de R\$ 247.750,00 (duzentos e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta reais); (3) Cláusula Quarta e Cláusula Quinta - altera, respectivamente, os itens 1.1 e 1, prorrogando sua vigência pelo período compreendido entre 02/04/04 até 20/04/04.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "b" e "d", da Lei nº 8.666, e autorização administrativa.

Florianópolis, 31 de março de 2004.

Signatários:

Deputado Volnei Morastoni - Contratante

Yoshiaki Fujimori - Contratada

*** X X X ***

EXTRATO Nº 032/2004

REFERENTE: 3º Termo Aditivo ao Contrato CL Nº 016/2003-00, de 01/08/03.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADO: Pedro Paulo de Melo Saraiva Ltda.

OBJETO: Prorrogar a vigência do aludido Contrato até 26/04/04, alterando o item 1.1, da sua Cláusula Quarta.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65 inc. I, "a", da Lei 8.666/93, no item 2 da Cláusula Quarta do Contrato e na Autorização Administrativa.

Florianópolis, 09/03/04.

Deputado Volnei Morastoni - Contratante

Arq. Pedro Paulo de Melo Saraiva - Contratado

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 142/04

Declara de Utilidade Pública a Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Camboriú.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Camboriú, com sede e foro no Município e Comarca de Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Rogério Mendonça
Deputado

Lido no Expediente

Sessão de 07/04/04

JUSTIFICATIVA

Trazemos à consideração deste Parlamento proposta de Lei que visa declarar de utilidade pública a Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Camboriú, com sede e foro no Município e Comarca de Camboriú.

Com o fim único de proporcionar a esta Casa a necessária análise sobre os aspectos justificadores da concessão do "status" pretendido, em apenso acostamos os documentos de titularidade da entidade, notadamente para caracterizar o preenchimento dos requisitos insculpidos na Lei nº 10.436/97.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos e que visa, entre seus relevantes objetivos, promover ações para a execução de serviços de combate a incêndios; busca e salvamento; socorrimento, atendimento pré-hospitalar; de urgência e remoção de feridos; e resposta imediata a todos os tipos de desastres, eventos adversos, catástrofes e calamidades públicas.

Através de seus objetivos destacam-se as características peculiares ao alcance da pretensão em evidência.

Assim, por entendermos que a oportunização da declaração de utilidade pública ensejará em concretizar incentivo às condições de trabalho da entidade epigrafada, solicitamos aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 143/04

Declara de utilidade pública o Grêmio Esportivo Recreativo Beneficente Ribeiro Pires, do município de Porto União.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Grêmio Esportivo Recreativo Beneficente Ribeiro Pires, sociedade civil sem fins lucrativos, localizado no Bairro Santa Rosa, com sede e foro no Município e Comarca de Porto União.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31 de Março de 2004.

MAURO MARIANI
Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 07/04/04

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente e demais membros da Egrégia Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Tomo a iniciativa de apresentar aos Senhores Deputados o projeto de lei que visa tornar de utilidade pública o Grêmio Esportivo Recreativo Beneficente Ribeiro Pires, do Município de Porto União, atendendo pedido da própria entidade que necessita desse reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de justiça o pleito apresentado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 144/04

Declara de utilidade pública a Associação Independente Butantã, do município de Major Vieira.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Independente Butantã, sociedade civil sem fins lucrativos, localizado no Centro, com sede e foro no Município e Comarca de Major Vieira.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31 de Março de 2004.

MAURO MARIANI
Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 07/04/04

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente e demais membros da Egrégia Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Tomo a iniciativa de apresentar aos Senhores Deputados o projeto de lei que visa tornar de utilidade pública a Associação Independente Butantã, do Município de Major Vieira, atendendo pedido da própria entidade que necessita desse reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de justiça o pleito apresentado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 145/04

*Declara de Utilidade Pública a Associação
Corpo de Bombeiros Comunitários de
Navegantes.*

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública a Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Navegantes, com sede e foro no município de Navegantes.

Art. 2º A referida entidade, de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

EDUARDO CHEREM
Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 07/04/04

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei, tem por objetivo assegurar à entidade beneficiada todos os direitos previstos em Lei.

A Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Navegantes, com sede a Rua Manoel Leopoldo Rocha, s/n, centro, na cidade de Navegantes-SC, é uma Entidade sem fins lucrativos, sem interesses políticos partidários, a qual participa e incentiva promoções de eventos sociais, filantrópicos, comunitários, educativos e culturais, conduz e efetiva cidadania e participação social e ativa do indivíduo e da comunidade.

O aperfeiçoamento e o intercâmbio com outras Associações de Bombeiros tem proporcionado um bom conhecimento aqueles profissionais. A formação de novas turmas tem sido uma prática da atual Diretoria, além da busca diária de apoio financeiro, principalmente junto a comunidade local.

Para o desenvolvimento e continuidade dessas atividades sociais, é necessário que a Associação Corpo de Bombeiros de Navegantes seja beneficiada com a Declaração de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 146/04

"O Governo de Santa Catarina e os Municípios que tiverem contribuição do Estado em suas obras devem expor placas informativas no local das obras públicas em construção, reforma e ampliação de prédios e espaços públicos."

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Decreta:

Art. 1º. O Governo de Santa Catarina e os Municípios que tiverem contribuição de qualquer espécie do Estado na realização de suas obras, devem manter na divisa frontal do terreno e em local visível durante a execução de toda obra pública de construção, reforma ou ampliação de prédios ou espaços públicos, placa com no mínimo dois metros quadrados informando os seguintes dados sobre a referida obra ou serviço:

- I. Número do processo e data de aprovação da obra ou serviço;
- II. Nome e endereço da Firma que está realizando o empreendimento;
- III. Nome e número de registro profissional do responsável técnico;
- IV. Valor da obra;
- V. Dotação orçamentária onerada;
- VI. Prazo de execução da obra;
- VII. Data de início da execução da obra;
- VIII. Data de término da execução da obra.

Parágrafo único: As informações previstas na *caput* deste artigo devem ser escritas em letras legíveis, permitindo que qualquer pessoa possa visualizar todas as informações.

Art. 2º. Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 06 de abril de 2004.

Francisco de Assis Nunes
Deputado Estadual - PT

Lido no Expediente

Sessão de 07/04/04

Justificativa

A presente propositura visa permitir que qualquer pessoa possa exercer o seu direito constitucional de fiscalizar as ações do poder público.

Para possibilitar o acompanhamento da execução das obras públicas é indispensável que qualquer cidadão possa saber o valor das obras, a dotação orçamentária onerada, o prazo de execução das obras, e principalmente a data de início e término das obras públicas.

O art. 5º, XXXIV, da Carta Magna, estabelece que todos os cidadãos tem direito de serem informados pelos órgãos públicos quanto a assunto de interesse coletivo ou geral.

Toda e qualquer informação referente a uma obra pública é claramente de interesse coletivo e deve ser prestada pelo estado.

Daí porque entendemos que o presente projeto deve ser aprovado e, que temos certeza, contará com o indispensável apoio dos Ilustres Membros desta Assembléia Legislativa.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 147/04

*Institui Programa de Cirurgia Plástica
Reconstrutiva de Mama no Estado de Santa
Catarina.*

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito dos hospitais da rede pública estadual de saúde, o "Programa de Cirurgia Plástica Reconstrutiva de Mama", destinado às mulheres que sofreram mutilação total ou parcial da mama, decorrente da utilização de técnicas aplicadas do tratamento mamário.

Art. 2º O programa instituído por esta lei visa atender à mulher no que concerne ao acesso às ações e serviços de saúde de todos os níveis de complexidade, bem como abranger a recuperação integral da sua saúde no tratamento do câncer mamário, dentre outros, os seguintes objetivos:

I - criar banco de dados sobre a experiência adquirida com a prática reiterada das várias técnicas cirúrgicas;

II - armazenar dados e pesquisas de incidência de câncer mamário;

III - proporcionar o aperfeiçoamento das técnicas cirúrgicas e pós-operatórias existentes.

Art. 3º Caberá à Secretaria Estadual de Saúde a formulação de diretrizes para viabilizar a plena execução do programa que trata esta lei, devendo constar ao menos:

I - os técnicos responsáveis pela coordenação, acompanhamento e avaliação do Programa no Estado;

II - os hospitais da rede pública estadual integrados ao Sistema Único de Saúde - SUS do Estado que acolherão o Programa e que serão referência para o encaminhamento das mulheres interessadas neste tipo de atendimento, considerando a regionalização do Programa;

III - o protocolo de técnicas cirúrgicas autorizadas, com as respectivas indicações, que serão praticadas nos serviços integrantes do Programa e oferecidas às mulheres que nele se inscreverem;

IV - as rotinas de trabalho, inclusive as relativas à marcação de consultas e exames, além dos processos educativos e informativos para divulgação do programa junto à rede hospitalar e às entidades de atendimento à mulher;

V - os serviços de assistência psicológica e de reabilitação.

§ 1º - O protocolo referido no inciso III deste artigo, deve incluir todas as técnicas disponíveis e acatadas nos meios científicos e universitários, quer sejam concomitantes quer posteriores à mutilação da mama, fazendo-se sua atualização quando do surgimento de novos procedimentos consagrados pela comunidade científica.

§ 2º - A mulher mastectomizada fica assegurada a possibilidade de escolha da melhor técnica de reconstrução da mama, aplicada ao seu caso, entre aquelas previstas no protocolo referido no inciso III deste artigo, segundo orientação médica.

Art. 4º No atendimento das mulheres interessadas serão garantidas:

I - a realização de reconstrução imediata da mama, no mesmo ato cirúrgico em que se realizar a mastectomia parcial ou total, em hospital da rede pública estadual integrante do Sistema Único de Saúde - SUS, quando for opção da paciente e não houver contra-indicação médica formal;

II - o agendamento do atendimento médico de avaliação e diagnóstico, às pacientes que já realizaram tratamento que conduziu à mutilação parcial ou total da mama e que desejem realizar sua reconstrução, no prazo máximo de 3 (três) meses, a contar do comparecimento da interessada no serviço público. Se não houver contra-indicação médica formal, prevista na mesma norma técnica e for opção da paciente, a cirurgia reconstrutiva de mama deverá ser agendada, obedecido o prazo máximo de 6 (seis) meses, a contar da definição da técnica mais adequada;

III - a inscrição no Programa de pacientes que tenham sofrido mutilação parcial ou total da mama, mediante encaminhamento de serviço de saúde público ou privado, devendo a primeira consulta ser agendada no serviço de referência regional, no prazo previsto no inciso II deste artigo, respeitada a ordem cronológica de atendimento.

§ 1º - No caso de a paciente dirigir-se a serviço de referência que não o da região em que se localiza o município de sua residência, será orientada a procurar o serviço mais próximo da mesma.

§ 2º - O encaminhamento para outro serviço regionalizado, na forma do parágrafo anterior, somente será feito mediante a verificação, pela instituição procurada inicialmente, da existência de vagas para o atendimento no serviço de destino, o que deve ser providenciado no ato, pelo serviço buscado.

§ 3º - Caso não seja possível atender à solicitação de tratamento da paciente, por motivos técnicos ou em razão de condições médicas especiais, deverá a interessada ser devidamente informada pelo serviço de referência da impossibilidade do atendimento, e comunicado por escrito, o profissional médico que providenciou seu encaminhamento, se for o caso.

Art. 5º O poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 60 (sessenta dias).

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em de abril de 2004.

Simone Schramm
Deputada Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 07/04/04

JUSTIFICATIVA

A saúde é um direito de todos e um dever do Estado, nos termos do art. 196 da CRFB/88 e art.153 da CESC/89, devendo ser garantida através de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e a uma vida digna.

A respeito vale trazer à baila os ensinamentos de José Afonso da Silva:

"A saúde é concebida como direito de todos e dever do Estado, que a deve garantir mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos. O direito da saúde rege-se pelos princípios da universalidade e da igualdade de acesso às ações e serviços que a promovem, protegem e recuperam" (Curso de Direito Constitucional Positivo. 14 ed. São Paulo: Malheiros, 1997, p. 761).

Em face disso que a presente iniciativa legislativa tem por fim instituir, no âmbito dos hospitais da rede pública estadual de saúde, o "Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva de Mama", destinado às mulheres que sofreram mutilação total ou parcial da mama, decorrente da utilização de técnicas aplicadas do tratamento mamário.

Com a efetivação desse programa estaremos levantando a bandeira do direito à cidadania da mulher estigmatizada e sofrida por ser portadora de câncer de mama. O estigma da mulher ao ter mutilada sua mama por câncer é visível, mesmo nos casos iniciais onde a cirurgia conservadora, ou seja, cirurgia de retirada parcial da mama é hoje uma realidade, no entanto, sabemos que nos hospitais de referência, 80% dos casos são avançados, necessitando de mastectomia radical (mutilação total).

A estatística da Organização Mundial de Saúde mostra que no período de 1975 a 2000 foram diagnosticados um percentual de aumento 67,6% de novos casos de câncer mamário na mulher da América Latina (nos homens corresponde de 1,0% a 1,5% dos casos). Em 2003, ocorreram no Brasil - 41.610 casos novos. As causas são variadas, desde o estresse da vida urbana, traumas psicológicos, alimentação inadequada, uso indevido de hormônios e hereditariedade (os novos estudos de genoma humano demonstram que este fator é de apenas 5% a 10%).

O tratamento do câncer começa com o diagnóstico correto, em que há necessidade da participação de um laboratório confiável e do estudo de imagens. Pela sua complexidade o tratamento deve ser efetuado em centro especializado e compreende três modalidades principais (quimioterapia, cirurgia e radioterapia), sendo aplicado de forma racional e individualizada para cada tumor específico e de acordo com a extensão da doença. O trabalho coordenado de vários especialistas também é fator determinante para o êxito do tratamento (oncologistas pediatras, cirurgiões pediatras, radioterapeutas, patologistas, radiologistas), assim como o de outros membros da equipe médica (enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, farmacêuticos).

Em seu livro Antonieta Barbosa, Direito a uma vida digna - leciona "o paciente de câncer, pelo profundo sofrimento que encerra sua doença, além de todos os benefícios enumerados, tem direito não apenas a uma morte digna, mas sobretudo a uma vida digna".

Vê-se, pois, que trata-se de proposição de relevante interesse público, uma vez que resgatará a cidadania e a vida digna da mulher portadora de câncer de mama que necessitou fazer mastectomia total ou parcial.

Em face disto, solicitamos aos nobres pares o acolhimento do presente projeto de lei e o necessário apoio à sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 148/04

Declara de Utilidade Pública Estadual a Casa da Provisão Assistencial de Santa Catarina - CPA/SC.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Casa da Provisão Assistencial de Santa Catarina - CPA/SC, com sede e foro na cidade de Florianópolis;

Art. 2º A entidade que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente;

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Narcizo Parisotto

Lido no Expediente
Sessão de 07/04/04

JUSTIFICATIVA

A presente medida legislativa pretende o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual à Casa da Provisão Assistencial de Santa Catarina, à luz da Lei n.º 10.436, de 01 de julho de 1997.

O art. 2º do Projeto de Lei garante a possibilidade de celebração de convênios na esfera estadual, visando recursos financeiros próprios à sua manutenção e à implementação de programas compatíveis às regras estatutárias.

A Casa da Provisão Assistencial de Santa Catarina é entidade sem fins lucrativos e tem por finalidade, entre outras, como previsto no Estatuto, parte integrante dos autos:

- dar assistência e transportar ou prover transporte para pessoas carentes, doentes encaminhados para tratamento de saúde na capital, acolher pessoas necessitadas, amparar e assistir pessoas atingidas por intempéries, catástrofes, enchentes;

- promover e participar de projetos que estimulem a profissionalização, cultura, esporte, alimentação, visando a saúde física e mental, espiritual;

- encaminhar aos poderes e órgãos competentes requerimentos e pedidos visando a consecução de seus objetivos;

- desenvolver assistência na área de recuperação a dependentes químicos, construir ou subsidiar a construção de abrigos, albergues e casas de recuperação;

A entidade atua desde o dia 01 de outubro de 2001, realizando importante trabalho, já reconhecido na esfera municipal com a declaração de utilidade pública pela Câmara de Vereadores de Florianópolis, mediante Lei 6316/2003.

Apensa toda documentação exigível à admissibilidade da matéria e demonstrado o interesse público da proposta.

Assim sendo, rogo aos meus pares pelo exame e aprovação da proposta.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 149/04

Altera a Lei nº 12.570, que dispõe sobre os benefícios aos estudantes e menores de dezoito anos para o acesso a eventos culturais e desportivos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam acrescidos os art. 1ºA e art. 1ºB à Lei 12.570, de 04 de abril de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º.....

§ 1º.....

§ 2º.....

§ 3º.....

Art. 1ºA Os estabelecimentos de que trata o art. 1º desta lei afixarão em suas dependências internas, em local visível em suas bilheterias, cartaz em tamanho não inferior ao de uma folha ofício (21X29,7 cm), com o seguinte conteúdo:

Neste estabelecimento pagam meia entrada:

a) Menores de 18 anos portando a Carteira de Identidade

b) Estudantes acima de 18 anos portando a Carteira

Estudantil

Art. 1ºB Os estabelecimentos infratores, que não observarem o disposto

nesta lei estarão sujeitos a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por infração por beneficiário atingido.

Art. 2º.....

Art. 3º.....

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em

Dep Paulo Eccel

Lido no Expediente
Sessão de 07/04/04

JUSTIFICATIVA

A lei 12.570 de 04 de abril de 2003 veio ao encontro das aspirações dos jovens e estudantes de nosso Estado. Acompanhamos a aplicação desta lei desde a sua publicação e, na prática, percebemos que há lacunas na sua redação, que dificultam a ação dos órgãos responsáveis pela fiscalização, como o Procon e o Ministério Público. Trata-se da ausência de um dispositivo punitivo aos estabelecimentos que não cumprem o que dita a lei.

O presente Projeto de Lei pretende apenas preencher esta lacuna, prevendo uma multa diária aos infratores e também, a divulgação do seu conteúdo nas bilheterias dos eventos e casas exibidoras.

Acreditamos que desta forma, esta lei vai ter sua aplicação garantida e os objetivos por ela propostos plenamente alcançados.

*** X X X ***

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL 003/04

Art. 1º O parágrafo 1º do artigo 96 da Constituição do Estado de Santa Catarina passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 96.

§ 1º - Os membros do Ministério Público formarão lista triplíce, dentre aqueles com mais de dez anos na carreira, para a escolha do Procurador-Geral, que será nomeado pelo Governador do Estado, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o procedimento da investidura originária.

§ 2º.....”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de março 2004.

Deputado Volnei Morastoni

Deputado Reno Caramori

Deputado Djalma Berger

Deputado Sérgio Godinho

Deputado Eduardo Cherem

Deputado Francisco de Assis

Deputado Pedro Baldissera

Deputado Onofre Santo Agostini

Deputada Ana Paula de Lima

Deputado Wilson Vieira

Deputado Romildo Titon

Deputado João Paulo Kleinübing

Deputado Nilson Gonçalves

Deputado Altair Guidi

Deputado Rogério Mendonça

Deputado Dionei Walter da Silva

Lido no Expediente

Sessão de 07/04/04

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de emenda à Constituição do Estado de Santa Catarina tem por objetivo a alteração do dispositivo supra, para permitir a ampliação do quadro de elegíveis à formação da lista triplíce, a ser encaminhada pelo Ministério Público ao Governador do Estado, para escolha do Procurador-Geral de Justiça. Atualmente a elegibilidade se dá, pelo texto constitucional, em favor apenas de procuradores de Justiça (membros do Ministério Público de 2º grau), e a alteração proposta permite a qualquer membro (procurador ou promotor), com tempo superior a dez anos na carreira, figurar na lista, obviamente se sulfragado em suficiência por seus pares.

Cumpra inicialmente esclarecer que a Constituição da República, em seu artigo 128, § 3º, estabelece que os *Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista triplíce dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva (...)*, não fixando, em princípio, qualquer restrição de ordem material à elegibilidade de membros do Ministério Público à lista, permitindo, todavia, que a legislação local o faça, conforme os critérios e a conveniência de cada unidade federada.

A emenda ora proposta, em primeiro lugar, atende ao reclamo da própria classe dos membros do Ministério Público catarinense. Em pesquisa levada a efeito por sua associação, esta externou opinião no sentido de ordem técnica para as restrições da elegibilidade apenas a procuradores de Justiça. Segue, para conhecimento, os dados da pesquisa.:

- _ Total de consultas: 298
- _ Número de votantes: 113
- _ Total de votos a favor: 87
- _ Total de votos contra: 25
- _ votos em branco: 01

O Procurador-Geral é, em verdade, o chefe institucional do Ministério Público sob a ótica político-administrativa. Tem a função de gerir a instituição nos aspectos orçamentários e estruturais de forma ampla, além de estabelecer as diretrizes de sua gestão, sempre respeitando a independência funcional de cada membro do *Parquet*. Sua atuação como órgão de execução, quando ocorre, está estritamente ligada à natureza política ostentada pelo cargo, em ações que demandam um atuar permeado, além do conhecimento técnico (presumivelmente comum a todos os promotores e procuradores de Justiça) também por alguma forma de representatividade, esta originária do próprio sistema através do qual é investido na chefia.

Em termos de legislação comparada com outras unidades da federação, a maioria delas não impõe a mesma reserva hoje verificada no estado de Santa Catarina, autorizando, com ou sem restrições de tempo na carreira, que também os membros de 1º grau do Ministério Público possam concorrer ao cargo maior de sua chefia político-administrativa, em parte dos quais, inclusive, promotores já foram galgados a procuradores-gerais. Neste sentido, destacamos aqui os Estados em que suas Constituições não carregam a vedação constante em nossa Carta Magna: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, Roraima, São Paulo e Tocantins. Por outro lado, é necessário mencionarmos que onde há a vedação alguns promotores conquistaram na justiça o direito de ingressarem na lista.

Tocante à opção de exigir-se o mínimo de dez anos na carreira, além de ser posição obtida junto à própria classe (também através de sua associação), parece-nos tempo razoável para que o pretendente à composição da lista e, após, à escolha pelo governador do Estado, possa chegar à plenitude da assimilação dos princípios do conhecimento necessário ao exercício de tão importante mister - o comando político-administrativo da instituição que se tornou, nas últimas décadas, um dos grandes sustentáculos do regime democrático pátrio, ao patrocinar a defesa da ordem jurídica e dos direitos sociais e individuais indisponíveis.

Por tais motivos, compreendendo a relevância e a oportunidade da mutação constitucional, espero a acolhida dos ilustres pares à aprovação da emenda ora proposta.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 102/03

Altera o art. 6º, da Lei n. 7.541, de 1988, que dispõe sobre taxas estaduais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica inserido no art. 6º, da Lei n. 7.541, de 30 de dezembro de 1988, que dispõe sobre as taxas estaduais e dá outras providências, o inciso XV nos termos que se seguem:

“Art. 6º

I -

.....

XV - o fornecimento de Certidão Negativa de Débitos Estaduais, efetuado por intermédio da Internet, nos mesmos moldes do requerimento, quando da pesquisa efetuada nos sistemas de controle do crédito tributário resultar inexistência de pendências exigíveis, sem garantia.”

Art. 2º O item 20, da Tabela I, passa a vigorar com o seguinte teor:

“TABELA I

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

.....
20 - Solicitação de Certidão Negativa de Débitos, quando constatada existência de pendências que impliquem em fornecimento de Certidão Positiva...20”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de abril de 2004

Deputado Julio Garcia

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 386/03

Institui o Dia do Trabalhador Artesanal, no Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia do Trabalhador Artesanal, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a ser comemorado no dia oito de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de abril de 2004

Deputado Julio Garcia

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 396/03

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Jardim Esperança, de Canoinhas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Jardim Esperança - AMOJARDIM -, com sede e foro no Município e Comarca de Canoinhas.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de abril de 2004

Deputado Julio Garcia

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 460/03

Declara de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Igaras, de Otacílio Costa.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Igaras, com sede e foro no Município e Comarca de Otacílio Costa.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de abril de 2004

Deputado Julio Garcia

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 469/03

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Ponta Comprida, de Guaramirim.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores da Ponta Comprida, com sede e foro no Município e Comarca de Guaramirim.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de abril de 2004

Deputado Julio Garcia

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 473/03

Proíbe a venda e o consumo de bebidas alcoólicas no ambiente físico das escolas públicas e privadas, nos estabelecimentos de ensino dos cursos fundamental, médio, superior, técnico e profissionalizante do Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica proibida a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas de qualquer graduação no ambiente físico das escolas públicas e privadas nos estabelecimentos de ensino dos cursos fundamental, médio, superior, técnico e profissionalizante do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Esta proibição abrange todas as atividades realizadas no ambiente físico das escolas, incluindo atividades extracurriculares.

Art. 2º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no prazo máximo de sessenta dias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de abril de 2004

Deputado Julio Garcia

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 479/03

Declara de utilidade pública a Associação Nossa Senhora Aparecida, de Navegantes.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Nossa Senhora Aparecida, com sede e foro no Município e Comarca de Navegantes.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de abril de 2004

Deputado Julio Garcia

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 483/03

Institui o Dia da Imprensa Catarinense.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia da Imprensa Catarinense, a ser comemorado anualmente, no dia 28 de julho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de abril de 2004

Deputado Julio Garcia

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 005/04

Dispõe sobre a incorporação e correlação de gratificações, unificação de vantagens vencimentais e adota outras providências.

Art. 1º A Gratificação de Atividade Legislativa concedida pela Resolução DP n. 044/96, de 13 de agosto de 1996, alterada pela Resolução DP n. 068/2001, de 23 de agosto de 2001, a Gratificação pelo Desempenho de Atividade Especial, instituída pela Resolução n. 415/86 e alterada pela Resolução n. 1.823/91, a Gratificação de Atividade Parlamentar, instituída pelo art. 12 da Resolução DP n. 115/93, de 22 de dezembro de 1993 e o Adicional de Representação atribuído ao cargo de Direção e Assessoramento Técnico, código PL/DAT-1, previsto no Anexo III da Resolução DP n. 115/93, de 22 de dezembro de 1993, ficam incorporados ao valor do vencimento dos cargos em comissão do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa na forma do seguinte:

DEMONSTRATIVO I

A	B	C	D	E	F
Codificação do cargo	Coefficiente referencial do Vencimento Básico Atual	Coefficiente referencial do Adicional de Representação de 40%	Coefficiente referencial da Gratificação de Atividade Especial e de Atividade Parlamentar de 40%	Coefficiente referencial da Gratificação de Atividade Legislativa de 20%	Coefficiente referencial do Novo Vencimento Básico
PL/DAT-1	10,50	4,20	4,20	2,10	21,00
PL/DASU-4	9,50		3,80	1,90	15,20
PL/DASU-3	8,50		3,40	1,70	13,60
PL/DASU-2	7,50		3,00	1,50	12,00
PL/DASU-1	6,50		2,60	1,30	10,40
PL/DCA-4	9,50		3,80	1,90	15,20
PL/DCA-3	6,50		2,60	1,30	10,40
PL/DCA-2	5,50		2,20	1,10	8,80
PL/AOC-1	8,60			1,72	10,32
PL/AOC-2	6,14			1,23	7,37
PL/AOC-3	4,91			0,98	5,89
PL/AOC-4	3,68			0,74	4,42

§1º Ao cargo de Chefe de Gabinete da Presidência aplica-se o padrão vencimental do cargo de Procurador da Assembléia Legislativa, assegurando-se-lhe, ainda, com base no art. 85, inciso VIII, da Lei n. 6.745, de 28 de dezembro de 1985, retribuição no limite da prevista para o Grupo VIII de que trata o Anexo III, da Resolução DP n. 40/92, de 29 de maio de 1992.

§2º Para fins de cálculo dos valores atribuídos aos cargos e gratificações que integram os Demonstrativos "I" e "II" desta Resolução, aplica-se os respectivos Coeficientes Referenciais,

tendo como paradigma o valor correspondente ao do Grupo Ocupacional IV - Atividade de Nivel Auxiliar - PL/ATA 1, referência A1, constante da Resolução DP n. 40/92, de 29 de maio de 1992.

Art. 2º Atribui-se como remuneração referencial aos inativos e aos servidores ativos detentores da estabilidade financeira deferida com base no revogado art. 90 do Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado de Santa Catarina, os coeficientes previstos nas colunas "B" e "C" do seguinte:

DEMONSTRATIVO II

A	B	C	C1	C2	C3
Codificação do cargo	Coefficiente referencial do Vencimento	Coefficiente referencial da Vantagem Adicionada II	Coefficiente referencial do Adic. Repres. de 40% (Res. 115/96)	Coefficiente referencial da Grat. de Atividade Parlamentar 40% (Res. 115/93)	Coefficiente referencial da Grat. de Atividade Especial de 40% (Res. 415/86)
PL/DAT-1	10,50	8,40	4,20		4,20
PL/DASU-4	9,50	3,80			3,80
PL/DASU-3	8,50	3,40			3,40
PL/DASU-2	7,50	3,00			3,00
PL/DASU-1	6,50	2,60			2,60
PL/DCA-4	9,50	3,80		3,80	
PL/DCA-3	6,50				
PL/DCA-2	5,50				
PL/DCA-1	4,50				
PL/3-CC	9,50				

§ 1º Incidirá o percentual de agregação atribuído a cada servidor em ato administrativo próprio com fulcro no extinto art. 90 do Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado de Santa Catarina, sobre os coeficientes discriminados nas colunas "B" e "C" do Demonstrativo II de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º O coeficiente descrito na coluna "C", detalhado nas colunas "C1", "C2" e "C3" do Demonstrativo II, absorve a estabilização financeira, parcial ou integral, requerida administrativa ou judicialmente e a deferida sob a égide do art. 91, c/c com o art. 85, inciso VIII, do Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado de Santa Catarina, na redação vigente antes da edição da Lei Complementar n. 81, de 10 de março de 1993.

§ 3º Na folha de pagamento manter-se-ão separadas, entre outras, as rubricas:

I - vencimento ou provento do cargo efetivo;

II - Vantagem Pessoal Adicionada I, consistente no valor da agregação ao vencimento, no que exceder ao vencimento ou provento do cargo efetivo; e

III - Vantagem Pessoal Adicionada II, representativa da aglutinação das demais vantagens antes deferidas.

§ 4º As estabilizações financeiras percebidas com base no art. 91 do Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado de Santa Catarina, na redação vigente antes da edição da Lei Complementar n. 81, de 10 de março de 1993, incidentes sobre o vencimento de cargo efetivo ou comissionado, quando não contempladas no Demonstrativo II, serão auferidas com a designação de Vantagem Pessoal Adicionada III.

§ 5º Salvo o disposto no art. 6º, a repercussão financeira advinda da aplicação desta Resolução não terá efeito retroativo.

Art. 3º As gratificações pelo desempenho de funções de Chefia e Assistência Subalterna, código PL/CAS, instituídas no Anexo VI da Lei n. 5.461, de 30 de junho de 1978 e legislação posterior, agregadas por servidores ativos ou inativos, com base no extinto art. 90, da Lei n. 6.745, de 28 de dezembro de 1985, ficam correlacionadas à gratificação de Chefia e Assistência Intermediária, código PL/CAI, no percentual previsto no Grupo IX do Anexo III da Resolução DP n. 40/92, de 29 de maio de 1992, mantendo-se, em todos os casos, o percentual especificado em cada ato concessivo, e serão pagas sob a denominação de Vantagem Pessoal Adicionada IV.

Art. 4º Sobre os coeficientes constantes do Demonstrativo II e sobre os valores decorrentes da aplicação do art. 3º, serão aplicados os reajustes gerais deferidos aos servidores da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, não incidindo os fixados em virtude de eventual reformulação dos estípedios dos cargos e funções comissionadas.

Art. 5º A gratificação prevista no art. 14, da Resolução DP n. 40/92, de 29 de maio de 1992, a gratificação pelo Desempenho de Atividade Especial atribuída aos servidores efetivos e aos inativos do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa a que se refere a Resolução DP n. 069/99, de 21 de dezembro de 1999 e na Resolução n. 265/01, de 20 de março de 2001, já incorporada como Vantagem Nominalmente Identificável e a Gratificação de Atividade Legislativa concedida pela Resolução DP n. 044/96, de 13 de agosto de 1996, alterada pela Resolução DP n. 068/2001, de 23 de agosto de 2001, ficam unificadas e incorporadas sob a denominação de Vantagem Nominalmente Identificável.

Parágrafo único. Aos servidores em licenças sem vencimentos, à disposição ou em licenças especiais, é assegurada a percepção da Vantagem Nominalmente Identificável a que se refere este artigo, quando do retorno às suas atividades.

Art. 6º Ficam convalidados os pagamentos efetuados, em decorrência de procedimentos administrativos e judiciais, aos servidores ativos e inativos, inclusive aos beneficiários da estabilidade financeira, com base:

I - nas Resoluções ns. 415/86, de 02 de junho de 1986, 1.823, de 23 de outubro de 1991 e 440/2001, de 30 de abril de 2001, que concederam com supedâneo no art. 85, VIII, da Lei n. 6.745, de 28 de dezembro de 1985, a Gratificação pelo Desempenho de Atividade Especial;

II - no art. 12 da Resolução DP n. 115/93, de 22 de dezembro de 1993, que instituiu a Gratificação de Atividade Parlamentar;

III - na Resolução DP n. 069/99, de 21 de dezembro de 1999, que instituiu vantagem nominalmente identificável e na Resolução n. 265/01, de 20 de março de 2001, que integralizou o benefício;

IV - na Resolução DP n. 44/96, de 13 de agosto de 1996, que instituiu a Gratificação de Atividade Legislativa e na Resolução DP n. 068/01, de 23 de agosto de 2001, que alterou o percentual do benefício;

V - no Anexo III, Grupo IX, da Resolução DP n. 40/92, de 29 de maio de 1992, que instituiu a Gratificação de Chefia e Assistência Intermediária - PL/CAI combinado com a disposição contida no Anexo VI da Lei n. 5.461, de 30 de junho de 1978, instituidora das gratificações de Chefia e Assistência Subalterna, código PL/CAS;

Art. 7º Nos casos específicos em que se verificar repercussão financeira positiva, implementar-se-á o benefício de forma escalonada, em etapas que assegurem o cumprimento da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), não sendo considerados créditos remuneratórios no respectivo mês os valores que não forem efetivamente pagos.

Art. 8º Os benefícios de que trata esta Resolução terão implementação preferencial em relação a outros que forem instituídos e que guardem correlação com a mesma rubrica de despesa.

Art. 9º Os atuais servidores detentores de cargo em comissão ou função comissionada, que em decorrência da aplicação desta resolução sofrerem prejuízo serão retribuídos com compensação vencimental equivalente, enquanto permanecer no cargo ou função, sob a rubrica de "Vantagem Temporária".

Art. 10. Ficam revogados o art. 14, da Resolução DP n. 40/92, de 29 de maio de 1992, art. 12 da Resolução DP n. 115/93, de 22 de dezembro de 1993, a rubrica adicional de representação constante do Anexo III Resolução DP n. 115/93, de 22 de dezembro de 1993, a Resolução n. 415/86, de 02 de junho de 1986, a Resolução n. 1.823, de 23 de outubro de 1991, a Resolução DP n. 069/99, de 21 de dezembro de 1999, a Resolução n. 265/01, de 20 de março de 2001, a Resolução DP n. 44/96, de 13 de agosto de 1996, a Resolução DP n. 068/01, de 23 de agosto de 2001 e as demais disposições em contrário.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, em 07 de abril de 2004

Deputado Julio Garcia

Presidente Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***